



**Juliana da Silva Sabatinelli**

***“Viva la Federación!”***

**A relação de Juan Manuel de Rosas com as Províncias do Rio da  
Prata entre 1835 e 1852.**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC-Rio como requisito para obtenção de grau de Mestre em História Social da Cultura.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Maria Elisa Noronha de Sá

Rio de Janeiro  
Junho de 2020



**Juliana da Silva Sabatinelli**

***“Viva la Federación!”***

**A relação de Juan Manuel de Rosas com as Províncias do Rio da  
Prata entre 1835 e 1852.**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC-Rio como requisito para obtenção de grau de Mestre em História Social da Cultura. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Prof.<sup>a</sup> Maria Elisa Noronha de Sá**  
Orientadora  
Departamento de História – PUC-Rio

**Prof. Marco Antonio Pamplona**  
Departamento de História -PUC-Rio

**Prof. Fabio Wasserman**  
Universidad de Buenos Aires/CONICET

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2020



**Juliana da Silva Sabatinelli**

***“Viva la Federación!”***

**Juan Manuel de Rosas’ relationship with the Provinces of the Rio da Prata between 1835 and 1852.**

Dissertation presented to the Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura of PUC-Rio in partial fulfillment of the requirements for the degree of Mestre em História. Approved by the Examination Committee:

**Prof.<sup>a</sup> Maria Elisa Noronha de Sá**  
Orientadora  
Departamento de História – PUC-Rio

**Prof. Marco Antonio Pamplona**  
Departamento de História – PUC-Rio

**Prof. Fabio Wasserman**  
Universidad de Buenos Aires/CONICET

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2020

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

### **Juliana da Silva Sabatinelli**

Graduou-se em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em julho de 2017. Desenvolveu pesquisa por meio do PIBIC em História Argentina de 2014 até 2017. Em 2015, por meio do CCCI-PUC-Rio, cursou um semestre na Universidad Catolica Argentina de Buenos Aires. Em 2016, sua pesquisa foi premiada pelo PIBIC como melhor tema desenvolvido pelo Departamento de Ciências Humanas da PUC-Rio. Se interessa por História Argentina do século XIX, imprensa, violência, história política, temas que desenvolveu na pesquisa do Mestrado. Envolveu-se em eventos sobre América Latina, história política e congresso de História. Atualmente é professora do Ensino Fundamental II.

### Ficha Catalográfica

Sabatinelli, Juliana da Silva

“Viva la federación!” : a relação de Juan Manuel de Rosas com as províncias do Rio da Prata entre 1835 e 1852 / Juliana da Silva Sabatinelli ; orientador: Maria Elisa Noronha de Sá. – 2020.

114 f. : il. color. ; 30 cm

- 1- Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2020.

Inclui bibliografia

- 1- História - Teses. 2. História Social da Cultura - Teses. 3. Política rosista. 4. Relações interprovinciais. 5. Federalismo. 6. Discurso político. 7. Violência. I. Sá, Maria Elisa Noronha de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

## Agradecimentos

Concluir uma pós-graduação em tempos difíceis é uma vitória. O caminho percorrido foi árduo, como em todo Mestrado, porém o cenário político, social e econômico do país fez com que chegar até aqui seja encarado como uma importante resistência frente à precarização do ensino e do pensamento.

Assim, agradeço à CAPES, principal órgão de financiamento da pós-graduação na PUC, pela bolsa de fomento à pesquisa.

A todos e todas que acreditaram em mim e na minha pesquisa. Aos trinta e cinco amigos e amigas que me ajudaram financeiramente, custeando de forma colaborativa meus estudos por vinte dias nos arquivos e bibliotecas de Buenos Aires em julho de 2019.

Aos professores Fabio Wasserman e Ignacio Zubizarreta por acreditarem no meu trabalho para além das fronteiras brasileiras e por acreditarem na minha pesquisa contribuindo com detalhes que meus olhos pouco veem. Gracias por todo!

Aos professores e professoras da PUC-Rio Marcelo Jasmin, Maurício Parada, Regiane Mattos, Diego Galeano, Iamara Viana, Marco Antonio Pamplona que desde a graduação me incentivam a ser professora-historiadora e a Alejandra Josiowicz, da FGV, por todo apoio e força. Obrigada por acreditarem no meu trabalho.

À minha querida orientadora e parceira, Maísa, por tanto e por tudo. Já me faltam palavras para demonstrar tamanha gratidão da sua presença na minha vida. Obrigada por acreditar em mim, no meu trabalho e nos meus sonhos com tanto amor! Parte do meu sucesso profissional, sem dúvidas, vem do seu olhar.

Ao Claudio e ao Igor, que desde a graduação me acolhem com café, abraços e resolução de problemas com amor e paciência. À Edna e à Anair, por serem o abraço carinhoso e maternal que acompanhou meu crescimento acadêmico. À Débora, por todos os problemas resolvidos com paciência, carinho e um sorriso no rosto. O Departamento de História da PUC é incrível por conta de vocês.

Às pessoas que confiam em mim para caminhar junto a elas e que entenderam os sumiços e silêncios com amor e paciência: Isabela Ferraz, pela irmandade de alma e de vida, Natasha de Souza, pelo força trocada durante o processo mútuo de escrita, Beatriz Guedes, pelo olhar sensível e amoroso e pela parceria e Raphaella Ferrão, pelo amor desenvolvido em Buenos Aires e mantido no Rio. Aos presentes que a História me deu, Fabiana Martins e Rhafaelle Rodrigues, por me conhecerem e me amarem desde a graduação; à Bruna Boa, pelas palavras de amor, ânimo e pela confiança. Um destaque ao presente que o Mestrado me deu, Ayssa Norek, pela vivência e pelo amor que saiu da Universidade de maneira tão natural. Sou muito grata por ser rodeada de mulheres fortes.

Aos meus alunos e às minhas alunas, que me tornam uma professora e um ser humano melhor a cada dia. A energia que vocês me dão é indescritível.

À minha família, por confiar e acreditar nos meus sonhos, participando da minha felicidade e crescimento desde sempre.

Aos meus pais, Elsa e Roberto, por sonharem junto comigo e me incentivarem a ser uma pessoa cada vez melhor nesse mundo.

## Resumo

SABATINELLI, Juliana. “*Viva la Federación!*”: a relação de Juan Manuel de Rosas com as Províncias do Rio da Prata entre 1835 e 1852. Rio de Janeiro, 2020, 114p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Entre 1835 e 1852, Juan Manuel de Rosas estruturou o segundo mandato como governador de Buenos Aires através de amplos poderes, forte propaganda e censura, coerção política e violência. O objetivo era criar uma esfera de unanimidade, entendendo que esse caminho levaria as Províncias Unidas do Rio da Prata à ordem republicana, tão desejada desde a década de 1820. Se na cidade de Buenos Aires havia a presença do governo nos âmbitos público e privado, em um cenário de autonomia das províncias a relação de Rosas com os governadores encontrou formas específicas para se organizar, fazendo com que o período em que esteve como governador fosse diferente de tudo que as Províncias Unidas já haviam passado até aquele contexto. O presente trabalho pretende, então, identificar determinadas ações do governo de Rosas a partir de 1835 para com as províncias presente nas cartas aos governadores e na imprensa oficial para entender os caminhos escolhidos pelo líder em busca da consolidação de um governo conhecido como autoritário que se utilizou do discurso federal.

## Palavras-chave

Política rosista, Relações interprovinciais, Federalismo, Discurso Político, Violência.

## Abstract

SABATINELLI, Juliana. “*Viva la Federación!*”: Juan Manuel de Rosas’ relationship with the Provinces of the Rio da Prata between 1835 and 1852. Rio de Janeiro, 2020, 114p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Between 1835 and 1852, the second term of Juan Manuel de Rosas as governor of Buenos Aires was defined by his use of broad powers to control the press, as well as executing censorship, political coercion and violence. His objective was to create a sense of unity, with the promise that this path would take the Provinces of *Rio da Prata* closer to a Republican ideal, a political system that had been sought for since the 1820s. Although the presence of the government in the city of Buenos Aires was strong both in the public and private spheres, the provinces enjoyed more autonomy. Rosas reorganized the relationship with each region, so that the period in which he was governor was different from everything that the United Provinces had previously experienced with regards to the political relationship between local provinces and the central government. The present work intends to identify certain actions of Rosas’ government from 1835 in the provinces available in the letters to the governors and the official press to understand the paths chosen by the leader for the consolidation of a government that, although it used the discourse of federalism, is widely held to be authoritarian.

## Keywords

Rosist politics, Interprovincial relations, Federalism, Political Discourse, Violence.

## Sumário

1- Introdução	11
2- Capítulo 1: A construção do governo rosista: conceitos e questões chaves.	21
1.1- O cenário político da ascensão de Rosas: primeiro governo (1829-1832)	24
1.2- O segundo governo de Rosas: a busca pela ordem federal (1835-1852)	31
1.3- Reflexões sobre a experiência rosista: conceitos e questões	42
1.3.1 O conceito de soberania e a organização do Federalismo rosista	43
1.3.2 A ordem <i>unamista</i>	49
1.3.3 A formação do imaginário federal como questão	52
1.3.4 Rosas: <i>caudillo</i> ?	57
1.4- Um governo para o <i>Pueblo</i>	66
3- Capítulo 2: A relação “diplomática-autoritária” de Rosas com as províncias (1835-1852)	73
2.1- A produção discursiva e a esfera pública de Rosas	80
2.2- As relações interprovinciais entre 1835-1835: as cartas como fontes	84
2.3- A imprensa oficial como veículo das ideias rosistas	96
4- Conclusão	109
5- Referências Bibliográficas	112

## Lista de figuras

Figura 1 - Cabeçalho do jornal <i>La Gaceta Mercantil</i> .	54
Figura 2 - Juan Manuel de Rosas, 1840.	55
Figura 3 - Cayetano Descalzi <i>Boudoir federal</i> , 1845. Óleo s/tela.	55
Figura 4 – Mapa das Províncias Unidas do Rio da Prata após 1820.	76
Figura 5 – Cabeçalho do jornal <i>La Gaceta Mercantil</i> .	81
Figura 6 - Destaque superior direito de carta de 1843.	81
Figura 7 - Mapa das Províncias Unidas do Rio da Prata.	85
Figura 8 - Mapa da Confederação Peru-Boliviana entre até 1839.	90
Figura 9 – Expressões do Federalismo rosista.	95
Figura 10 - Trecho da primeira página do jornal <i>La Gaceta Mercantil</i> .	97

*Desde los tempos más remotos han pensado los hombres cómo podrían librarse de este horroroso meteoro, imaginando tantas absurdidades, que referiremos algunas para la diversión y aun instrucción de nuestros lectores, porque también se aprende estudiando las aberraciones del entendimiento humano.*

*La Gaceta Mercantil*, 20 de agosto de 1839, num. 4841, p. 2

## Introdução

Em 5 de julho de 1833, as ruas de Buenos Aires receberam o primeiro número do periódico *El Restaurador de las Leyes*, impresso pela *Imprenta Argentina*. O jornal foi político, literário e comercial, com 87 edições publicadas e contou principalmente com a colaboração de Pedro de Angelis, intelectual importante naquele cenário político. O periódico rodou seu último número em 16 de outubro do mesmo ano, informando previamente a organização de um levante federal – *La Revolución de los Restauradores*. Esse levante, para além de outras questões, contribuiu para o início da segunda gestão de Juan Manuel de Rosas como governador de Buenos Aires de 1835 até 1852.

Ainda que o jornal tenha tido pouca circulação, seu título adjetivou Rosas durante seu governo e apresentava uma das principais funções do governador durante sua segunda gestão: trazer a ordem por meio do retorno das leis. Em um contexto de instabilidade e disputas pela organização da política entre as partes da hoje Argentina, a figura política de Rosas significava um futuro político promissor para a sociedade e para a política, mesmo que, na prática, o método tenha sido diferente do que vinha sendo feito desde 1810 entre as províncias da região do Rio da Prata e que as leis tenham se estruturado também por meio da coerção e da violência.

A importância de Rosas em seu tempo e até hoje está atrelada à originalidade de sua experiência política e ao sentido dado aos conceitos políticos. Como organizar uma República sem Constituição? O modo como o Federalismo foi articulado naquele contexto conferia às províncias a situação de Confederação, porém a centralidade política da figura de Rosas, enquanto governador de Buenos Aires, fazia sentido nessa organização? Como se dava a relação política entre as províncias e delas com Buenos Aires? Essas e outras várias questões atravessam o tempo e a historiografia argentina fazendo com que a temática do governo rosista esteja presente em muitos trabalhos desde meados do século XIX.

Pode-se dizer, então, que a experiência rosista foi um fenômeno, tanto para a historiografia argentina como a cultura nacional. Em 1989, os restos mortais de Rosas voltaram a Buenos Aires – estavam na Inglaterra, onde viveu de 1852, quando de seu exílio, até sua morte, em 14 de março de 1877 – e desde então seu nome está em ruas e avenidas, há estátuas e bustos em sua memória, sua imagem aparece na nota de 20 pesos e recorda-se a Batalha da *Vuelta del Obligado* de 1845, considerada um momento chave entre as províncias para a luta contra França e Inglaterra, em um feriado nacional. Fazer

memória desse importante personagem da formação do Estado argentino é trazer à tona a importância de sua trajetória tendo em vista os efeitos que ela causou para a política e a sociedade rio-platense.

Escolher pesquisar e estudar essa experiência política é desafiador. Há detalhes e questões que são próprios daqueles e daquelas que vivem na Argentina e que por isso tem maior contato com a trajetória no século XIX, cheia de variações constantes de cenário político, econômico e social, por meio dos monumentos, dos feriados, das políticas de memória. Além disso, algumas vezes faz-se difícil entender algum processo, identificar um problema, pensar melhor sobre determinado conceito; no contexto do segundo governo de Rosas, o Brasil coroava Dom Pedro II como Imperador após o período regencial, marcado por revoltas e instabilidade, iniciando o Segundo Reinado com base na concentração de poder no líder, na continuidade do uso mão de obra escravizada e na força política, econômica e social do café.

Outro grande desafio é lidar com a vasta disponibilidade de materiais, historiografia e a necessidade de um filtro sobre as questões a serem estudadas. Os trabalhos sobre Rosas abarcam diversos aspectos de seus anos como governador de Buenos Aires: política, economia, a cultura, a parte jurídica e as leis, a lida com a sociedade, a manipulação dos símbolos, as festas e seus significados adaptados ao governo, os jornais, biografias, a relação com os negros, com os indígenas, as relações exteriores, a organização das guerras etc. Há fontes disponíveis quase que na íntegra, só de cartas e escritos pessoais o *Archivo General de La Nación* organiza cerca de dez caixas; o jornal de circulação oficial – *La Gaceta Mercantil* – se encontra na Biblioteca Nacional Mariano Moreno com todos os números organizados em tomos semestrais; outros jornais da época também são acessíveis ao público, mesmo que boa parte desses materiais não estejam digitalizados.

Em termos de política, o desafio é maior ao se identificar na experiência rosista o uso da violência, da propaganda e da extensão do uso do poder de um cargo provincial como pilares para legitimar o poder. A tendência é se lembrar de experiências políticas de cunho autoritário e achar, no meio dos estudos, que a organização das províncias no modelo confederativo tenha sido copiada literalmente do exemplo norte-americano, já que em determinados textos assinados por Rosas a defesa do “Federalismo” se assemelha do conceito pensado na obra “O Federalista” de 1787.

Ainda que essas referências apareçam nos estudos sobre Rosas, a política organizada pelo governador de Buenos Aires foi original ao seu tempo, composta por

elementos de se fazer política pouco utilizados até aquele momento. Alguns historiadores apontam certa continuidade institucional à experiência política anterior, outros encaram Rosas como uma adaptação das tentativas anteriores a ele de organização do Estado nacional, um outro grupo procura colocá-lo como uma experiência unitária de tão federalista que foi. Ainda assim, as províncias do Rio da Prata nunca haviam vivido algo parecido até aquele contexto em termos de método utilizado para se estabelecer poder e ordem.

O que torna sua experiência única, para além do fato de que nenhum acontecimento se repete igualmente, foi como articulou a violência, a coerção, o poder e o apoio da sociedade nos anos de um governo que se desenvolveu com base na legitimidade da sua figura política e da possibilidade da sua presença – física ou por meio de imagens –, fazendo com que não dependesse apenas das instituições tradicionalmente utilizadas até aquele momento para estabelecer seu poderio (Assembleia Constituinte, Constituição, unificação territorial etc). Com esses elementos políticos quase inéditos ao seu tempo, Rosas se somou às inúmeras tentativas de organização política e nacional da atual Argentina, fatos que configuram o século XIX como um período de construção, de arrumação, de empoderamento dos atores sociais e políticos que deram força e forma aos Estados e às nações da América. A avaliação de sua experiência para o arranjo do país pode ser vista logo após sua queda, quando os debates sobre a Constituição promulgada em 1853 trouxeram à tona a legitimidade do sistema republicano e federal adotado.

Lidar com esses desafios é uma tarefa iniciada em 2014, na pesquisa sobre a experiência unitária do empossado presidente Bernardino Rivadavia entre 1826-1827 e a tentativa de construção de Estado nacional baseado na soberania do presidente em troca da diminuição do poder das partes. O trabalho se organizou com base na análise dos números de *El Mensajero Argentino* no mesmo período de governo, já que Rivadavia foi um homem que deixou poucos textos próprios escritos. Procurou-se entender, principalmente, como o projeto unitário foi construído, aprovado entre os representantes e debatido no Congresso de 1824-1827 com tanta força. Também teve como objetivo perceber o enfraquecimento do mesmo projeto, situação que levou à renúncia de Rivadavia e o fracasso do terceiro projeto nacional organizado desde 1813.

Tendo em vista que a pesquisa acima foi organizada praticamente inteira durante o intercâmbio realizado de fevereiro a julho de 2015 na *Universidad Católica Argentina* em Buenos Aires, os estudos realizados naquele semestre durante a disciplina de História Argentina I despertaram o interesse em Rosas, na organização de um poder contrário e,

por vezes, em resposta ao de Rivadavia. O caminho para delimitar as questões a serem desenvolvidas nesta dissertação foi longo, cheio de dúvidas e repleto de temas interessantes tendo em vista a grandiosidade da historiografia e materiais disponíveis sobre Rosas. O olhar generoso e paciente de importantes professores, o trabalho na busca de fontes em Buenos Aires e o contato com a historiografia mais atual contribuíram fortemente no fechamento da temática aqui desenvolvida.

A dissertação tem como objetivo entender de que maneira Rosas se manteve tanto tempo como governador de Buenos Aires a partir da relação que estabeleceu com os governadores por meio do discurso político adotado entre 1835 e 1852. Para isso, utiliza-se cartas trocadas entre Rosas e alguns governadores para ilustrar a construção de uma relação política que misturava o público com o privado. Tendo em vista que as cartas apresentam a relação direta entre os governadores e Rosas, a imprensa oficial servirá como fonte para entender o fortalecimento dessa relação política com os governadores através da análise de alguns números do periódico *La Gaceta Mercantil* entre 1839 e 1841 e de alguns trechos da obra de Pedro de Angelis *El Archivo Americano y Espiritu de la Prensa del Mundo* (1850), livro que teve como principal objetivo mostrar os sucessos de Rosas para a Europa. Entende-se que entre 1835 e 1852 a política rosista foi mais enfática na consolidação da causa federal, na eliminação do considerado inimigo, no trato das relações exteriores e no envolvimento em conflitos internacionais. Alguns historiadores apontam que o ano de 1840 pode ser considerado o momento auge dessa política, em um cenário de maioria federal.

As principais características da política rosista em Buenos Aires são a violência e a coerção, muito por conta do uso das armas para resolver questões políticas e eliminar o considerado inimigo. A ideia é identificar essas marcas nas cartas e a partir daí perceber se as relações com os governadores foram construídas da mesma forma. Nesse caminho, o uso da imprensa servirá para entender como o regime rosista pretendeu atingir os habitantes das províncias mais distantes, partindo do pressuposto que o alinhamento do governador à política de Rosas e consequentemente à causa federal causaria uma adesão quase que natural das sociedades ao regime rosista, o que geraria um cenário de *unanimidade*.<sup>1</sup>

Para desenvolver as questões centrais da dissertação, no primeiro capítulo organiza-se o panorama político e social da política rosista – como chegou ao poder no

---

<sup>1</sup> Esse conceito é desenvolvido por Jorge Myers em *Orden y Virtud* (Eudeba, 1995) e trabalhado no capítulo um.

primeiro e no segundo mandato, sua trajetória no segundo governo, a formação dos principais elementos de coerção, a organização de *La Mazorca* em Buenos Aires, o exílio dos intelectuais da Geração de 37, o combate ao inimigo, o uso da imprensa etc. – e desenvolve-se alguns conceitos-chaves para o melhor entendimento desse cenário, tais como *Pueblo*, *caudillo*, *orden unamista* e *Federación*. A análise do discurso político empregado nas cartas enviadas ou respondidas aos governadores de algumas províncias por Rosas entre 1835 e 1840 e do discurso de propaganda presente na imprensa oficial através de alguns números do jornal *La Gaceta Mercantil* entre 1837 e 1840 compõe o segundo capítulo, que procura responder as hipóteses levantadas nesse trabalho.

O presente trabalho procura acompanhar os debates da historiografia latino-americana e argentina mais atuais no que diz respeito à construção de novos olhares, observando outros importantes atores sociais, seguindo as desconstruções das visões tradicionais e aproximando-se de um discurso sobre o século XIX baseado em experiências políticas que se utilizaram de vários elementos para se desenvolverem a fim de melhorar a visão sobre os processos de organização do Estado após as independências frente à Espanha.

Em termos gerais, o conjunto de ideias aqui desenvolvido também está inserido no campo da história intelectual latino-americana que tem se preocupado em revisitar determinadas questões por meio de outras perspectivas, procurando observar com cuidado as formas de pensar, agir, imaginar e lidar com as sociedades. De acordo com Jorge Myers, sendo um “campo flutuante e de fronteiras difusas”, a história intelectual conversa com a história das ideias – bem como os historiadores alemães de final do século XIX e importantes trabalhos contemporâneos entendem e desenvolvem – e a história dos intelectuais, seguindo algumas perspectivas defendidas por Pierre Bourdieu e Michel de Certeau.<sup>2</sup>

A história intelectual latino-americana vem se destacando no cenário historiográfico nas últimas décadas com a proposta de perceber a mutação dos objetos ao longo do acontecimento histórico, o que possibilitaria múltiplas interpretações de acordo com os fatos. Para isso, tem procurado usar não somente a produção intelectual ou oficial em si, mas todas as formas de expressão que deem aos historiadores diferentes maneiras de pensar os acontecimentos históricos. A proposta dessa história intelectual é observar

---

<sup>2</sup> MYERS, Jorge. *Músicas distantes*. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem. In: SÁ, Maria Elisa Noronha (org.) *História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016, p. 24.

os acontecimentos históricos através da ideia de *sujeito coletivo* que se expressa por meio de linguagens, vocabulários, expressões artísticas, colunas de opinião, panfletos populares, correntes de pensamento; símbolos, festas, uso de cores e imagens, imaginário histórico, grupos armados.<sup>3</sup>

A valorização dessas expressões sociais, para além de uma produção *letrada*, faz com que a dissertação busque se aproximar às pesquisas históricas que vêm se preocupando com a cidadania, a representação e a República, entendendo que as novas abordagens e os novos olhares ao *sujeito coletivo* culminaram num olhar cruzado com a Nova História Política por retomar determinadas questões a partir de um revisionismo histórico. Nessa perspectiva, é possível perceber o esforço pelo desenvolvimento de ferramentas conceituais que procurem dar conta de uma nova maneira de pensar e fazer a história intelectual, já que as ideias estavam sendo disseminadas por homens que faziam parte de grupos sociais em construção nos momentos históricos específicos.

### **Algumas reflexões iniciais.**

O hábito de chamar “história argentina” ao período que se abre com a Revolução de Maio de 1810 responde a uma convenção aceita pela historiografia e à naturalização de que o ponto de partida dessa história estava presente muito antes do que se consolidou como o país Argentina. A *Republica Argentina*, país que se formou durante a segunda metade do século XIX, foi durante muito tempo o molde, tanto geográfico como político, sobre o qual se construíram os relatos sobre seu passado.

A partir de maio de 1810, portanto, as cidades e províncias que trinta anos antes se organizavam no Vice-reino espanhol do Rio da Prata foram cenário de guerras e conflitos das mais diversas naturezas, como também sujeitos de inúmeras formas de soberania. Dali em diante, as disputas se expressaram através de distintos níveis de enfrentamento: colônia X metrópole, províncias X Buenos Aires capital, provinciais X *porteños*, federais X unitários. Em todas essas disputas, a dimensão territorial da política pode ser uma chave fundamental para entender o porquê e em nome de que houve tantos conflitos, por meio das palavras, das ideias e das armas.

Entre fins do XVIII e início do XIX a política entrava na rotina daquela sociedade, desenvolvida com novos tipos de conexões e relações através de mecanismos até então desconhecidos, como o voto, a Constituição, o debate de ideias e a violência. Dessa forma,

---

<sup>3</sup> *Idem*, p. 31.

durante o processo de organização do Estado, o princípio de que o poder implicava quase que exclusivamente o governo dos territórios foi dando lugar ao governo de e para indivíduos, mesmo que em todo momento Buenos Aires tenha desempenhado um papel importante de concentração de poder e ideias tendo em vista a tradição da cidade “capital”.

Esse equilíbrio entre as partes demorou para acontecer e o modelo de governo para o país também, situação melhorada em meados da década de 1880. O caminho até esse momento foi tortuoso. Desde maio de 1810 e a chegada de Rosas ao poder em 1829, as províncias vivenciaram: a) uma Junta Grande, proposta por Buenos Aires, a fim de manter a situação política de Juntas Governativas nas províncias; b) a instalação de um governo com três representantes – Triunvirato (1811) – que organizou uma assembleia para estabelecer uma Constituição – a *Asamblea del año XIII* (1813) –; c) a consolidação do Diretório (1814) para discutir o futuro das províncias diante do fracasso do documento de 1813; d) o Congresso de Tucumán em 1816, que proclamou a independência das *Provincias Unidas de Sudamérica de la dominación española y de toda otra dominación extranjera*<sup>4</sup>, medida consolidada com a elaboração da Constituição de 1819, que também fracassou diante dos conflitos existentes entre as províncias por território e poder. Os documentos produzidos nesse cenário pouco definiam o sistema de governo a ser instalado entre as províncias, tampouco respeitavam a organização interna delas, aprofundando o problema da distribuição de poder territorialmente e gerando um grande desgaste político entre as partes.

Nessa onda de instabilidade, a década de 1820 ficou marcada pela crise, já que naqueles anos as disputas entre Buenos Aires e algumas províncias diluíram o que ainda restava de poder central proveniente de Buenos Aires através do Diretório, fortalecendo o poder provincial por meio dos *caudillos*. A historiografia argentina qualifica o período iniciado em 1820 de *Anarquía del año 20, la catarata de acontecimientos que derivó del literal vacío de poder*.<sup>5</sup>

A terceira tentativa de organização do poder após a crise dos anos 1820 se deu com Rivadavia e a Constituição de 1826, que pretendia instalar um sistema de governo republicano unitário. A chegada ao poder se deu por meio do Congresso de 1824-1827,

<sup>4</sup> “El vocablo “Sudamérica” expresaba la indefinición del momento respecto a cuáles serían las provincias que realmente quedarían bajo la nueva condición jurídica: ni la Banda Oriental ni las provincias del litoral – en conflicto con el Directorio – formaron parte del congreso.” TERNAVÁSIO, Marcela. *Historia de la Argentina 1806-1852*. Buenos Aires: Editores Siglo Veintiuno, 2013, p. 92.

<sup>5</sup> *Idem*, p. 121.

do fortalecimento das ideias unitárias entre os representantes e da necessidade de união entre as partes diante da Guerra com o Império do Brasil – Guerra da Cisplatina, na historiografia brasileira – entre 1825 e 1828. A experiência rivadaviana, no entanto, seguiu concentrando poder a partir da província de Buenos Aires e o documento constitucional de 1826 – que legitimava o sistema republicano, o voto, a religião, etc. – afirmava essa postura: a soberania ficaria com o presidente em Buenos Aires, sob a condição de adesão das províncias e a perda de certa soberania dos governadores em nome da formação do país. O rechaço desse documento, o aumento da crise econômica e a péssima gestão da guerra fez com que Rivadavia renunciasse sua posição política e as províncias entendesse que a necessidade de cuidarem de suas questões – fronteiras, problemas com outras províncias, conquista de território, *caudillos* – era maior do que a busca pela organização nacional. Somado a isso, a tensão entre unitários e federais aumentou com a conquista das províncias no interior pelas facções, configurando-se em um conflito civil, político e ideológico que marcou o final da década de 1820 e o início de 1830.

Entre 1827 e 1829, Buenos Aires contou com outros importantes governadores e as questões com as províncias não deixaram de existir. Porém, a confiança entre as elites, os *caudillos* e na Sala de Representantes de que Rosas seria o nome para a tão sonhada ordem política fez com que fosse escolhido como governador de Buenos Aires em dezembro de 1829. A expectativa por um Congresso e uma Constituição para organizar as províncias seria alimentada de início, porém foi quebrada durante o tempo de governo rosista. No curso da gestão de Rosas, os pedidos de Constituição pelos representantes diminuiriam pouco a pouco conforme o aumento da violência e o entendimento de que outros métodos seriam utilizados para alcançar a ordem entre as províncias.

Essa ordem não pode ser estudada sem um olhar atento para a centralidade da figura de Rosas, que deu ao regime adotado um caráter personalista. Os inúmeros plebiscitos convocados que geravam mobilização popular e a presença massiva da imagem de Rosas nos espaços públicos e privados foram importantes elementos na construção da legitimidade, já que aproximavam o líder das camadas “populares”. Para além da busca pela ordem, defender a causa federal demonstrava adesão a Rosas enquanto figura política, imagem que trazia confiança, segurança, resolução de conflitos em uma sociedade marcada pela instabilidade desde 1810. Por isso o busto e as vitórias militares de Rosas são os temas que mais aparecem nas pinturas e imagens desse contexto.

Mesmo com a força de sua figura política, em todo período de política rosista a instabilidade esteve presente na guerras na região do Rio da Prata envolvendo o Uruguai e o Império do Brasil e internamente, já que o fim de qualquer tipo de oposição, tanto em Buenos Aires quanto nas províncias, gerou um cenário de tensão. As listas intermináveis de nomes considerados *salvages unitarios* permitiu a consolidação de um cenário federal nas principais cidades e a ação dos grupos armados aliados à política rosista fez com que essa tensão aumentasse consideravelmente. No caso de Buenos Aires, destaca-se a atuação de *La Mazorca*, braço armado de Rosas na eliminação do inimigo unitário.

O rosismo enquanto projeto foi um firme opositor da construção de uma estrutura constitucional de alcance nacional e mesmo assim conseguiu consolidar bases sólidas para que as províncias se desenvolvessem politicamente e criassem uma identidade nacional coletiva mesmo após 1852. Para além de ocupar um vazio institucional, Rosas construiu seu regime se aproveitando da arquitetura institucional existente, ampliando e consolidando essa estrutura como não havia sido possível até então. Apesar da guerra quase permanente e dos problemas econômicos – como a inflação –, seu longo período de governo fez com que a ideia da soberania das províncias fosse mais bem desenvolvida e que, após 1852, as lideranças províncias se encontrassem mais maduras politicamente para definirem a organização do Estado efetivamente.

Pero en buena medida pudo tener esos significados en la historia rioplatense porque no sólo había surgido como fruto de la activa movilización de las clases populares sino también porque pudo gobernar tantos años manteniendo y reproduciendo esa adhesión hasta terminar por convertirse en una eficaz herramienta para su disciplinamiento y para el control social.<sup>6</sup>

Na perspectiva das camadas populares, o regime político em que viviam era definitivamente uma República, um lugar que os cidadãos escolhiam seus representantes, que devolviam essa escolha com trabalho e ordem. Aqueles que haviam se levantado contra o governo legítimo e organizado da República deveriam ser combatidos. Se a maioria dos habitantes de Buenos Aires não tivessem apoiado essa posição, é pouco provável que as guerras federais, que demandavam o esforço das pessoas e a riqueza para investimento no conflito, fossem mantidas e muito menos vencidas. Da mesma forma, aqueles que haviam vivido o período de “Anarquia” nos anos 1820 não tinham dúvidas de que as instituições judiciais estavam mais efetivas e que a campanha dos anos 1830 e

<sup>6</sup> FRADKIN, Raúl Osvaldo; GELDMAN, Jorge Daniel. *Juan Manuel de Rosas: La construcción de un liderazgo político*. Buenos Aires: Edhasa, 2015, p. 442.

1840 era mais ordenada e estável. Em comparação com os regimes europeus daquele contexto, a experiência rosista parecia menos sangrenta em números de execução, por exemplo, e garantia os direitos que haviam sido retirados dos cidadãos, como o voto e a liberdade de trabalho.

Ainda que a pesquisa e o trabalho aqui desenvolvidos tenham seus próprios desafios, o maior deles segue sendo olhar a história argentina sendo uma historiadora brasileira. Para isso, o apoio dos professores Fabio Wasserman (UBA/CONICET – Buenos Aires) e Ignacio Zubizarreta (IEHSOLP/CONICET – La Pampa) foi fundamental para organizar toda temática desenvolvida aqui, que contou com a generosa orientação deles no projeto e no processo de escrita a partir da pontuação de problemas, de importantes sugestões e da correção do que era necessário. O caminho ficou, sem dúvidas, menos tortuoso por conta desses importantes olhares.

## A construção do governo rosista: conceitos e questões chaves.

La política de Rosas siempre se apoyó sobre una concepción de la “ley” que suponía que su imperio en la sociedad – dado que para él todo orden político debía ser una construcción artificial – se lograría principalmente por medios coercitivos. Tanto en el discurso de sus publicistas, como en el suyo propio, éste representaba un punto particularmente difícil a resolver, cuya dimensión teórica les era bastante opaca, y cuyas consecuencias les eran desconocidas.<sup>7</sup>

O século XIX para as Províncias Unidas do Prata se constituiu como um período decisivo para a formação territorial e a organização política da região. Após o processo de independência em 1816, o que se seguiu foi uma série de governos com diferentes projetos políticos para as províncias. Dentre esses projetos, o governo de Juan Manuel de Rosas se organizou diante de um cenário de disputas entre federais e unitários estabelecendo um modelo de governo autoritário que de certa forma procurava responder aos projetos políticos fracassados anteriormente através dos princípios de um Federalismo que se popularizou entre 1829 e 1852.

Esse importante personagem da história das províncias do Rio da Prata nasceu em Buenos Aires em 30 de março de 1793. Sua família pode ser considerada de elite e pertencente à camada agrária de Buenos Aires, com uma *clientela* forte e atrelada às estruturas de poder político colonial. Raúl O. Fradkin e Jorge Geldman apontam que entender Rosas como um *militar filho de militares* “es una fórmula que sintetiza bien esa trayectoria” marcada pelo crescimento da influência rosista principalmente no interior. A partir de 1820, é possível identificar a interferência discursiva de Rosas nos debates da Sala de Representantes e nos conflitos internos de Buenos Aires a frente de uma milícia de *campana* que derrota as forças urbanas e impõe Martín Rodríguez como governador, situação entendida pela historiografia argentina como início de sua vida pública.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> MYERS, Jorge. *Orden y Virtud*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995, p. 77.

<sup>8</sup> FRADKIN, Raúl Osvaldo; GELDMAN, Jorge Daniel. *Juan Manuel de Rosas: La construcción de un liderazgo político*. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

No início da década de 1820, a liderança de Rosas na campanha estava longe de se constituir, já que ele não era nem um dos principais proprietários de terra, nem líder desse setor social, também não tinha importante cargo na milícia e seu prestígio com as camadas populares era praticamente nulo. A ascensão de Rosas se deu em resposta ao contexto político marcado por disputas entre unitários e federais, por meio da adesão dos deputados da Sala dos Representantes e em parceria com os governadores das províncias e os *caudillos*. A voz da campanha surgiria num cenário de crise entre as facções que se organizaram oficialmente no Congresso de 1824-1827 e que ganharam força e forma a partir do governo de Bernardino Rivadavia, terminado em 1827 por conta de problemas econômicos e do rechaço ao projeto unitário pelos governadores.<sup>9</sup>

Rosas adquiriu força o suficiente para se tornar o *Restaurador de las Leyes* com um discurso político a partir de Buenos Aires, fundamentado na liberdade nas províncias e pautado na crise, cenário que defendeu até sua queda em 1852. Se parte do alargamento de poder que adquiriu foi dado legalmente em nome da guerra contra os unitários, os usos desse poder passaram pela coerção, pela violência e pelo discurso de ordem na esfera urbana e rural.

Dessa forma, é possível caracterizar esse governo pela construção – ou reconstrução – de uma nova ordem política a partir de Buenos Aires que logo chegou às províncias através da subordinação das classes populares e das elites, da quase eliminação da oposição por meio de exílios e mortes e pela construção de uma identidade federal coletiva. O governo de Rosas chegou a todos os espaços políticos e setores sociais carentes de ordem no Rio da Prata.

Tendo em vista que este trabalho dialoga principalmente com a historiografia argentina, boa parte da linha de pensamento aqui desenvolvida acompanha um conjunto de trabalhos inclusos no que vem se formando como “Nueva História Argentina”, propostas de entendimento da história nacional na chave do revisionismo e da percepção de determinados aspectos que outras correntes historiográficas não haviam dado enfoque. A experiência de governo de Rosas se insere nesse grupo de trabalhos, que gerou contribuições importantes acerca das expressões políticas de adesão ao governo, sistemas eleitorais, a

---

<sup>9</sup> Ao sair do governo em 1827, Bernardino Rivadavia foi nomeado comandante de *campana*. In: TERNAVASIO, Marcela. *Historia de la Argentina* (1806-1852). Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013, p. 62.

política das ruas, o uso de cartas como forma de coerção, entre outros. Os trabalhos inseridos na conjuntura delimitada por este texto demonstram um esforço desses historiadores em

repensar las periodizaciones y los límites temporales respecto de la “época de Rosas” y plantear la necesidad de un abordaje más amplio y complejo de las escalas espaciales que usualmente ha establecido la historiografía.<sup>10</sup>

Nessa perspectiva, os comentários de Marcela Ternávasio, Noemí Goldman e Jorge Myers serão fundamentais para o entendimento da conjuntura e na proposta de questões sobre o tema, além de importantes conceitos como “ordem republicana”, “Pueblo”, “periodismo popular”, “caudillismo”. Myers também é importante para desenvolver a ideia de unanimidade e instalação de um governo que se considerava nacional; Pilar González ajuda a perceber a relação governo-população junto com Ternávasio por meio da sociabilidade e civilidade urbana. Ignacio Zubizarreta contribui mostrando a visão dos unitários e permitindo perceber os usos da violência por parte dos federais para com os opositores. Ricardo Salvatore e María Lia Munilla Lacasa mostram a cultura via *paisanos*, entendendo as expressões populares como uma importante forma de adesão ao governo rosista. Nora Souto e José Carlos Chiaramonte permitem entender melhor o Federalismo norte-americano, mas sobretudo a construção do modelo federal rosista, que foi peculiar em seu contexto. Hilda Sabato contribui com a visão da cidadania e da violência como forma de participação política, temática pouco explorada neste trabalho, mas importante para entender o governo popular de Rosas. Sobre o uso de armas, Gabriel Di Meglio é importante para pensar o papel de *La Mazorca* e de suas ações como a forma mais importante de demonstração da “causa federal”, principalmente no segundo governo. O trabalho de Tulio Halperin Donghi “*Historia Argentina: de la revolución de Independencia a la Confederación rosista*” (vol. 3) é fundamental para se entender os anos de rosismo por meio de um texto denso e profundo sobre diversos aspectos da governabilidade de Rosas. Raúl O. Fradkin e Jorge Geldman publicaram uma biografia acadêmica em 2015 que reconstruiu alguns caminhos da vida de Rosas dentro dos processos políticos, sociais e econômicos, mas

<sup>10</sup> GONZÁLEZ, Pilar; DI PASQUALE, Mariano. *El ‘momento’ rosista*. Bordes y desbordes de lo pensado. Anuario IEHS 33 (2) 2018, p. 141.

também os usos de sua figura dentro nesses caminhos, a fim de entender estruturas e revisitar aspectos desse período que careciam de um outro olhar.

O capítulo que segue, portanto, procurará entender o caminho político de Rosas até sua consagração como governador de Buenos Aires (1829-1832) e colocará maior foco no segundo governo, datado de 1835 até 1852, pois se entende que nesse contexto a política governamental aplicada foi mais bem constituída em termos de violência e lei. Com o enfoque em Buenos Aires, a ideia é entender o contexto e perceber a maneira pela qual o governo de Rosas foi estruturado tanto no aspecto público – instituições, como lidou com a imprensa e a manutenção da ordem – como no âmbito privado, através dos símbolos e da imposição de uma série de fatores que caracterizavam o indivíduo como “federal”. Se o intuito do regime rosista era alcançar a unanimidade federal e a ordem republicana a fim de cessar os conflitos políticos existentes desde meados de 1815, é necessário entender determinados conceitos, como Federalismo, *caudillismo*, soberania e *Pueblo*, bem como a busca pela unanimidade e construção do imaginário político e social em torno de Rosas. O objetivo desse texto é conhecer o governo rosista em torno do projeto que fortaleceu a política federativa entre as províncias do Prata, já que para se manter tanto tempo no poder, algumas ações consideradas fracassadas das experiências anteriores foram evitadas, modificadas e ampliadas, em determinados aspectos.

### 1.1.

#### **O cenário político da ascensão de Rosas: primeiro governo (1829-1832).**

Em finais de 1828, a Guerra que envolvia a Banda Oriental e o Império do Brasil terminava. O resultado desse conflito foi a independência do Uruguai, mas para as províncias do Rio da Prata esse conflito havia agravado ainda mais a crise política que assolava a região. O governador de Buenos Aires, Manuel Dorrego, encerrou a guerra diplomaticamente com o Império gerando aumento das tensões interprovinciais e entre as facções que à atuavam na política – unitários e federais. Essa situação foi agravada com o descontentamento dos chefes do exército, que consideravam o acordo firmado com o Império do Brasil uma falta de consideração com os soldados que haviam lutado na guerra.

Parte do grupo unitário de Buenos Aires aproveitou esse descontentamento para derrubar Dorrego. Liderado pelo general Juan Lavalle, que havia participado da Guerra contra o Brasil, organizou-se um golpe militar de cunho unitário em 1º de dezembro de 1828, destituindo Dorrego de seu cargo e dissolvendo a Sala de Representantes eleita pouco tempo antes. Dorrego foi em busca do apoio dos líderes da *campaña* e encontrou Rosas, então comandante das milícias da província de Buenos Aires.

Rosas era chefe de *campaña*, havia participado de missões semi-oficiais e se aproximava da elite governante. O rápido crescimento de sua carreira política aconteceu quando Dorrego, afastado do poder, assumiu um duplo papel de defensor da ordem na *campaña* e juiz dos conflitos entre unitários e federais, identificando-se mais com a segunda facção. Em Buenos Aires, Lavalle, que havia ocupado o cargo de governador, mandou executar Dorrego para selar a vitória dos unitários no cenário político. O fuzilamento de Dorrego ocorreu em 13 de dezembro de 1828 e sua principal consequência foi acirrar os conflitos gerando uma guerra civil entre unitários e federais. Os unitários mantinham Buenos Aires controlada devido ao apoio de uma parte do exército, os federais dominavam a *campaña* com suas milícias. Rosas buscou apoio de outros governadores, como Estanislao López, de Santa Fé, e conseguiu derrotar Lavalle em 29 de abril de 1829.

O Pacto de Cañuelas, entre Rosas e Lavalle, colocava fim às hostilidades e o propósito de convocar eleições para formar uma nova Sala de Representantes para a escolha de um governador para Buenos Aires. Tendo em vista que a violência estava na ordem do dia, Lavalle anulou as eleições e uma série de conflitos recomeçaram em Buenos Aires. Apenas em 24 de agosto de 1829 e a nomeação de um governador provisório, Juan José Viamonte, apaziguou as relações políticas.

Nesse cenário conflitivo, Rosas se convertia em um árbitro, assumindo uma postura de “ordenador” muito importante naquele momento. Entre os debates com Viamonte sobre os próximos passos, restituiu-se a Sala de Representantes dissolvida em 1828 e a partir dela, elegeu-se, quase que por unanimidade, o governador de Buenos Aires: Rosas.

Sua consagração como governador da província de Buenos Aires nesse momento foi, para os observadores políticos, um episódio natural diante dos

acontecimentos de seu contexto. Para seus partidários, foi um sinônimo de paz e ordem, desejos antigos de uma população marcada por conflitos e instabilidade política. Na prática, contou com as Faculdades Extraordinárias – capacidade de tomar decisões rápidas sem consultar a Legislatura, ou seja, um poder executivo alargado para o cargo de governador – e contou com o apoio das camadas urbanas.

Se em Buenos Aires o cenário político dava sinais de estabilidade, a situação era contrária no interior. Em 1829 as províncias lutavam por si e a ideia de um bloco homogêneo ficava cada vez mais distante:

Aunque las provincias andinas – La Rioja, Catamarca y Cuyo – continuaban bajo el control de Facundo Quiroga (La Rioja), no sucedía lo mismo con Salta e Tucumán. La primera seguía en manos de sectores unitarios; en la segunda, el gobernador impuesto por Quiroga se distanciaba de las causas federales. En Santiago de Estero, Felipe Ibarra mantenía una posición relativamente neutral, mientras en Córdoba, el gobernador Bustos no lograba controlar la situación interna, aunque ratificó su alianza con Quiroga.<sup>11</sup>

Tendo em vista que desde a dissolução do Congresso Constituinte em 1827 os termos “unitários” e “federais” já não se referiam apenas ao modelo constitucional ou de governo em debate, entende-se o aumento das tensões no interior: tratava-se de facções com alinhamentos políticos mais contingentes, representantes ideológicos e líderes que colocavam nas disputas questões políticas, pessoais e territoriais.

A ideia imediata sobre o conceito de “faccionalismo” é a de grupos em oposição que disputam espaço político. Nesse trabalho, o conceito de facção é entendido como organização ou instituição que soma uma série de atores políticos que, dirigidos por um ou vários líderes, acordam uma participação coletiva para manter-se no poder.

De este modo, una facción no es otra cosa que un campo de experimentación política no estructurado a través del cual sus miembros inventan y fijan, en el desarrollo de los acontecimientos, nuevas formas de desempeñar el juego social de la cooperación y del conflicto, adquiriendo las capacidades cognitivas, relacionales y organizacionales correspondientes.<sup>12</sup>

<sup>11</sup> TERNAVASIO, Marcela. *Historia de la Argentina, 1806-1852*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013, p. 166.

<sup>12</sup> ZUBIZARRETA, Ignacio. *Los Unitarios: faccionalismo, prácticas, construcción identitaria y vínculos de una agrupación política decimonónica*. 8 de Julho de 2011. 410 páginas. Tese de Doutorado. Freien Universität Berlin. Berlim, 2011, p.64.

Dentre os inúmeros aspectos que caracterizam uma organização facciosa, destaca-se a legitimidade que o grupo deseja por meio do uso constante da opinião pública, dando voz ao *Pueblo*. De acordo com Ignacio Zubizarreta, todas as facções justificavam suas atividades e procuravam definir suas ideias por meio da imprensa, se adaptando ao leitor e consolidando a opinião pública por meio de diversos canais de fala. Nesse contexto, a imprensa tinha o papel, para a facção, de mostrar a verdade por ela mesma – *verdade desnuda* –, apontar os erros do adversário e tirar dos homens e mulheres conceitos considerados injustos e imorais.

“Facção” se aproxima da ideia de partido político, mas os conceitos são distintos. Para Andrés Malamud, a partir do processo de independência e da mudança dos interesses e das representações políticas, “*los portadores de ideas afines, intereses coincidentes o, incluso, simpatias personales, elaboraron los primeros lazos de solidaridad de las que en un principio serían llamadas ‘facciones’*”<sup>13</sup> Assim, as facções podem ser entendidas como um embrião do que se tornariam os partidos políticos de fato.<sup>14</sup>

As disputas entre unitários e federais a partir de 1828 geraram importantes ligas e pactos naquele contexto, já que são vistos como união política das províncias e expressão de suas soberanias. O Pacto Federal de 1831 expressou essa situação, uma resposta à Liga Unitária que se reunia no interior sob a liderança do general José Maria Paz desde finais de 1829.<sup>15</sup> Esse acordo foi assinado por Buenos Aires com Rosas e Santa Fé com Estanislao López a fim de combater o crescimento do Unitarismo no interior e promover o investimento militar nas províncias. A força dos governadores na promoção de alianças com os demais governadores fez com que em 1832 boa parte do interior fosse controlado pelos federais.

A partir do Pacto e da aliança com os governadores envolvidos, as províncias se constituíram em uma espécie de organização confederal em que

<sup>13</sup> MALAMUD, Andrés, *Partidos Políticos*. In: PINTO, Julio (comp.), *Introducción a la Ciencia Política*. Buenos Aires: EUDEBA, 2003.

<sup>14</sup> BONAUDO, Marta. *Repensando el partido/facción en la experiencia latinoamericana*. Revista *Illes i Imperis*. Dossier: Facciones y grupos políticos en la hispanoamerica del siglo XIX. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, n. 17, 2015, p. 17

<sup>15</sup> ZUBIZARRETA, Ignacio. *Unitarios*. Historia de la facción política que diseñó la Argentina Moderna. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 2014.

cada uma mantinha, supostamente, sua independência e soberania, confiando a Buenos Aires a representação das relações exteriores. Essa organização tratou de ser original e peculiar ao seu tempo, já que a relação de forças entre Buenos Aires e as províncias era assimétrica. Marcela Ternavasio comenta que

La peculiaridad de esa confederación fue que la proclamada soberanía e independencia de cada una de las partes se vio reiteradamente limitada no sólo por el manejo que oportunamente Rosas hizo de las relaciones exteriores sino también por la intervención que interpuso en ellas a través de muy diversos mecanismos.<sup>16</sup>

O Pacto Federal até então provisório, se tornou, naquela conjuntura, um dos únicos fundamentos institucionais oficiais que pautou a relação política e econômica entre as províncias. Apesar disso, ao longo do governo rosista, essa relação se mostrou uma aliança política frágil e deu lugar, em algumas situações, a um discurso pessoal, violento e ideológico por parte de Rosas para a manutenção dos interesses políticos vigentes. Somado a isso, o governador de Buenos Aires foi apontado como o único capaz de destituir qualquer presença e luta unitária nos territórios provinciais do Rio da Prata, fazendo com que os unitários fossem demonizados e responsáveis por todo mal político e militar que assolasse as províncias.

Com esse cenário, Rosas começou a construir o caminho para a implementação da ordem federal entre as províncias no primeiro governo a partir de Buenos Aires. O Partido Federal se tornou praticamente hegemônico na Sala de Representantes através de leis e decretos que legitimavam o princípio do federalismo entre as províncias. O uso obrigatório da *divisa punzó* para os funcionários públicos fez com que a adesão à causa tivesse que ser uma manifestação diária.

De acordo com a opinião pública da época, Rosas havia *salvado* as províncias do caos e da anarquia e, diante das experiências governamentais anteriores, o único que conseguiu controlar conflitos permanentes naquela região. Com esse importante argumento, os deputados outorgaram a Rosas o uso das Faculdades Extraordinárias, que para alguns dos representantes da Sala significou um rompimento com o considerado regime republicano conquistado anos antes pela sociedade política. O alargamento do poder executivo havia sido ensaiado

<sup>16</sup> TERNAVÁSIO, Marcela. *Op Cit*, 2013, p. 174.

em outros momentos, sempre com tempo limitado, tendo como justificativa os cenários de crise.

A saída de Rosas diante desse desconforto político dos deputados foi construir uma liderança bem diferente da lógica política da década em vigor, se colocando acima dos grupos políticos e se utilizando do prestígio da *campaña* para fazer redes e acordos importantes nesse primeiro governo. Paralelamente, a ideia foi disciplinar a elite dirigente a aceitar uma liderança personalista e manter os principais nomes da política rio-platense próximos ao governo pretendido.

Durante o primeiro governo de Rosas, a dinâmica de funcionamento do regime político foi mudando, porém a busca pela ordem sob a lógica federalista se manteve. Essa situação denota a montagem gradual de um governo que se adaptou às situações apresentadas a fim de impor um modelo político pautado no poder do Executivo e na unanimidade, se distanciando da ideia de um projeto de governo pensado previamente.

Em 1832, novas eleições para governador eram necessárias e o nome mais votado da Sala foi Rosas. Sua reeleição, no entanto, acontecia sem o direito das Faculdades Extraordinárias, tendo em vista que o cenário em Buenos Aires havia se acalmado. Ainda que a proposta de governo rosista tivesse provocado mudanças significativas entre as facções, os federais opostos a esse instrumento político usado em tempos de crise estavam dispostos a cercear novamente a atuação do poder do governador. Diante da renúncia do cargo, em 1833 Juan Balcarce foi eleito governador de Buenos Aires fazendo com que Rosas reassumisse a liderança da *campaña* e se afastasse fisicamente do cenário político portenho até 1835. A eleição de Balcarce, um general que havia se envolvido na guerra contra os unitários, significou a retomada do controle da Sala ao poder do governador.

Diante dessa situação, a liderança de Rosas não poderia se construir em um partido federal coeso, fazendo com que as bases políticas utilizadas para essa construção se diferenciasssem da utilizada nos anos 1820. Marcela Ternavasio comenta que havia em curso um novo modo de fazer política, preocupado em se distanciar das práticas das elites – uma lógica de negociação *inter pares* –, mas desejoso de construir pactos em nome de todos, fortalecendo as ideias da facção federal. A dificuldade de Rosas durante seus governos foi, portanto, disciplinar a elite acostumada com cargos de liderança e resistente a uma liderança unipessoal.

Por outro lado, o novo modo de fazer política obrigou os unitários a se afastar no cenário público, aproximando e fortalecendo a facção federal.<sup>17</sup>

Com a saída de Rosas em 1833, a facção federal se dividiu em “cismáticos”, maioria da Sala de Representantes e pouco ligados a Rosas, e “apostólicos”, fiéis a Rosas; a oposição, conhecida como “decembristas unitarios”, era constantemente rechaçada por Rosas nas cartas que enviava, desde a campanha, aos seus seguidores. Nas eleições de 1833, os “cismáticos” ou “lomos negros”, consagraram sua hegemonia política na Sala e tornaram possível o retorno de Rosas ao governo de Buenos Aires com amplos poderes mais difícil.<sup>18</sup>

Ainda em 1833, o episódio da “*Revolución de los Restauradores*” colocou em confronto os *apostólicos* e o governo de Balcarce, que recebia críticas da opinião pública por processos a jornais que circulavam com informações contrárias a Rosas. Esse episódio confuso fez com que os federais fiéis a Rosas organizassem, juntamente com Encarnación Ezcurra, esposa de Rosas, a *Sociedad Popular Restauradora*, uma associação que procurou recolocar em Buenos Aires as ideias federais e a valorização da figura política de Rosas por meio da violência e do medo. Seus membros, pertencentes a um pequeno grupo de fanáticos partidários de Rosas, procuraram mostrar apoio ao líder com manifestações públicas de suas ideias e através de ações armadas.

La Sociedad Popular (éste es su verdadero nombre) no es un club, ni una logia; al contrario, esos virtuosos ciudadanos son los enemigos más decididos de las sociedades secretas, y el solo nombre de logia, o de logista, los llena de indignación y horror. Esta Sociedad no es otra cosa que una reunión de ciudadanos federales y propietarios, amantes de la libertad, del honor y de la dignidad de su patria.<sup>19</sup>

Nas províncias, a situação seguia cada vez mais instável com inúmeros conflitos internos e entre governadores, envolvendo ações políticas dos Reinafé em Córdoba, Heredia em Tucumán, Latorre em Salta. O governo de Buenos Aires tentou resolver essas questões mediando os conflitos, porém o assassinato de

<sup>17</sup> TERNAVASIO, Marcela. *Op Cit*, 2013, p. 183.

<sup>18</sup> SALVATORE, Ricardo. “Expresiones federales”: formas políticas del federalismo rosista. In: GOLDMAN, Noemi; SALVATORE, Ricardo (comp). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p.194-195.

<sup>19</sup> Pedro de Angelis, “La Mazorca”, 31 de agosto de 1843 em *Archivo Americano y Espíritu de la Prensa en el mundo*. IN: TITTO, Ricardo J. de (comp) *El pensamiento de los federales*. Buenos Aires: El Ateneo, 2009, p. 181.

Facundo Quiroga em 1835 redefiniu o mapa político do Rio da Prata, tendo em vista que a situação do litoral era tensa entre Corrientes e Buenos Aires e a posição política de liderança regional entre as províncias do interior ficou enfraquecida sem Quiroga. Temendo a repetição do cenário político dos anos 1820 – conhecido como “Anarquía de los años 1820” -, a Sala de Representantes apontou e escolheu, mais uma vez, Rosas como governador de Buenos Aires que se tornaria detentor, a partir de 1835, da *Suma de Poder Publico*, ou seja, o alargamento e controle total dos três poderes pelo líder.

## 1.2.

### O segundo governo de Rosas: a busca pela ordem federal (1835-1852).

“[...] Mientras no se lograra el orden en cada provincia, sería inútil un congreso, puesto que una República Federativa es lo más quimérico y desastroso que pueda imaginarse, toda vez que no se componga de estados bien organizados en sí mismo, porque conservando cada una su soberanía e independencia, la fuerza del poder general [...] no une los pueblos federados, los representa, unidos.”<sup>20</sup>

A partir de 1835, a ordem imposta para as províncias parecia não reconhecer outro líder se não Rosas. Sua maneira de fazer política colocou a salvação para os conflitos políticos e territoriais do Rio da Prata em seu governo e fez com que a ordem federal fosse desejada através de um regime bem peculiar pautado na autonomia das províncias. Durante o tempo em que não esteve como governador de Buenos Aires, Rosas procurou conquistar terras no interior das províncias, pacificando as fronteiras e se aproximando dos homens importantes da região. Seus sucessos militares aumentaram seu prestígio, fazendo com que o título de “conquistador del desierto” fosse somado ao já conhecido “Restaurador de las Leyes”.

Os caminhos que Rosas seguiu para a consolidação desse regime passaram pelo fortalecimento da causa federal como causa da pátria, elevando-se ao cargo de salvador e defensor da liberdade republicana. A resposta do *Pueblo*,

<sup>20</sup> BARBA, Enrique, 1975, 98, 103. SOUTO, Nora. *Federalismo – Argentina*. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. La era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales; Ministerio de la Cultura, vol. I, 2009, p. 457.

nessas condições, deveria ser uma adesão total à causa por meio dos símbolos, das roupas e dos aspectos materiais que enfrentariam os unitários gerando um cenário de terror.<sup>21</sup> A mudança profunda dos rituais cívicos e a exaltação da imagem do governador contribuíram para a construção da ordem republicana e federal, atravessando as fronteiras de Buenos Aires. A ordem republicana foi conquistada via coerção, fazendo com que o forte apoio dos setores populares somado à aproximação política dos governos das províncias tornasse o segundo mandato de Rosas um momento único.

O grande diferencial das ações de Rosas a partir de 1835 foi colocar a autoridade acima da liberdade, de forma a excluir qualquer opinião diferente às máximas empregadas por seu governo. Essa postura caracterizou principalmente o segundo governo, porém sempre esteve presente na política exercida por Rosas. Para isso, utilizou diversos instrumentos de controle sobre a imprensa jornalística, o direito de reunião, as associações e os espaços públicos, tornando a administração pública um órgão sofisticado. A censura, que já se desenvolvia desde 1832, encontrou espaço com a revogação da Lei de Imprensa de 1822 e o aumento do controle do governo de Rosas na circulação das notícias, construindo “una monótona y reiterativa propaganda oficial.”<sup>22</sup>

Com a *Suma* e a responsabilidade das relações exteriores, Rosas conseguiu estender sua autoridade sobre o território das províncias, mas esse poder foi consentido pelos governadores diante da necessidade de um líder frente à situação internacional, como compensação de alguns benefícios que recebiam de Rosas pelas leis protecionistas na aduana e com o cuidado nas fronteiras. A ampliação dos poderes e interferência política do governador de Buenos Aires nas províncias perpassava pela manutenção da soberania das partes.

A defesa desse princípio foi feita principalmente por meio dos acordos políticos e na ausência de uma Constituição oficial. Ainda que alguns deputados insistissem na convocação da Assembleia para a elaboração do documento constitucional, quase a maioria das tentativas receberam respostas negativas de Rosas sob o argumento do fracasso das outras Constituições estabelecidas desde 1810. De fato, ao longo do segundo governo foi organizado uma espécie de *direto*

---

<sup>21</sup> DI MEGLIO, Gabriel Marco. *¡Mueran los salvajes unitarios!:* a Mazorca en tiempos de Rosas. Buenos Aires: Sudamericana, 2007, p. 190.

<sup>22</sup> TERNAVASIO, Marcela. *Op. Cit.*, 2013, p. 207.

*político escrito e não escrito*, equivalente a um sistema de leis constitucionais que valiam mais do que propriamente uma Constituição e que estava presente na rotina política das províncias. Ao fim e ao cabo, o desejo pela manutenção da liberdade que os governadores e *caudillos* tinham norteava as relações provinciais com Rosas nesse contexto.

Ainda que a manutenção da liberdade provincial fizesse parte do conjunto de ideias que pautava o governo rosista, era necessário “defender y sostener la causa nacional de la Federación que han proclamado todos los pueblos de la República.”<sup>23</sup> A adoção de um discurso pautado nos possíveis desejos do *Pueblo* fez com que as ações governamentais se utilizassem dessa justificativa para legitimar os passos dados, conferindo a Rosas o título de “*El Restaurador de las leyes*”.

Ao final de março de 1835, Rosas convocou um plebiscito a fim de saber a opinião dos *ciudadanos* da cidade de Buenos Aires sobre o uso da *Suma*. A campanha teve pouca participação, já que demandaria mais tempo de consultar seus representantes e que “actos muy repetidos y testimonios inequívocos han puesto de manifiesto que allí es universal ese mismo sentimiento que anima a todos los porteños en general”.<sup>24</sup> O resultado positivo do plebiscito deu abertura para a construção de cenário de unanimidade a partir de Buenos Aires e a consequente eliminação dos inimigos e o fortalecimento do partido e das ideias federais. A imprensa rosista, a coerção da liberdade de expressão civil e da manifestação pública de adesão ao regime via símbolos e festas foram os caminhos escolhidos.

A inserção da causa federal no imaginário social contou fortemente com a censura, que fechou boa parte dos jornais que circulavam em Buenos Aires e nas províncias. Desde 1832, a lei de censura havia sido baixada pela Assembleia legalizando um forte controle do governo sobre a imprensa. Esse mandato fez com que jornais considerados unitários, como *El Ciudadano* e *El Nacional*, fossem fechados e seus editores mortos ou exilados.

A imprensa oficial foi sustentada principalmente pelo trabalho de Pedro de Angelis, que reforçou o adjetivo do Restaurador por meio dos escritos do *Archivo Americano y Espíritu de la Prensa del Mundo*, um importante documento

---

<sup>23</sup> *Idem*, p. 199.

<sup>24</sup> *Idem*, p. 203.

histórico que demonstrava as intenções do governo rosista principalmente para a Europa, tendo em vista que o texto foi escrito também em inglês e francês. Angelis foi redator do jornal *La Gaceta Mercantil*, o periódico oficial mais importante da época, que procurava mostrar as ações dos ministros e do próprio Rosas por meio de leis e decretos da Sala de Representantes, além de editoriais que inflamavam os leitores com as ideias defendidas pelo governo.

Contribuindo para a formação da opinião pública, era comum que o jornal oficial apresentasse os unitários como a causa de todos os problemas que as províncias vinham passando até aquele momento e por isso mereciam toda forma de insulto através de adjetivos como *salvajes*, *inmundos*, *malos*, *empecinados*. Como consequência, a partir de 1839 as denúncias de grupos considerados inimigos aumentaram, de forma que um cerceamento da liberdade de reunião e de expressão foi a resposta do governo rosista.<sup>25</sup>

Nesse movimento, a *Geração de 37* foi denunciada como “inimiga de la Federación” e seus integrantes exilados. O grupo que se reunia no Salão Literário de Marcos Sastre, em 1837, formou uma associação de jovens que tentaria desvendar quais eram, ao longo da história, os elementos que atrasavam a pretendida organização política das Províncias Unidas do Rio da Prata. Entre os integrantes destacam-se Juan Bautista Alberdi, Juan María Gutiérrez, José Mármol, Félix Frías, Domingo Faustino Sarmiento, que deixaram escritos no campo da poesia, da prosa e da crítica, caracterizados pela historiografia argentina como pertencentes ao romantismo argentino.

Uma vez contrários à *Suma de Poder Público* e aos excessos de violência empregados por Rosas, os membros da Geração de 37 foram obrigados a se retirarem do cenário político sob a qualificação de *salvajes unitários*. Boa parte dos intelectuais se refugiaram em países vizinhos e produziram importantes escritos sobre o contexto e o cenário rosista: Sarmiento se instalou no Chile, onde escreveu em alguns jornais de importância local; Alberdi migrou à Bolívia e daí viajou para Chile, Uruguai e Europa; Gutiérrez, Echeverría e Mármol se

---

<sup>25</sup> SALVATORE, Ricardo. “*Expresiones federales*”: formas políticas del federalismo rosista. In: GOLDMAN, Noemí; *Id. Caudillismos Rioplatenses*. Nuevas miradas a un viejo problema. 2a. ed. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p. 193.

instalaram em Montevideu, principal foco de resistência ao governo de Rosas, pois ali se encontravam os unitários mais antigos.<sup>26</sup>

Na onda dos exílios, alguns editores também procuraram dar voz à violenta política rosista através de títulos como *El Grito Argentino*, que desde Montevideo fez circular ideias destinadas a atacar o “Tirano” por meio de trinta e três números no ano de 1839. Contando com variados editores dentre eles Juan Bautista Alberdi e Valetin Alsina (importante figura política que atuou fortemente no governo de Rivadavia editando o jornal *El Mensajero*), pela primeira vez no Rio da Prata um jornal continha imagens do tamanho de uma página representando feitos significativos do governo. Essas imagens satirizavam Rosas e as autoridades do governo por meio de expressões e desenhos, o que o tornou popular nesse contexto, além do discurso claramente opositor ao governo e suas ações.

Este es el deseo de todos los buenos Patriotas: es el clamor general de Buenos-Aires, de su Campaña, y de las Provincias: es, en fin, EL GRITO ARGENTINO.

Ese deseo va á ser cumplido; pues ya se acerca el día de la caída de Rosas. La Patria vuelve a subir á su antiguo carro de gloria; y derramando sobre sus hijos los dones de la Libertad, les muestre gloriosa su Bandera inmortal.

Queremos contribuir, por medio de este periódico, á que llegue cuanto antes ese día; desvaneciendo las patrañas con que Rosas engaña al Pueblo, para mantenerle encadenados; mostrándolo como él es, y ha sido siempre; indicando los medio de acabar con su tiranía; y relatando sus hipocresías, sus injusticias, sus robos, sus vicios, sus iniquidades, y las calamidades que ha traído al País. [...] <sup>27</sup>

Em Buenos Aires, a identificação com a Federação como uma causa nacional ou dos *Pueblos* refletiu uma significativa mudança no valor dos símbolos e nas expressões políticas sociais. Nora Souto destaca a assimilação, segundo ela duvidosa, entre federação, religião pública e divindade que provocou a legitimidade da Federação, invalidando a opção unitária de poder por parte do governo. Ela comenta ainda que essa assimilação não esteve isenta de problemas nem de oposição, já que dissidências do partido federal também se posicionaram, em determinado momento, contrárias a Rosas.<sup>28</sup>

<sup>26</sup> MOLINA, Diego A. *Sarmiento e o romantismo no Rio da Prata*. São Paulo: Estudos Avanzados, vol. 27, n. 77, 2013.

<sup>27</sup> *El Grito Argentino*, 24 de fevereiro de 1839, num. 1.

<sup>28</sup> SOUTO, Nora. *Unión/Federación*. In: Goldman, Noemí. *Lenguaje y revolución. Conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 169.

O partido federal, sempre atento em medir a expressão de sua popularidade entre a sociedade e identificar os opositores, a fim de castigar e perseguir, entendia a política como um conjunto de ações, vozes, rituais e aparências que, no cenário de disputas em que as províncias se encontravam, deviam orientar o imaginário social em um mesmo sentido. Ser um “verdadeiro federal” passava pelo certificado de adesão que contava com nome na lista dos federais – lista feita pelo governo de Rosas para destacar os amigos e os inimigos –, obediência ao título de federal que a pessoa tinha por meio das ações devidas – “federales de bolsillo”, “federales de apariencia”, “federales de bienes”, “federales de opinión”, “federales de servicio” – e das evidências sociais: recibos, medalhas, rumores, memória coletiva, respeito a autoridade policial e judicial, corte da barba para os homens, o uso da cor vermelha nas vestimentas, determinadas peças de roupa que caracterizavam a “causa federal”, o uso da *divisa punzó*, um distintivo político que trazia o rosto de Rosas e frases como “*Federación o Muerte*”, aclamações pública de “*Viva la Federación, muerte a los salvajes unitarios*”, participação nas festas federais, entre outros.

La proliferación de eslóganes, en muchas instancias inventados por el propio Rosas, para que sirvieran como marcas de una identidad federalista compartida, tuvo una particular trascendencia en la consolidación del régimen entre los sectores populares, como también la tuvo el simbolismo fuertemente ritualizado de las celebraciones patrióticas oficiales.<sup>29</sup>

Ricardo Salvatore comenta o paradoxo que era o partido federal buscando a homogeneidade de ideias diante de membros tão socialmente heterogêneos, dentre eles grandes estancieiros e trabalhadores comuns de Buenos Aires. O autor argumenta que as diferentes maneiras de expressar apoio à causa federal fazia com que uma aparente esfera de igualdade se instalasse em Buenos Aires. No entanto, o excesso de materializações de adesão à causa fez com que a ideia do “ser federal” se tornasse relativa entre os próprios federais, gerando desconfortos dentro do partido e fazendo com que a sociedade política manifestasse a adesão por meio de ações consideradas superficiais, em uma “conformidade ritualizada”, e por meio de contribuições financeiras para manter as aparências. A adesão ao regime federal, então, é bastante questionável e nitidamente imposta, tendo em

<sup>29</sup> MYERS, Jorge. *Op. Cit.*, 1995, p. 100.

vista que não estar nessas condições trazia exílios, prisões, afastamento do meio social, desemprego e, em determinados momentos e casos, a morte.<sup>30</sup>

La diferencia entre el rojo punzó y el verde o celeste, se cargó de significación política, ayudando a *distinguir* amigos de enemigos – evidencia de que los paisanos rechazaban el uso de la divisa punzó o que vestían cintas celestes, servía para medir el estado de agitación o tranquilidad política.<sup>31</sup>

Se na ordem da aparência, o cumprimento fiel das exigências do partido podia esconder um defensor das ideias unitárias debaixo de tudo que era imposto, a distinção entre amigos e inimigos do governo vinha de um monitoramento às expressões verbais e corporais das pessoas, de forma que os “agentes da ordem” se interessavam pelos contos, pelas fofocas, pelas poesias populares, pelos bilhetes, pelas conversas de cozinha e pelos cuidadores de cavalos. Para o governo, “allí residía la política real de la campaña”, já que qualquer rumor inocente poderia ser uma evidência do inimigo.

En un régimen de prácticas políticas que privilegiaban la verbalización, el silencio servía para identificar oponentes. Aquellos que no decían nada era sospechados de unitarios. Quienes por el contrario eran muy expresivos en favor de la Unidad, ofendían a la comunidad federal. Sólo a los alienados y a los ebrios se les permitía estos exabruptos verbales.<sup>32</sup>

Fazer com que a causa federal fosse visível por meio das expressões públicas atendia à uma parcela da população iletrada ou com pouco letramento, aproximando Rosas das camadas populares. Evidente que também existiu um contato com a comunidade política, principalmente dos representantes da Assembleia, porém atingir a sociedade civil permeou as ações políticas de Rosas. Desde a imprensa até a simbologia, as festas e as imagens colocadas em lugares pouco comuns – como nas luvas utilizadas pelas mulheres da elite – passando pelas expatriações e pela perseguição dos considerados inimigos, Rosas procurou “estar presente”.

O segundo governo, de 1835 até 1852, pode ser classificado como um momento de grande confusão entre o público e o privado. Nessas condições, a sociedade civil poderia servir à causa federal em diferentes níveis, desde uso dos

<sup>30</sup> SALVATORE, Ricardo. *Op Cit*, 2005, p. 197.

<sup>31</sup> *Idem*, p. 200.

<sup>32</sup> *Idem*, p. 203.

símbolos e a participação na Sala de Representantes até a única associação permitida nesse contexto, a *Sociedad*.

Com tantas expressões do “ser federal”, a facção unitária foi fortemente perseguida e praticamente desmembrada como grupo político. Porém, ao longo do segundo governo rosista, ser unitário significou ser contrário à federação e ao próprio Rosas, tornando o parâmetro para a aplicação da violência cada vez mais amplo. A coerção ganhou traços práticos através do braço armado da *Sociedad*, *La Mazorca*, que no governo rosista significou aderir à causa federal no seu ponto mais alto. Com o objetivo de manter a ordem republicana e perseguir supostos inimigos unitários, o grupo atuou nas ruas de Buenos Aires gerando terror e medo. Se num primeiro momento o mando das ações violentas provinha de Rosas, com o fortalecimento do desejo de unanimidade federal o grupo ganhou autonomia diante das inúmeras ações que promoveu na cidade, de forma que algumas fontes apontam que o ano de 1840 foi chave para a atuação da *Mazorca* na eliminação dos inimigos. Na rotina da cidade, os *mazorqueros* representavam a pior face do regime autocrático de Rosas.<sup>33</sup> A tão desejada *pacificação* no Rio da Prata atingia a cidade de Buenos Aires e as províncias através do regime de “terror impuesto”, fazendo com que até mesmo os pedidos pela Constituição fossem calados.

Sobre esse importante grupo armado que se organizou a partir de 1833 a partir da *Sociedad Popular Restauradora*, espalhar a violência em nome de Rosas não deixava dúvidas sobre o envolvimento do indivíduo com o federalismo, fazendo com que a adesão ao regime rosista via armas fosse símbolo de fidelidade total a Rosas, além de manter a tradição das milícias como parte do poder político desenvolvido na província. Os *mazorqueros* eram homens, adultos, livres e *argentinos*, os cidadãos. Hilda Sabato comenta que “en términos de su perfil social, predominó el elemento popular de ciudad y campaña.”<sup>34</sup>

Desde 1820, a participação cidadã era entendida como um ato político coletivo e, por isso, os grupos políticos e as facções ganharam força entre as Províncias Unidas com base na ideia de associativismo para a formação de órgãos de opinião. A partir de 1832, entre os grupos e associações, o controle do governo

<sup>33</sup> DI MEGLIO, Gabriel Marco. *Op Cit*, 2007, p. 12.

<sup>34</sup> SABATO, Hilda. *Milicias, ciudadanía y revolución: el ocaso de una tradición política*. Argentina, 1880. Madrid: *Ayer*. Revista de Historia Contemporánea, n. 70, 2008, p. 231.

rosista fez com que as decisões políticas desses grupos girassem em torno do desejo pela ordem federal, de forma que ser entendido como federal e participar ativamente da manutenção do sistema consistia em um ato público cidadão, demonstrando a atuação direta na administração do país e na manutenção da ordem.<sup>35</sup>

Em uma esfera de certo controle das liberdades, as milícias ou os grupos *parapoliciais* se portaram como um ponto chave da vida política. Organizadas entre 1806 e 1807, quando da tentativa de tomada do porto de Buenos Aires pelos ingleses ainda no contexto colonial, esses grupos se destacaram pelas disputas de poder nos momentos mais decisivos da história das Províncias Unidas do Rio da Prata, agindo fortemente junto às facções atuantes nas Assembleias, já que disponibilizavam de recursos fundamentais no âmbito eleitoral: a) uma associação firme com os cidadãos – tanto o votante quanto o armado –, de forma que participar efetivamente das milícias se tornou requisito para votar e ser apadrinhado – no caso das Províncias Unidas, pelos *caudillos*; b) as milícias eram um instrumento ideal para fazer política, dada a forma com que organizava os cidadãos votantes: redes estruturadas por hierarquia, espaços na cidade e no campo, capacidade de ação coletiva. As lideranças que surgiam desse processo se projetavam na vida política, atuando juntamente com a manutenção do poder em exercício.

De acordo com Sábato, “las milicias fueron una fuerza militar concreta, que podía movilizarse para actuar en las disputas políticas.” Nesse sentido, durante o governo rosista, a *Mazorca* foi um corpo de cidadãos armados, colocados em exercício para defender e articular a administração governamental, que se tornou um braço importante para a imposição do Federalismo de Rosas até meados da década de 1840. Vale destacar que no caso das milícias, como a *Mazorca*, a institucionalidade Estatal era desnecessária, entendendo que a proximidade com o líder era garantia de proteção, apadrinhamento e cidadania.<sup>36</sup>

Em 1888, o romance de Eduardo Gutiérrez intitulado *Una tragedia en doce años* torna pública, por meio da escrita novelesca, os horrores do braço armado rosista. Esse estilo de literatura ficou mais difundida após a experiência

<sup>35</sup> GONZÁLEZ, Pilar. *Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*. 2ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008, p. 167-169.

<sup>36</sup> SABATO, Hilda, *Op Cit*, 2008, p. 234.

rosista na região e se constituiu como uma importante memória das ações violentas do regime. Intituladas pelos estudiosos literários como “narrativas de bandidos sociais”, Gutiérrez também escreveu *Don Juan Manuel de Rosas (1881-1882)*, *La Mazorca* (1888), *El puñal del tirano* (1888) e *Una tragedia de doce años* (1888). O rosismo, nessas obras, se comportou como um motivador para a ação dos bandidos e Rosas, nessa perspectiva, seria o capitão deles sendo a *Mazorca* a protagonista do Terror.

Gutiérrez construye como un “caso”, a partir sobre todo de los documentos de la causa contra Rosas, de los archivos de la policía y de los testimonios orales de los mayores [...] como un intento de explicación genética del rosismo, aunque, en realidad, se resuelve en una sintomatología de la Mazorca y en la narración de sus aberraciones.<sup>37</sup>

Para melhor descrever as ações de *La Mazorca*, fez-se necessário construir a narração com uma série de relatos práticos dos horrores cometidos pela força armada do rosismo fazendo com que um catálogo de barbaridades físicas e morais, listas de mortos, presos, descrições de ações violentas com base em documentos oficiais e de jornais estivesse presente.

[...] Moreno, como todos los miembros de la Mazorca, conocía perfectamente al doctor Maza y lo respetaba por la espectral posición que ocupaba y por saberlo el primer consejero del Gobernador.

Siempre que se había encontrado en situación análoga, la Mazorca se había apresurado á darle la vereda, saludándolo con el respeto debido.

Aquel día no sucedió el mismo.

Al ver á Maza, la Mazorca prorumpió (sic) en gritos terribles de ¡mueran los salvajes unitarios! y Salvador Moreno le quitó la vereda al mismo tiempo que le gritaba al odio:

¡Mueran los traidores asesinos!

¡Mueran los vendidos á los salvajes unitarios!

¿Qué más esperaba Maza para comprender que estaba perdido? Temió ser asesinado allí mismo y bajando la cabeza y disimulando el miedo que los dominaba, siguió su camino adelante en dirección á la Sala de Representantes.<sup>38</sup>

As ações do braço armado do governo rosista não conseguiram, no entanto, extinguir as oposições. Desde o exílio, os autores da *Generación de 37*

<sup>37</sup> DABOVE, Juan Pablo. *Eduardo Gutiérrez: Narrativa de bandidos y novela popular argentina*. In: LAERA, Alejandra (dir. del volumen) *El brote de los géneros*. (Volumen III). JITRIK, Noé (dir) *Historia crítica de la Literatura Argentina*. Buenos Aires: Emecé Editores, p. 305.

<sup>38</sup> GUTIÉRREZ, Eduardo. *Una tragedia de doce años* (continuación de J. M. de Rosas y de la MAZORCA). Buenos Aires: N. Tommasi Editor, 1888, p. 176. Arquivo disponível na Biblioteca Virtual Hathi Trust. Acesso em 9 de janeiro de 2020.

repudiavam Rosas mostrando os considerados absurdos de seu governo através dos jornais e revistas que circulavam no Chile, no Uruguai, no Império do Brasil e em algumas províncias do Rio da Prata. De Montevideo, textos, cartas e tentativas de assassinato demonstraram o descontentamento com a política rosista. Um exemplo foi o envio da “máquina infernal” a Rosas em março de 1841. Tendo a aparência de uma caixa de medalhas, esse “presente” era uma caixa composta por dezesseis pequenas bombas que disparariam em todas as direções quando aberta. Construída e enviada a Rosas desde Montevideo, o embrulho foi aberto por sua filha, Manuela, mas sua vida foi conservada porque o mecanismo falhou.

O fracasso desse atentado renovou as festas e adesões a Rosas. As notas, discursos e textos nos jornais revelavam quão perigoso seria matar Rosas e, por isso, a caixa esteve exposta ao público na casa do ministro Felipe Arana. Mesmo assim, o medo seguiu vigente e antes que outros atentados fossem produzidos, Manuela foi apresentada a Sala dos Representantes como substituta do pai em caso de morte súbita.

“Como ustedes lo dicen, es cierto que la niña está impuesta de los asuntos de la administración y de la marcha que ellos deben seguir; pero es más cierto que lo que ustedes pretenden es nada menos que el gobierno hereditario en nuestro país, el cual ya ha aventado tres o cuatro monarquías, porque eran hereditarias”  
Juan Manuel de Rosas em 1º de abril 1841.<sup>39</sup>

É possível encontrar tensões em todos os âmbitos do governo de Rosas e as relações exteriores não ficam longe dessa característica. Dessa forma, o envolvimento em guerras configurou o segundo governo: a guerra contra Confederação Peruano-Boliviana, em 1837, envolvendo a província de Salta, ao norte da atual Argentina; a Guerra do Prata – assim conhecida na historiografia brasileira –, também conhecida como Guerra Grande na historiografia argentina, conflito uruguaio entre Manuel Oribe (*blanco*) e Fructuoso Rivera (*colorado*) que contou com o apoio rosista, dos unitários e do Império do Brasil entre 1851 e 1852; o cerco de Montevideo, impedindo que o país fizesse comércio e interferindo nas relações internacionais da antiga Banda Oriental entre 1843 e 1852; durante a Guerra Grande, conflitos contra França e Inglaterra que ao

<sup>39</sup> Trecho de Juan Manuel de Rosas para a Sala de Representantes. In: Museo Historico Nacional Argentina. < <https://museohistoriconacional.cultura.gob.ar> > Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

promover o bloqueio ao Rio da Prata, a fim de auxiliar o Uruguai contra Rosas, acirrou as tensões diplomáticas na região até 1850; a vitória na Batalha “de la Vuelta de Obligado”, em 1845, em que uma esquadra anglo-francesa se rendeu às tropas da Confederação, configurando a maior vitória do governo de Rosas.

O envolvimento nesses conflitos, que em partes atendiam ao desejo de consolidar a paz federal também nos países fronteiriços, foi um importante meio para a afirmação do poder de Rosas entre as províncias, demonstração de poderio bélico e estratégias militares, além de catalizador de recursos financeiros via comércio de armas e do aumento das tensões entre algumas províncias e Rosas, que vez ou outra não reconheciam um conflito por entender que o interesse ali envolvido era apenas de Buenos Aires.

Também foi pela guerra que Rosas viu seu governo desmoronar. Em 1852, a Batalha de Caseros derrotou o líder de Buenos Aires desde o interior sob a liderança de Justo José Urquiza, governador de Entre Ríos. Urquiza ruiu com o poder de Rosas por meio do alinhamento político e militar com Corrientes, Uruguai e Brasil diante de um cenário de hegemonia federal e expansão da pecuária, mas também marcado pela crise econômica que assolava as províncias após as diversas guerras envolvidas, internas ou externas, desde o processo de Independência. A caída de Rosas se deu quando Urquiza se posicionou contrário às medidas do governo de Buenos Aires, rompendo com o pacto da Confederação. A partir de 1851, a liga antirrosista se organizou e terminou com um governo que até aquele momento parecia destinado a perdurar.

Em 3 de fevereiro de 1852, o exército de Urquiza, que contava com cerca de cinquenta mil homens, se posicionava contra Buenos Aires, de forma que as tropas de Rosas não puderam resistir por muito tempo, tornando a vitória rápida. Essa incisiva derrota em Caseros, fruto também de erros estratégicos das tropas rosistas, fez com que Rosas renunciasse formalmente o cargo de governador através de uma declaração de próprio punho e se exilasse na Inglaterra levando consigo um forte conjunto de documentos oficiais dos anos de seu governo, dentre eles cartas, notas, ofícios. Até o final de seu governo valorizou a institucionalidade.

Rosas, herido de bala en una mano y cuando la Batalla de Caseros estuvo perdida para su bando, huyó a Buenos Aires. En el «Hueco de los sauces» (actual Plaza Garay) redactó su renuncia: “Creo haber llenado mi deber con mis conciudadanos

y compañeros. Si más no hemos hecho en el sostén de nuestra independencia, nuestra identidad, y de nuestro honor, es porque más no hemos podido”.<sup>40</sup>

### 3.1

#### Reflexões sobre a experiência rosista: conceitos e questões.

##### 3.1.1.

#### O conceito de soberania e a organização do Federalismo rosista.

Desde o processo de Independência do antigo Vice-Reino do Prata em 1816 o lugar da soberania ficou entre a manutenção da unidade vivida no período colonial tendo Buenos Aires como província central por ter sido capital do Vice-Reino do Prata e cabeça da Revolução de Maio de 1810 - que instituiu uma espécie de autogoverno frente à Espanha -, e a igualdade das cidades em direitos e soberania. A influência do caso norte-americano ajudou nesse momento, fazendo com que as opções políticas para a organização do Estado ficassem nesses dois modelos.<sup>41</sup>

Contudo, a opção pela soberania das partes como forma de organização da política entre as províncias já aparece na Assembleia do Ano XIII (1813). Além de sancionar liberdade de imprensa, extinção do tributo colonial e a supressão dos títulos de nobreza, esse congresso não jurou fidelidade a Fernando VII, rei de Espanha, fazendo com que os princípios da Revolução de Maio de 1810 seguissem seu curso. Com essa medida, os deputados da Assembleia puderam se dedicar à resolução da política interna das províncias, o que gerou certos conflitos quanto aos primeiros posicionamentos políticos sobre a organização do que viria a ser a nação. Por um lado, a defesa de um governo centralizado; por outro, uma forma de governo com autonomia para as cidades, o que ficou conhecido como “tendência federal”. O termo federal, no contexto da década de 1810, era confuso e atrelado à diferentes experiências de soberania, fazendo com que os termos “federal”, “confederal”, “confederación” fossem usados de forma muito similar, principalmente nos jornais da época.

Alguns historiadores comentam que as ideias de José Gervasio Artigas configuram uma primeira prática “federal” em vias de fato. Na Assembleia do ano XIII, Artigas organizou as chamadas *Instrucciones del año XIII*, uma série de

<sup>40</sup> ROSA, José María. *Rosas nuestro contemporáneo*. Buenos Aires: A. Peña Lillo, 1974, pp. 124.

<sup>41</sup> SOUTO, Nora. *Op Cit*, 2008, p. 176.

artigos que tentou estabelecer uma proposta federalista de relações, no qual a adoção de um pacto confederal poderia controlar os interesses centralistas de Buenos Aires assim como garantir a soberania da Banda Oriental, nomeada por ele com a categoria de Província. A partir deste posicionamento, a união da Província Oriental com as Províncias Unidas do Prata poderia dar-se através de um pacto em que sua soberania e independência fossem mantidas. Como também, para tentar boicotar o centralismo portenho, a sede do Supremo Governo, que representaria os interesses gerais desta Confederação, deveria instalar-se em local diferente de Buenos Aires.<sup>42</sup>

A Assembleia do ano XIII fracassaria em 1814 devido a esses conflitos interprovinciais que permeiam a história da região no século XIX. Alguns historiadores apontam, contudo, que a experiência política de Artigas na Banda Oriental materializou a “tendência federal” naquela região. Após o rechaço dos representantes às ideias da política artiguista, em 1814 a Banda Oriental rompeu os laços políticos com Buenos Aires e expandiu suas ideias e influência sobre Santa Fé, Corrientes, Entre Ríos, Misiones e Córdoba.<sup>43</sup>

Até o início do governo de Rosas, a questão sobre a soberania ou centralização das partes e a organização de um governo que atendesse essas demandas passaria por inúmeros conflitos militares e forte instabilidade política. Foi no Congresso de 1824-1827 que as facções unitária e federal dividiram os debates entre seus representantes, dando forma a um vocabulário político mais maduro e a um projeto político para as províncias mais veemente. A ideia do federalismo, assim, foi se adequando às conjunturas, de forma que no contexto de Rosas essa opção de política já estava melhor desenvolvida entre os governadores.

Sobre o conceito de soberania, no século XIX nas Províncias do Prata, é possível perceber os primeiros debates sobre o termo nas experiências pós 25 de maio de 1810. Como já dito, essa data marca o início da organização de uma espécie de “autogoverno” entre as províncias, situação que culminou com a Independência oficial frente à Espanha em 1816. Nesse contexto, as cidades eram consideradas as primeiras formas legítimas de poder, pois eram elas que

---

<sup>42</sup> CHIARAMONTE, *La formacion de lo Estados nacionales en Iberoamerica*, Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, n.15, 1997.

<sup>43</sup> TERNAVASIO, Marcela. *Op Cit*, 2013, p. 89.

concentravam os *pueblos*, detentores reais do poder político de acordo com os escritos de Mariano Moreno em 1810.<sup>44</sup>

A princípio, a maioria dos debates entre os representantes consideravam que a união política – por meio da organização de um Estado – que pretendiam organizar era fruto de negociações regidas pelo princípio da conveniência mútua, com concessões e contratos, entendendo que a *união* seria interessante para as partes em termos políticos e econômicos. Consideravam também a possibilidade de um regime *confederal*, defendendo a ideia de Estados independentes que se relacionariam por meio de pactos e alianças.

Sobre a questão da soberania:

En Hispanoamérica la voz soberanía constituyó un “arma de guerra” que condicionó la extensión y delimitación de los nuevos estados. Dos concepciones de la soberanía estuvieron en continua disputa: una indivisible y otra plural; esta última podía integrar a diferentes cuerpos políticos en una asociación mayor sin perder la calidad soberana de cada uno de ellos bajo la figura de la “suma” o agregación. Asimismo, estas “soberanías compartidas” dentro de las diversas concepciones sobre la unión pudieron convivir al amparo de la ambigüedad léxica que se expresaba en la pareja confederación/federación. Pues, la afirmación de una soberanía nacional se asimilaba ante todo a comienzos del siglo XIX a Estado como asociación política “independiente y soberana”. En tal sentido, la soberanía del pueblo cuando era invocada en plural – los pueblos – fue no sólo principio legitimador del poder sino concurrente con la expresión “soberanía de la nación”, más frecuentemente asimilada a unidad.<sup>45</sup>

É possível entender o fortalecimento da liberdade provincial e até mesmo de uma ideia federalista como resposta aos fracos acordos estabelecidos entre 1810 e 1829, aprofundados com guerras civis e problemas financeiros graves, principalmente após as guerras de Independência. O crescente poderio de Buenos Aires e a gradativa adesão das províncias ao poder que emanava da cidade portenha construiu uma confusa relação política, tornando material o medo que as lideranças provinciais possuíam de se submeter ao poder de Buenos Aires e perder a soberania conquistada. Por isso a chegada de Rosas ao poder foi tão desejada pelos governadores, que entendiam na forma de condução do poder

<sup>44</sup> Mariano Moreno, “Sobre el Congreso convocado, y Constitución del Estado”, *Gazeta de Buenos- Ayres*, 1, 6, 13 y 15 de noviembre, y 6 de diciembre de 1810.

<sup>45</sup> GOLDMAN, Noemí. *Soberanía en Iberoamerica*. Dimensiones y dilemas de un concepto político fundamental, 1780-1870. In SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, vol. II, p. 40. (pdf).

construído pelo líder o respeito pela autonomia e a busca pela ordem política querida desde 1810.

Para atender ao desejo dos governadores, o projeto federal se tornou forte e coeso em meados do século XIX. Boa parte da ideia de Federalismo conhecido no continente vinha da experiência norte-americana, que no contexto de organização das províncias do Prata vivia a guerra civil pela expansão das fronteiras ao Oeste, porém já permitia circular a ideia da autonomia das partes pelos territórios em processo de independência na América Central e do Sul. Graças aos escritos de Hamilton, Madison e Jay, em 1787, um formato novo para a questão da concentração de poder nascia no mundo diante do poderio monárquico absolutista que emanava da Europa.

Nesse *novo* modelo vindo das antigas Treze Colônias inglesas, o soberano era o Estado federal, instituição política que concentrava poder para certas situações, mas mantinha relação com as províncias. O modelo político construído pelo “Federalista” era o *confederativo*, em que as partes mantinham um relacionamento entre si por meio de pactos. Essa definição importante traz certa confusão acerca dos termos: na obra de 1787, federal é o oposto a nacional, entendendo federal como confederal e nacional como Estado federal cujo modelo propunham os autores. Nesse sentido, o federalismo norte-americano não sugeria uma forma de governo pautada na oposição à unidade. Confederação, por outro lado, era entendida como uma sociedade de Estados independentes que almejam um fim comum, alcançado por órgãos próprios. A instalação desse sistema de governo construiria a organização de uma república dentro de outras repúblicas.<sup>46</sup>

La diferencia entre un gobierno federal y otro nacional, en lo que se refiere a la *actuación del gobierno*, se considera que estriba en que en el primero los poderes actúan sobre los cuerpos políticos que integran la Confederación, en su calidad política; y en segundo, sobre los ciudadanos individuales que componen la nación, considerados como tales individuos.<sup>47</sup>

O “federalismo argentino” se organizou de outra maneira. Se as chamadas províncias desejavam constituir-se em confederação – aqui entendida como pacto entre as partes sem um governo soberano - e não em um Estado federal, então a alternativa era enxergá-las como Estados independentes e soberanos que

<sup>46</sup> Montesquieu, *Do espírito das leis*. In: CHIARAMONTE, José. *Raíces históricas del Federalismo Latinoamericano*. Buenos Aires: Sudamérica, 2016, p. 151.

<sup>47</sup> *El Federalista*, p. 162. In: *Idem*, p. 148.

buscavam organizar a nação. O Pacto Federal, de 1831, que constituiu a “Confederação Argentina”, foi um dos acordos mais importantes feitos entre as províncias desde 1810 porque cumpriu com os “Artigos de Confederação e Perpétua União”, documento elaborado no processo revolucionário das antigas Treze Colônias. Nesse pacto, não havia governo central efetivo nem Constituição e foi mantido por Rosas, pelo menos na teoria, até sua queda em 1852.

Entre la situación política de los Estados norteamericanos confederados (1778-1787) y las provincias argentinas confederadas (1831-1852) hay mucha analogía, aunque no haya identidad. La comparación puede hacerse sin exagerar la concordancia. Desde luego, el fundamento, la base, de esas dos confederaciones fue el *pacto*, lo que significa que las partes contratantes, Estados o Provincias, eran entidades jurídicas con absoluta capacidad o plenitud de poder para obligarse, y delegar voluntariamente, a una autoridad común, los derechos y atribuciones cuyo ejercicio en particular no les convenía reservarse.<sup>48</sup>

Do ponto de vista da oposição e de alguns deputados da Sala dos Representantes, o federalismo rio-platense seria “anarquista”, já que o governo não elaborou uma Constituição e, por isso, não tinha apreço pelas leis. José Carlos Chiaramonte descontrói esse argumento demonstrando que, antes de uma Constituição formal, havia o que ele chama de “Constituição material”, que consistia em uma série de leis e normas, escritas ou orais, provenientes do passado colonial, que regulamentavam as relações políticas entre as províncias, sustentando o *pacto* entre elas. Ele esclarece que

[...] en la historia americana se observó el fenómeno de un uso oportunista de la expresión “antigua Constitución” para apoyar la defensa de cualquier interés particular [...] Pero independientemente del carácter oportunista que pudo haber tenido ese uso de la expresión, lo cierto es que él estaba implícita la real existencia de una Constitución antigua que condicionó la historia de los nuevos países iberoamericanos hasta la sanción de sus Constituciones formales.<sup>49</sup>

A falta de uma Constituição atravessou o governo de Rosas e em meados da década de 1840 se tornou a confirmação da ordem federal imposta diante do aparente consenso político das províncias. O *Restaurador de las Leyes*, como

<sup>48</sup> CALDERÓN, J. A. González. *Derecho Constitucional Argentino, Historia.*, p. 187. In: *Idem*, p. 153.

<sup>49</sup> CHIARAMONTE, José Carlos. *Raíces históricas del Federalismo Latinoamericano*. Buenos Aires: Sudamérica, 2016, p. 11.

Rosas ficou conhecido naquele contexto, construiu seu governo sob a institucionalidade, criando um *dereito político não dito* pautado em relações de poder a partir da *Suma*. Na prática, a justificativa de Rosas para a ausência de uma Assembleia Constituinte foi uma resposta às Cartas que falharam dos governos anteriores e no uso massivo de registros, leis, e cartas – que misturavam o pessoal com o público –, dando força à “Santa Federación”.

Esse modelo de governo constituído por Rosas foi entendido como *confederado* e defendido por ele e por Pedro de Angelis nesses termos. A qualidade de Estados independentes que possuíam as províncias do Prata foi percebida pelos líderes locais da época, que vivam seus processos de organização política, mas também debatida pelos governadores provinciais que defendiam a Constituição como união política das partes.

La soberanía de las provincias es absoluta, y no tiene más límites que los que quieren prescribirle sus mismos habitantes. Así es que el primer paso para reunirse en cuerpo de nación debe ser tan libre y espontáneo como lo sería para Francia el adherirse a la alianza de Inglaterra.<sup>50</sup>

Durante a vigência do sistema de governo entendido como Confederação, entre 1831 e 1852, o crescente poder nas mãos de Rosas pela *Suma de Poder Publico* não modificou os artigos estabelecidos no Pacto de 1831, porém é possível perceber certa interferência em alguns conflitos provinciais e falas impositivas de Rosas na formação do imaginário federal com os governadores. Por outro lado, para cuidar das demandas nacionais em termos de aduana ou para resolver conflitos externos, o governo de Buenos Aires se tornava um excelente mediador, de acordo com os poderes assim atribuídos. Devido a sua importante localização geográfica, o governo de Buenos Aires se tornou um fator de discórdia entre as províncias quando o assunto era aduana e comércio, mas também um fator de união entre elas.

Mesmo contendo um propósito de união política, os pactos afirmavam na prática a tendência confederal que não chegou a se cristalizar em uma estrutura institucional definida. Em parte, pela impossibilidade das províncias de se submeter a um acordo de maior alcance que expressasse os diferentes interesses das partes e pela incapacidade da província de Buenos Aires em liderar um

<sup>50</sup> Pedro de Angelis em resposta ao governador de Corrientes, Pedro Ferré, que havia criticado o Pacto Federal de 1831. *El Lucero*, 1832. Sala del Tesoro, Biblioteca Mariano Moreno.

processo de unidade territorial e organização política naquele momento. A situação de indefinição institucional se prolongou por mais quatro décadas e gerou uma situação de “status” de ordem, em que as províncias do Rio da Prata operaram sem constituição alguma.<sup>51</sup>

A relação *confederada* entre Buenos Aires e as províncias se construiu de maneira confusa e violenta, em nome da ordem federal e da República, tornando-se um obstáculo para o exercício completo da soberania pelas partes, ainda que os governadores consentissem sobre a situação via Pacto. Mesmo assim, a ideia de unir as partes via federalismo encontrou na *ordem unamista* uma possibilidade de apaziguar os conflitos provinciais.

### 3.1.2.

#### **A ordem *unamista*.**

O governo rosista se constituiu em uma esfera de poder marcadamente instável. No interior da província de Buenos Aires, a ordem conquistada pelo governo de Rosas e sua hegemonia caminhavam junto com a manutenção da crise financeira e o uso da força, que eliminou os inimigos. Com relação ao conjunto da *Confederação*, a instabilidade se manifestou mais ainda, entendendo que de 1835 até 1846, o cenário de conflito armado marcou os territórios argentinos e a relação deles com as potências estrangeiras. Ao fim e ao cabo, a instabilidade dava continuidade a um cenário que Jorge Myers classifica de “precariedade constitutiva”.

Ainda assim, numa época de governos igualmente instáveis na América Latina, Rosas soube usar bem a política e os instrumentos que utilizou para construir um cenário de hegemonia política para ficar vinte e três anos no poder. Para além das imposições materiais no quesito visual, a monopolização progressiva de todas as instituições públicas de Buenos Aires tornou a produção de qualquer discurso *alternativo* muito difícil. A produção de discursos institucionais, que representou uma peça chave na instauração do governo de Rosas naquele contexto, permitiu a construção de uma controlada opinião pública, importante instrumento de aperfeiçoamento da opinião dos cidadãos e

<sup>51</sup> As duas Constituições propostas pela elite de Buenos Aires, em 1819 e 1826, foram rechaçadas pelas províncias pela tendência centralista do documento, já que não reconhecia a capacidades dessas entidades políticas em eleger suas autoridades. A resposta das lideranças provinciais, em ambos casos, foi o colapso das autoridades nacionais e o retorno ao cenário de guerra civil.

facilitadora da consolidação de um monopólio ideológico. O valor dado a unanimidade de todo corpo político caminhava junto com a ordem política desejada.

La legitimidad del nuevo orden era el producto de una identificación casi completa entre estado, partido y cuerpo ciudadano: que, a todos los niveles del universo político, imperaba una única opinión, una única voluntad, aunque debe destacarse que los valores de pluralidad y libertad de creencia nunca se desvanecerían enteramente en el universo discursivo presidido por Rosas, y que este hecho sería el responsable de la profunda ambigüedad que lo recorrería.<sup>52</sup>

A exaltação da ordem como o valor que devia ocupar um lugar de supremacia em qualquer elemento da política rosista ficou legitimada na constituição do discurso, afirmando que o restabelecimento de uma hierarquia e a busca pela felicidade faria com que as províncias encontrassem a paz política desejada. Como motor para esse caminho, a lei surgia como uma imposição que controlaria a natureza *selvagem* dos homens e daria a disciplina necessária para que a sociedade se desenvolvesse. No governo de Rosas, a construção da ordem estaria acima da garantia da liberdade do indivíduo e sua figura política teria o papel de conduzir o *Pueblo* à Federação.

Dessa forma, o título “Restaurador de las Leyes” dado a Rosas apareceu em boa parte dos documentos e na imprensa circulante daquele contexto apresentando inúmeros significados. Jorge Myers comenta que esse título gerava certa ambiguidade à natureza das leis, ora entendida como um conjunto legislativo que seria o suporte da ordem republicana em formação, ora fazendo referência às inovações políticas efetuadas no primeiro e no segundo governo em áreas como educação, liberdade de imprensa e política econômica. A partir de 1835, a lei significava uma ordem moral que tinha na figura de Rosas o papel de restauração da obediência ao corpo legislativo, fosse ele qual fosse. A concepção de ordem sustentada pelo governo rosista exigia o império da lei, pedido presente nos documentos, nos jornais e na defesa do regime; os inimigos, assim, eram aqueles que subvertiam as leis.

La política de Rosas siempre se apoyó sobre una concepción de la “ley” que suponía que su imperio en la sociedad – dado que

<sup>52</sup> MYERS, Jorge. *Op Cit*, 1995, p. 25.

para él todo orden político debía ser una construcción artificial – se lograría principalmente por medios coercitivos.<sup>53</sup>

Para construir a ordem por meio da lei, foi necessário o uso da coerção em todo período de governo. Se por um lado é possível entender a violência de governo no intuito de buscar a ordem unamista, ou seja, domínio da ideia federal, por outro é dicotômico analisar tal ação sob a justificativa do próprio Rosas em atender às demandas do *Pueblo*. Como o governo rosista foi pensado, articulado e planejado, o direito político que Rosas possuía para agir coercitivamente nas camadas populares vinha do alargamento do poder executivo via Faculdades Extraordinárias e depois a *Suma*, dadas ao governador de Buenos Aires via consenso da Sala dos Representantes. O discurso rosista enfatizou, portanto, a união entre legalidade e coerção. Medidas repressivas eram necessárias para justificar a ordem legal estabelecida e gerava como retorno o apoio das camadas populares, que legitimava a ação violenta.

Esse mesmo discurso produziu a paradoxal relação com as províncias que ora enfatizava a autonomia, ora procurava centralizar sistematicamente toda política do Rio da Prata no governo de Buenos Aires. O federalismo pelo qual Rosas se dispôs a exercer foi mais um dispositivo legitimador do regime que procurou responder a um consenso popular articulado, apresentar um resultado histórico favorável ao desejo das províncias pela autonomia e produzir uma organização política continuada pelo tempo de governo que exerceu.

A ordem federal rosista tinha a função de regular as paixões e administrar as virtudes de acordo com o Pacto de 1831. A ausência de qualquer vínculo permanente de união entre as províncias garantia que se uma fosse dominada pela facção unitária, as demais seguiriam invictas, porém apenas as que juravam pela Santa Federação eram dignas de argumentar ou propor leis na Sala dos Representantes, além dos benefícios da aduana. Em teoria, as províncias constituiriam o governo confederado, que surgiria do livre exercício da soberania e se manteria unido a partir dos interesses políticos compartilhados. O desejo pela *ordem unamista* era garantir a ordem na ausência de qualquer opinião contrária ao federalismo de Rosas.

---

<sup>53</sup> *Idem*, p. 77

### 3.1.3.

#### **A formação do imaginário federal como questão.**

Parte da consolidação do governo rosista, principalmente a partir de 1835, contou com o fortalecimento dos símbolos e através de expressões visuais que configuravam a adesão ao regime e o fortalecimento da ordem unamista. Esse importante aparato de coerção construiu um determinado imaginário acerca do federalismo proposto que ajudou na construção da ordem, entendendo que o domínio do imaginário e do simbólico foi um lugar estratégico.

A partir de estudo preliminar sobre essa questão, a ideia de que a imaginação e seu controle sempre estiveram no poder salta aos olhos. Os atores políticos, em especial os líderes, são julgados não só pelas suas competências, mas também pela imaginação política e social que lhes é atribuída ou recusada. Foi sobretudo na segunda metade do século XIX que dispositivos simbólicos foram utilizados para afirmar, legitimar e conduzir os fatos e os governos em um mundo marcado por revoluções e ampliação de ideias. O imaginário social tornava-se inteligível e comunicável através da produção de “discursos” nos quais e pelos quais se efetuava a reunião das representações coletivas numa linguagem. A função do símbolo não seria apenas instituir uma classificação, mas também introduzir valores, modelar os comportamentos individuais e coletivos e indicar os sucessos conquistados.

De acordo com Bronislaw Baczko<sup>54</sup>, os imaginários sociais, observados com o devido distanciamento histórico, fornecem um sistema de orientações expressivas e afetivas, informam acerca da conjuntura e indicam a adesão a um sistema de valores que estão modelando os comportamentos dos indivíduos para uma ação comum. Uma das funções da construção de imaginários sociais consiste, de acordo com o autor, na organização e controle coletivo no plano simbólico. Esses imaginários intervêm ativamente na memória coletiva, já que para garantir a dominação simbólica, é importante que haja o controle dos meios via persuasão e censura.

Sendo assim, o imaginário gera identidades, que são construídas pelo discurso e constituem o real, integram o jogo conflituoso dos imaginários e das representações e, ao mesmo tempo, tocam os corações e despertam a sensação de

---

<sup>54</sup> BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas coletivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

pertencimento do indivíduo a uma coletividade. Os indivíduos que se sentem identificados estão afirmando suas particularidades culturais, raciais, de gênero, de religião, de classe e estão declarando sua existência diferenciada ao mundo. Para se construir identidades é imprescindível apagar as diferenças, ocultar os conflitos e as hierarquias, escamotear as diversidades e, sobretudo, as contradições. Pois, apenas assim ocorre uma adesão homogênea, harmoniosa e coletiva em oposição a um “outro” imaginado.<sup>55</sup>

O imaginário federal construído pelo governo rosista se tornou, de modo geral, uma forma de identidade *excludente* que se reduziu, na prática, a expressar a lealdade ao líder e se posicionar a favor da Federação. A apelação a “Santa Federación” se converteu em um artefato retórico e simbólico em que o indivíduo se esvaziaria dos antigos valores e princípios para aderir a uma ordem unamita, sendo intolerante às posições contrárias ao partido. Extravasando as fronteiras de Buenos Aires, tal consenso chegou até as províncias mais afastadas, em que a construção do imaginário se utilizava da violência via discurso e força militar.

Esse discurso, para além do verbal, contou também com o uso de iconografias de Rosas, imagens que se espalharam por Buenos Aires e nas províncias, principalmente nas repartições públicas. O retrato conferia prestígio ao retratado, eternizando sua imagem por meio de símbolos que demarcassem sua ascensão financeira e sua posição na sociedade. Ao longo da história, os retratos foram utilizados por diversos segmentos sociais tendo sempre uma função de diferenciação. O discurso visual contido nos retratos tinha também por função a consolidação de uma posição política.

É importante entender que a construção do imaginário se dá materialmente quando faz sentido para a comunidade a que se refere. Ao estabelecer uma identidade para a sociedade, bem como códigos de comportamento coletivamente aceitos, o imaginário assume uma realidade específica, não podendo mais ser percebido tão somente como um tipo de “adereço” de relações políticas e sim como agente transformador da realidade e legitimador do poder. Seja através da relação de força ou de leis constitucionais, essa legitimidade será conferida a partir da crença dos dominados de que tal dominação é justa, boa ou legal. Baczko aponta que o exercício do poder passa

---

<sup>55</sup> *Idem*, p. 56.

pelo imaginário coletivo, e é por ele reforçado e multiplicado através da conjugação das relações de sentido e pela apropriação de símbolos.<sup>56</sup>

Esse imaginário, no segundo governo de Rosas, foi consolidado por meio dos símbolos que identificavam o “federal”, mas também pelas imagens do líder. No início de 1835, todas as repartições públicas receberam imagens do rosto de Rosas e, ao longo do governo, foi introduzida também no âmbito privado, também como forma de adesão à causa federal. Um dos elementos mais utilizados na imposição da ordem, em termos de imagem, foram os retratos de Rosas em diferentes tamanhos e posições, desenvolvendo a técnica da litografia na circulação da figura do líder. Dentre os artistas da época que mais contribuíram para a difusão do federalismo via imagens é possível destacar os trabalhos em cavalete de Carlos Enrique Pellegrini, Cayetano Descalzi, Fernando García del Molino e Carlos Morel, que além do busto de Rosas também procuraram retratar batalhas, paisagens e a rotina da cidade. Havia também o estilo “viñeta”, que aparecia às vezes no cabeçalho ou no corpo das notícias do jornal *La Gaceta Mercantil*, as moedas oficiais com a silhueta do governador, a *divisa punzó* com o busco lateral de Rosas, entre outros.<sup>57</sup>

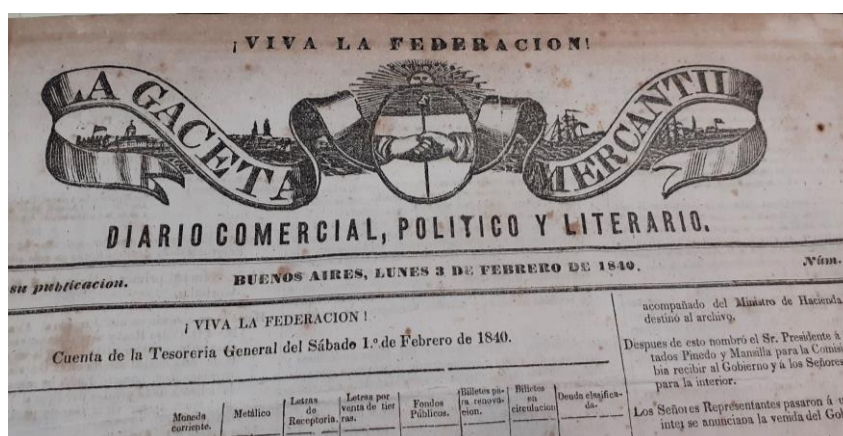


Figura 1. Fonte: *La Gaceta Mercantil* de 3 de fevereiro de 1840.

As imagens enquanto forma de representação de uma determinada conjuntura são carregadas de elementos e símbolos. Esses símbolos formam parte de um imaginário social, em que as imagens também podem ser consideradas

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>57</sup> CAPASSO, Verónica. *El discurso visual durante el régimen rosista: imbricaciones entre lo público político y lo privado*. La Plata: VI Jornadas de Investigación en Disciplinas Artísticas y Projectuales. 2012, p. 4.

representações de uma memória, podendo ser utilizadas para compor um amplo apanhado de elementos que ajudam na formação de uma memória coletiva. As imagens portam símbolos que colaboram para a construção de elementos formadores de uma ideia de coesão política, por meio de cenas históricas ou de retratos de personalidades fabricadas, com o objetivo de construir os “heróis” de uma pátria.



Figura 2. Fonte: CHÁVEZ, Fermín. *Juan Manuel de Rosas, su iconografía*. Buenos Aires, 1840.



Figura 3. Fonte: CAPASSO, Verónica. *El discurso visual durante el régimen rosista: imbricaciones entre lo público político y lo privado*. La Plata: VI Jornadas de Investigación en Disciplinas Artísticas y Projectuales. 2012, p. 8

É preciso destacar a presença da relação de poder nos retratos. As imagens foram feitas para os poderosos, para os administradores do dinheiro, para os políticos, administradores da cidade, para os militares que protegiam o país. Os

retratados eram de pessoas que deveriam exercer algum tipo de poder na sociedade, sendo parte de uma pequena elite que detinha em suas mãos o poder de decisão da comunidade e que eram exemplos da moral e do bom comportamento de um grupo; exemplos de civilidade. No caso de Rosas, é importante perceber que boa parte das reproduções estão posicionadas em busto, demonstrando força política e importância, em que o líder é apresentado com roupas militares e suas insígnias, evidenciando poderio militar, ordem e disciplina.

Conforme aponta Backzo, o sucesso do imaginário político por meio dos símbolos e imagens dependerá, portanto, do controle dos circuitos de produção e difusão dos imaginários sociais pelos poderes em vigor. O uso das imagens, somado à censura aos jornais e ao fortalecimento do periódico *La Gaceta Mercantil* contribuíram para a construção do imaginário político em torno da imagem de Rosas, tendo em vista que o governo rosista procurou disseminar elementos visuais em uma sociedade pouco letrada.

Los periódicos de la época señalan que, en tiempos de celebraciones cívicas, los vecinos colocaban en los frentes de sus casas bustos y retratos del Restaurador (...) o bien en faroles de papel de colores con su efigie. La aparición de esta publicidad en los diarios locales da cuenta de la gran circulación que tenían estas imágenes, las cuales podían ser adquiridas en varios negocios de la ciudad y, por su bajo costo, consumidas en forma masiva. Estos avisos también hablan de las variantes iconográficas que el mercado ofrecía de un mismo personaje y hasta una cierta “banalización” del retrato del héroe en tanto su efigie circulaba impresa en lámparas multicolores, relojes de bolsillo, piezas de vajilla y hasta peinetones y cajas de rapé (...)”<sup>58</sup>

O uso sistemático do rosto de Rosas diminuiu as fronteiras entre o público e o privado, favorecendo até mesmo uma certa confusão entre ambos. É necessário ter em mente, no entanto, que a circulação de imagens e figuras de Rosas fortaleceu a propaganda do regime como também configurou um ato de coerção, entendendo a imagem como materialização da presença do líder que, de certa forma, preencheu “espaços vazios” em lugares populares.

Fosse pelos símbolos, pelas inúmeras formas de evidenciar o apoio à causa federal e até mesmo pelo controle das ações privadas por meio da

<sup>58</sup> MUNILLA LACASA, M. *Arte, Sociedad y Política*. In: *Nueva Historia Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, volume 1, 1999, p. 130.

violência, a construção do imaginário foi ponto determinante para o sucesso da ordem federal, principalmente na década de 1840, que contou ainda com forte censura periódica. A construção do unamismo encontrou no imaginário político-simbólico uma importante força para se consolidar, difundido a imagem de Rosas como o salvador da ordem política entre as províncias.

### 3.1.4.

#### **Rosas: *caudillo*?**

O conceito de *caudillo* aparecia nos dicionários de língua *castellana* desde 1729 referindo-se a um guia, um mandante que rege a guerra, a cabeça de um grupo em que todos o obedecem.<sup>59</sup> Por outro lado, *caudillismo* apareceu nos dicionários a partir da década de 1950 como um sistema de *caudillaje*, um vocábulo originário no século XX para se referir a “el mando o gobierno de um caudillo”. *Caudillo* e *Caudillismo* são, portanto, dois termos bastante usados na literatura histórica argentina e latino-americana, se tratando de palavras com sentidos ambíguos e polissêmicos que definem tanto um período como uma liderança política, independente do contexto histórico. Ao analisar um tema espacial e predominantemente localizado na América do século XIX, o conceito de *caudillo* aparece, principalmente durante o processo de organização do Estado. As lideranças políticas surgidas dos conflitos estabelecidos desde a independência frente à Espanha fizeram com que a figura desse homem, comumente de origem *criolla*, senhor de terras e com poder local se tornasse o ponto de partida para se entender boa parte dos desdobramentos políticos que culminaram na formação das nações.

A figura do *caudillo* na região do Rio da Prata foi apropriada e utilizada por diversas correntes de pensamento, já que esse tema atravessou os debates dos intelectuais em diferentes tempos históricos devido à sua importância diante da conjuntura tão atribulada da formação nacional. É interessante notar que em quase toda América de colonização hispânica, o termo *caudillo* teve, durante o século XIX, uma conotação pejorativa, desqualificada e pouco utilizada no tempo em que os *caudillos* existiram. Apenas Estanislao López, governador da província de Santa Fé em 1819 e um dos principais aliados de Rosas, aceitou e usou o

<sup>59</sup> Real Academia Española, *Diccionario de la Lengua Castellana*. Madrid: Espasa-Calpe, p. 218, 1960.

termo *caudillo* ao se referir a si mesmo em um documento sobre liberdades políticas em que defendia o “*nombramiento de su caudillo*” para a manutenção desse princípio no território santafesino.

Raúl O. Fradkin e Jorge Geldman apontam que no contexto de Rosas, o uso do termo se deu para nomear seus inimigos políticos, como Juan Lavalle - chefe da Liga Unitária do interior em meados de 1830 - e André Santa-Cruz - líder da Confederação Peru-Boliviana no final da mesma década. Os inimigos rosistas, em contrapartida, utilizavam o termo *caudillo* para depreciar o governador de Buenos Aires, sentido que os historiadores tomaram como ponto de partida para entender os usos desse conceito ao longo do século XIX, mudança que só ocorreu com as contribuições historiográficas de meados do século XX.<sup>60</sup>

No século XIX, Domingo Faustino Sarmiento, em sua obra *Facundo*, iniciou parte da caracterização e da disseminação do conceito que ganhou força e forma através da contribuição intelectual da *Generación de 37*, a época do governo rosista. Sarmiento dizia que a característica do *caudillismo* clássico era o uso da violência como legitimação de um poder ruralizado diante do vazio institucional instalado desde o processo de independência. O *caudillo* era a expressão da barbárie *gaucha* que vinha das condições da região do *pampa*, considerada desértica e, por isso, atrasada. O fenômeno *caudillesco* seria consequência dos processos revolucionários que, diante do desmonte da estrutura colonial espanhola, promoveu a fragmentação da soberania política e originou novos grupos de poder. O governo de Rosas, nessa perspectiva, representava o choque dialético entre o *caudillismo* clássico da campanha do deserto e a civilização mais culta da América. “Rosas, para ser *caudillo* de Buenos Aires, debió ‘civilizar’ su *caudillismo*”, de forma que a *campaña* ingressou na cidade com Rosas.<sup>61</sup> Em sua obra *Facundo*, Sarmiento comenta, à luz de Facundo Quiroga – importante *caudillo* na época de Rosas – os problemas desse modelo de poder e procura entender o surgimento desse personagem político na história de uma nação.

Facundo, expresión fiel de una manera de ser de un pueblo, de sus preocupaciones e instintos; Facundo, en fin, siendo lo que fue, no por un accidente de su carácter, sino por antecedentes

<sup>60</sup> FRADKIN, Raúl Osvaldo; GELDMAN, Jorge Daniel. *Juan Manuel de Rosas: La construcción de un liderazgo político*. Buenos Aires: Edhasa, 2015, p. 427.

<sup>61</sup> MYERS, Jorge. *Las formas complejas del poder: la problemática del caudillismo a la luz del régimen rosista*. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. *Op Cit*, 2005, p.89.

inevitables y ajenos de su voluntad, es el personaje histórico más singular, más notable, que puede presentarse a la contemplación de los hombres que comprenden que un caudillo que encabeza un gran movimiento social no es más que un espejo en que se reflejan, en dimensiones colosales, las creencias, las necesidades, preocupaciones y hábitos de una nación en una época dada de su historia.<sup>62</sup>

Criticando os pares dicotômicos civilização-barbárie, campo-cidade, Juan Bautista Alberdi, em *Obras Completas*, entende o *caudillismo* como um paradigma da política bárbara, identificando o *caudillo* na luta pela eliminação da oposição. Para ele, esse fenômeno era marcado por um governo sem lei que se organizava diante da debilidade do Estado. Na base desse vazio institucional estava um cenário de “anarquia”, a fragmentação do poder da nação sob a aparência de “federalismo”.

En efecto, el caudillo no es otra cosa, en la Republica Argentina, que el gobernador de provincia con el modo de existir forzoso que tiene por el estado de cosas de ese país. ¿Qué es el gobernador de una provincia argentina? – Es el jefe de un gobierno local que no tiene renta, y que no reconoce autoridad suprema que le impida tomarla donde y como pueda; es un poder que tiene necesidades y deberes que cumplir, y que no tiene freno en la adquisición de los medios que necesita para llenarlos.<sup>63</sup>

Noemí Goldman e Ricardo Salvatore procuram pensar o conceito de *caudillismo*, para além de uma visão histórica tradicional, na chave da interpretação sociológica e política e destacam as variações do termo em *caudillaje* e *caudillejo* como instrumentos da disseminação do *caudillismo* clássico. À essas variações foram atribuídas métodos políticos autoritários, personalistas e violentos, associados às camadas baixas e ao contrário da ideia de progresso. Essa visão, ainda ligada ao pensamento de Sarmiento e Alberdi em meados do século XIX, foi questionada pelo movimento conhecido como “revisiónismo histórico”, que, a partir de 1930, procurou repensar essa visão negativa do *caudillo*, dando a eles o protagonismo dos principais processos de construção da nação. Marcela Ternavasio comenta que esse movimento não se constituiu como uma corrente historiográfica, mas como uma corrente que acompanhou a emergência de ideias nacionalistas, anti-imperialistas e antiliberais

<sup>62</sup> SARMIENTO, Domingo F. *Facundo*, 1845, p. 14-15.

<sup>63</sup> ALBERDI, Juan Bautista. *Causas de la anarquía en la Republica Argentina*, in *Obras Completas de Juan Bautista Alberdi*. Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, p. 172, tomo VI.

dessa conjuntura, que atuou no campo cultural argentino invertendo o que ela chama de “panteón de heroes” da historiografia herdada do XIX.<sup>64</sup>

Desse importante momento da história argentina até 1960, inúmeras visões sobre o conceito foram estabelecidas, porém a mais forte foi a colocação desse conceito em uma perspectiva social: o *caudillo* como um mero representante da classe *terrateniente* diante do vazio institucional dos anos 1820. Tulio Halperin Donghi, em meados de 1970, procurou destacar a figura de Rosas e dos *caudillos* do interior, entendendo a dominação oligárquica via “tirania” como justificativa para a unidade e soberania nacional frente às interferências, durante o governo rosista, de Inglaterra e França. Em oposição a essa visão de Donghi e outros historiadores revisionistas estava a ideia de “ditadura” rosista, sendo comparada com elementos políticos do fascismo europeu, como o uso da propaganda, a burocracia Estatal, o espetáculo das massas, o controle da imprensa e o carisma do líder.<sup>65</sup>

Para sair dessa esfera, Donghi formulou a complexa questão da militarização e democratização que se encontraria na base da ascensão dos *caudillos*. De acordo com ele o vazio de poder causado pela crise do governo de Rivadavia em 1826 fez com que os conflitos entre os grupos armados aumentassem, alargando o poder dos chefes militares que, em sua maioria, estavam ligados aos *caudillos*. Na prática, Goldman e Salvatore concluem que o revisionismo histórico reconvocou a militarização, o vazio de poder e a ruralização, disseminadas por Sarmiento no século XIX, como formas de explicar o conceito de *caudillo*.

Ainda entre as décadas de 1960 e 1970, alguns historiadores procuraram associar o conceito de *caudillo* com a ideia de *clientelismo*. Assim, *caudillismo* foi entendido como uma relação político-social que se dava quando grupos de *patrones* e *clientes* competiam por poder e riqueza usando métodos violentos. Isso existia porque, de acordo com esses historiadores, não havia um canal institucional para o desenvolvimento político. Essa associação foi encontrada recentemente nas obras de John Lynch, principalmente na intitulada *Caudillos en Hispanoamerica, 1800-1850*, de 1992. O autor toca no vazio institucional, na existência de conflitos armados e na relação clientelar para explicar o surgimento

<sup>64</sup> TERNAVASIO, Marcela. *Op Cit*, 2013, p. 131.

<sup>65</sup> GOLDMAN, Noemí, SALVATORE, Ricardo. *Op Cit*, 2005, p. 13-14.

do *caudillismo*, apontando que o personalismo daria lugar à lei e às instituições, tudo isso em um cenário de violência e sem mudanças sociais importantes. Para Lynch, o *caudillismo* era um tipo de clientelismo próprio do contexto pós-independência latino-americana, de forma que seus “seguidores”, as pessoas que formavam grupos armados, eram unidos pela relação de intercambio desigual que acontecia naquelas condições.<sup>66</sup>

Na visão de Lynch, Rosas pertencia a uma categoria especial nesse modelo de *caudillismo*, já que seria considerado “súper-patrón”, *el caudillo de los caudillos*.

Su clientela era por ende más amplia, incluyendo a peones, milicianos, estancieros, comerciantes e indígenas. En su base, el liderazgo de Rosas se asentaba en la estructura clientelar de la sociedad de la campaña. Los peones atemorizados por las leyes de vacancia huían hacia las estancias en búsqueda de protección. [...] Las relaciones de dependencia y sometimiento de la estancia trasladadas a la política tornaban a los pasivos y obedientes peones en clientela política del caudillo.<sup>67</sup>

Essa estrutura político-econômico-social que Rosas consolidou em seu tempo de governo afirmavam, de acordo com o autor, as características tão difundidas desde Sarmiento sobre o *caudillo*: personalismo, redes informais, alianças entre as lideranças locais, manipulação das “massas”, benefício de determinado grupo, apadrinhamento, carisma e violência, fazendo com que Rosas fosse o maior exemplo da relação patrão-cliente defendida.

O esforço de apresentar um panorama geral dos usos e entendimentos do conceito de *caudillismo* se deu a fim de se entender os desdobramentos dos sentidos atribuídos ao termo ao longo do tempo, presentes em uma historiografia que colocou como base da formação da nação a figura do *caudillo*. Ainda que essas visões sejam legítimas, a historiografia na qual este trabalho se baseia para pensar as questões que envolvem a política do governo rosista vem desconstruindo e repensando esse e outros conceitos chaves na história da então Argentina, principalmente no século XIX, de forma que é possível criticar os sentidos dado ao conceito de *caudillo*.

<sup>66</sup> As relações desiguais a que o autor se refere pode ser exemplificada como apadrinhamento, que pedia fidelidade política, social e militar ao *caudillo* por parte do “cliente” em troca de benefícios na área da saúde, da educação e do abastecimento. LYNCH, John. *Caudillos en Hispanoamérica, 1800-1850*. Madri: Mapfre, 1993, p. 17-18.

<sup>67</sup> GOLDMAN, Noemí, SALVATORE, Ricardo. *Op Cit*, 2005, p. 17.

A partir dos anos 1980, historiadores argentinos procuraram rediscutir as imagens estereotipadas sobre os *caudillos* reformulando algumas perspectivas anteriores. Assim, buscaram distanciar *caudillismo* de barbárie ao entender que boa parte desses líderes lutaram por princípios essenciais à nação, como a ideia de federalismo, associando-os ao processo de formação do Estado-nação argentino, em especial à sua organização constitucional, revalorizando as bases do *caudillismo*. Os trabalhos de Jorge Myers, Ricardo Salvatore, Noemí Goldman e Marcela Ternavasio procuram afastar o conceito de *caudillo* da ideia de uma liderança violenta que surgiu diante de um *Pueblo* imaturo, aproximando-os do processo de construção do poder social e político em conjunturas históricas particulares de cada província, diante de rituais civis e festividades populares e de uma vida cotidiana marcada pelos interesses das camadas populares.

Ninguno de los procesos políticos y sociales que dieron origen a los caudillos operaron en un vacío de interpelaciones ideológicas. Todos articularon, más o menos acabadamente, un ideario que remitía a ciertas formas imaginadas de la comunidad política.<sup>68</sup>

Em um segundo momento, esses historiadores procuram pensar os *caudillos* dentro do projeto político de Estado-nação, desconstruindo a ideia de vazio institucional que gerou esse fenômeno. Boa parte da historiografia tradicional se utilizou do *caudillismo* para explicar os inúmeros projetos políticos fracassos a partir do processo de independência e encontrou na década de 1820 – período conhecido como “Anarquía de los años 20” – as respostas necessárias para o surgimento desse tipo de liderança.

A questão da legitimidade dos *caudillos* está ligada, de acordo com os autores acima citados, à existência de um conjunto de instituições e relações formais que se transformaram ao longo do tempo que não se perdeu após o processo de independências. Sendo assim, o cenário de “Anarquía” é questionável, já que entre as décadas de 1820 e 1830 o que se assistiu na região do Rio da Prata foi a construção de Estados autônomos como ponto de partida para a construção do projeto nacional a partir da única relação forte que havia no momento: *ciudad-provincia*. Como prova desse processo, o conjunto de normas e leis políticas organizadas pelas províncias é exemplo dos esforços das elites

---

<sup>68</sup> *Idem*, p. 20.

locais em construir espaços soberanos de poder, para além da presença dos *caudillos*. Ainda que boa parte desses processos tenha fracassado, a valorização da soberania das partes ganha força e forma dentro dos inúmeros Congressos e Assembleias organizados no intuito de estabelecer a nação. A busca da ordem nacional pautaria os debates políticos das nascentes facções nesse momento, dando poder aos governadores e demais cargos políticos, descaracterizando o cenário de vazio institucional.

Esses autores comentam, para reforçar essa ideia, que esses Estados encontraram dificuldade em organizar sua soberania em torno da ideia de “nação”, tanto que acordos frágeis se constituíram na segunda metade do século XIX a fim de atender a questão da ordem. Dentre esses acordos é possível destacar o Pacto Federal de 1831, que longe de ter a força dos pactos que inspiraram os federais portenhos, procurou estabelecer um regime de poder autônomo.

Como uma terceira chave para desconstrução do conceito de *caudillo*, os trabalhos produzidos a partir dos anos 1980 procuraram descolar a ideia de que zonas rurais são naturalmente bárbaras ou atrasadas, sem ordem social ou instituições, o que teria facilitado o fortalecimento do *caudillo*. Nesse caminho, entendem que a relação patrão-peão perpassa pela existência de outras lideranças políticas na esfera regional e rural, tirando a experiência *caudillesca* do papel prioritário da construção da ordem nacional. Assim, é possível perceber o *caudillismo* como um sistema organizado e não uma mera associação de proprietários rurais, tendo em vista o uso de grupos armados e a aproximação com as lideranças locais para garantir seus interesses políticos e econômicos.

Tendo em vista que o conceito de *caudillismo* faz referência à organização de um sistema, o entendimento do conceito sob a perspectiva de um governo personalista é rebatida ao se analisar o governo de Rosas e perceber que os aspectos culturais utilizados na construção de sua imagem política dariam conta de responder às expectativas da sociedade de Buenos Aires diante da apresentação do discurso republicano pelo qual se fundamentou. Esses instrumentos redesenharam o conceito tradicional de *caudillismo* em sua imagem, associado principalmente com a ideia de comunicação com as camadas populares, de maioria iletrada.

El personalismo o caudillismo del [régimen rosista] hubo de expresarse en el interior de un contexto cultural y social “denso”, impregnado de valores y actitudes que se expresaban en un régimen discursivo preexistente, del cual el rosismo no podía prescindir, y en toda una gama de disposiciones y prácticas socioculturales de antigua sedimentación.<sup>69</sup>

Para estabelecer essa comunicação, a imprensa, a opinião pública, as manifestações populares de adesão à causa federal, os rituais civis-religiosos, os símbolos procuraram fundamentar a imagem de Rosas em um *caudillo* personalista por meio de representações da cultura local, como a história comum, a exaltação do gaúcho, a indumentária necessária para se reconhecer federal, as festas religiosas clássicas, entre outros, afastando-se da noção personalista pura do *caudillismo* clássico, ligada apenas à imagem do líder.

Dessa forma, o governo procurou atrelar à imagem de Rosas a ideia de ordem, encarnada no *caudillo* de maneira natural e se mostrando oposta ao comumente entendido: a ordem viria das lideranças da campanha, enquanto parte da desordem política que as províncias viviam era resultado de políticas urbanas empreendidas por líderes da cidade. A construção de uma ordem instável dependia da criação de um poder político autoritário, centralizado e personificado em Rosas, considerado o único republicano da história das províncias.

Para casar os conceitos e fazer valer as ações violentas de coerção adotadas pelo regime rosista, a construção de uma ordem política autêntica, baseada em valores e práticas presentes na sociedade argentina e não em um documento escrito ou em um conjunto de leis, ganhou posição central nesse governo, fazendo com que fosse necessário pensar uma retórica densa que operasse entre as diferentes camadas sociais e formassem a ideologia da federação. A eficácia da política praticada por Rosas se deu ao atrelar a imagem do *caudillo* à busca pela ordem federal por meio de um discurso plausível, não necessariamente crível, que disseminasse a coerção necessária a fim de construir um cenário de “unamismo político”. Estabelecer uma “opinião pública” era consolidar o regime rosista na ordem federal desejada tendo como líder o *caudillo* Rosas.

<sup>69</sup> MYERS, Jorge. *Las formas complejas del poder: la problemática del caudillismo a la luz del régimen rosista*. In: GOLDMAN, SALVATORE. *Op, Cit*, p. 92.

Rosas só pode ser entendido como *caudillo* então, se o sentido dado ao termo se descolar da ideia de liderança que surge diante de um vazio de poder. É possível pensar essa liderança como herdeira da estrutura institucional forjada nos anos 1820 e que se apoiou nisso para construir e consolidar seu poder. Essa política, que procurou transferir o trabalho das associações civis para o controle estatal a fim disseminar a causa federal, ganhou apoio dos governadores e das lideranças locais, fortalecendo as instituições provinciais em construção. Se esse modelo político buscou responder à “anarquia de los anos 1820”, Rosas procuraria estabelecer seu poder frente às lideranças locais, resultando em um projeto federal de Estado.

A fim de embasar esse discurso político, parte das ações se sustentavam nas vontades do *Pueblo* que desejava a ordem política desde 1820. Com isso, o governo rosista fez uso de um discurso republicano, em que a ideia da República ameaçada pelos conspiradores e inimigos serviu para sustentar os esforços de guerra, uma das mais fortes bases do governo que serviu para apresentar Rosas como o realizador dos feitos revolucionários e da garantia de liberdade dos *Pueblos* via “Santa Federación”. Com esse argumento, é possível entender que Rosas construiu e sustentou a liderança política em amplos poderes politicamente mobilizados e cuja adesão da sociedade em si não foi resultado apenas da coerção ou da violência.

El ideal de un mundo rural estable y armónico, el imperio de la ley, el culto a las virtudes ciudadanas, la confraternidad de las repúblicas americanas y la búsqueda obsesiva del orden social constituyeron la base de la retórica republicana del rosismo.<sup>70</sup>

Fradkin e Geldman comentam que utilizar o entendimento de John Lynch para explicar o rosismo é inconsistente, entendendo que o sentido do termo é impreciso e ambíguo. Os autores chamam a atenção para o uso desse termo caso as práticas *clientelares* sejam entendidas como formadores de atores sociais e que Rosas pode ter praticado um clientelismo político, que não dependia dos vínculos da obediência patrão-cliente, em uma situação de chefe de milícia.

Dicho de forma más precisa, el liderazgo de Rosas pudo ejercer sobre amplios sectores sociales intensamente movilizados era un liderazgo político, y su dilucidación tampoco se resuelve

<sup>70</sup> MYERS, Jorge. *Op Cit*, 1995, p. 43.

apelando a éste u otros comodines intelectuales extemporáneos [...]<sup>71</sup>

O conceito de *caudillo*, portanto, versa sobre diferentes aspectos quando se trata do cenário político do século XIX entre as províncias do Rio da Prata. Historicamente, o governo rosista ficou marcado pela ascensão do grupo de *caudillos* da campanha e durante alguns anos a historiografia procurou entender o governo rosista nessa chave. A tentativa dessa análise foi dar ao governo em questão outras explicações que afastem do sentido clássica do termo, conferindo originalidade ao tempo em que esse importante *caudillo* esteve no poder.

### 3.1.5.

#### **Um governo para o *Pueblo*.**

Na primeira metade do século XIX, o conceito de *Pueblo* no Rio da Prata será ressignificado de acordo com a conjuntura. Num primeiro momento, se vincula com a soberania em sua dimensão territorial. Em seguida, se liga às mobilizações políticas geradas pela Revolução de Maio de 1810, ganhando também um caráter social no decorrer das décadas seguintes. Em 1820, durante a difícil década conhecida como anárquica, o conceito ganhou singularidade ao se referir ao *Pueblo* como soberano e detentor do poder político naquele território na construção do Estado. Assim, um governo entendido como *popular* era bem visto, já que colocava nesse importante personagem político a representação da soberania e da cidadania.

Bernardino Rivadavia, primeiro presidente das Províncias Unidas em 1826, procurou diferenciar a opinião popular da opinião pública, sendo a popular classificada como negativa pelo líder, entendendo que as opiniões importantes estavam dentro da Sala dos Representantes e, por isso, seriam públicas, ligadas ao “Estado”. O fracasso desse governo, de cunho unitário e liberal, fez com que a guerra civil se deflagra-se entre as províncias e a emergência de Rosas ao poder colocou o *Pueblo* num lugar central, como fonte do poder do governador e legitimador de suas ações políticas, “aunque se trataba de un Pueblo pasivo,

<sup>71</sup> FRADKIN, Raúl Osvaldo; GELDMAN, Jorge Daniel. *Op Cit*, 2016, p. 433.

disciplinado en un *unanismo* político dentro del cual Pueblo se convirtió em sinónimo de federal”.<sup>72</sup>

O *Pueblo* teve, no discurso de Rosas, um lugar central como fonte do seu poder e legitimador de suas ações, ainda que fosse uma parcela popular passiva, disciplinada ao “*unanismo político*” e, por isso, vinculada à ideia de “ser federal”. Na primeira mensagem como governador, Rosas comentou: “una autoridad paternal, que erigida por la ley, gobierne de acuerdo con la voluntad del pueblo, éste ha sido, ciudadanos, el objeto de vuestros fervorosos votos.”<sup>73</sup> Os publicistas de Rosas defenderam a legitimidade do governo com base na adesão popular conquistada nos primeiros anos do líder a frente da província de Buenos Aires. Juan Bautista Alberdi, antes de se tornar inimigo do governador e ser conduzido ao exílio, apontou, em 1837: “[...] Y por Pueblo no entendemos aquí, la clase pensadora, la clase propietaria únicamente, sino también la universalidad, la mayoría, la multitud, la plebe”.<sup>74</sup>

A relação do governo de Rosas com o *Pueblo* procurou ser apaziguadora diante do cenário de guerra civil instalado. O Pacto Federal de 1831 buscou regulamentar a relação dos *pueblos* das províncias, entendendo o conceito no plural como corpo político atuante. O documento apontou “que la mayor parte de los pueblos de la Republica ha proclamado del modo más libre y espontáneo la forma de gobierno federal” e procurou reconhecer a liberdade, a independência, os direitos e a representação desses grupos na organização da política.<sup>75</sup>

Nos anos em que o Pacto procurou regulamentar a relação entre os *pueblos*, os intelectuais da Geração de 1937 recuperaram a ideia de que todos os *pueblos* juntos constituiriam um só *Pueblo* pertencente à “República Argentina” presente, de certa forma, no Congresso de 1824-1827. De acordo com Esteban Echeverría, *Pueblo* foi entendido na chave da Revolução, que era universal e, por isso, o conceito poderia ser explicado “socialmente hablando, la universalidad de

<sup>72</sup> DI MEGLIO, Gabriel. GOLDMAN, Noemí. *Pueblo*. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. La era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales; Ministerio de la Cultura, vol. I, 2009, p. 1145.

<sup>73</sup> *Proclama del gobernador Juan Manuel de Rosas a las Milicias de la Capital y de la Campaña*, 9 de dezembro de 1829, citado em MYERS, *Orden y virtud*. Quilmes: 1995, p. 153. In: *Idem*, p. 1146.

<sup>74</sup> *Fragmento preliminar al estudio del derecho*, [1837] 1984, p. 145. In: *Idem*, 1146.

<sup>75</sup> *Pacto celebrado entre los representantes de Buenos Aires, Santa Fe y Entre Ríos, en virtud del cual se constituye la Liga Litoral*, 4 de janeiro de 1831, citado em LEIVA, 1982, p. 289. In: *Idem*, p. 1146.

los habitantes del país; políticamente hablando, la universalidad de los ciudadanos; porque no todo habitante es ciudadano.”<sup>76</sup>

Di Meglio e Goldman apontam que o texto de Echeverría é um dos antecedentes da passagem do conceito do plural para o singular, que aparece mais forte no texto Constitucional de 1853 após a caída de Rosas. Nesse documento, a ideia de “Pueblo de la Confederación Argentina” pode ser entendido com a noção de formador da nação argentina, ainda que o processo de formação nacional permanecesse em curso até o final do século.

Tendo em vista que o governo rosista colocou no *Pueblo* boa parte das justificativas das ações políticas empreendidas, vale pontuar que a busca pela construção de um governo popular se deu na esfera pública através dos meios de coerção. Como já dito, diante de uma sociedade com pouco letramento, quando não iletrada, a aproximação com as camadas populares se deu por meio do simbólico e da linguagem de fácil entendimento via periodismo “popular”.

Myers aponta que essa aproximação havia sido vivida também pelos escritores de outras facções, mas que historicamente o grupo federal de Rosas promoveu uma série de medidas para captação da sociedade que se configuraram como novas frente às outras experiências. O periodismo popular de Rosas se estendeu de 1830 até 1840 e se constituiu em uma forma muito eficaz de intervenção política sobre essa parte da sociedade, que só deixaria de ser alimentada quando a ameaça de domínio unitário foi praticamente eliminada.<sup>77</sup>

Dentre os mais importantes títulos dessa imprensa, *El Torito de los Muchachos* (1830), *El Gaucho* (1830, 1831), *La Gaucha* (1831) foram nomes que circularam no primeiro governo auxiliando na formação da imagem de Rosas nas camadas mais baixas. Ainda que essa imprensa tenha sido praticamente extinta no segundo governo, diante do uso de outras formas de aproximação com o *Pueblo*, a disseminação de ideias com uma linguagem acessível facilitou a comoção da sociedade diante dos feitos do “Restaurador de las Leyes”, o que de certa forma pode ser visto como um impulso para o retorno de Rosas ao poder em 1835.

Solo un interes me arrastra, /Y me arrastra con razón/Que es ver como está la Patria/Que me quiebra el corazón.  
Pero a pesar de pesares/Y de tanta desunion/Confiando en nuestro Gobierno/Ha de triunfar la opinión.

<sup>76</sup> *Idem*, p. 1146.

<sup>77</sup> MYERS, Jorge. *Op Cit*, 1995, p. 41-42.

Lo digo como lo siento/No piense que de adulon, /Y porque también conozco/Lo que es la Federación. (*El Torito de los Muchachos*, 19 de agosto de 1830, num. 1)<sup>78</sup>

Dessa maneira, a aproximação com o *Pueblo* foi possível. Também dessa forma a chamada “civilización del cuero” apareceu no cenário político menos arcaica do que era vista. Esse grupo, formado principalmente pela figura do que veio a ser o gaúcho, teve seu protagonismo nas disputas pelo poder central e por isso foi amplamente valorizado pelo imaginário construído pelo governo rosista. Para essas disputas, foram adotadas formas imaginativas e criativas que evidenciaram signos claros e precisos de “modernidade” política e da comunidade, além de ser um testemunho de que as fronteiras da política haviam se expandido, incluindo os povos do interior, a comunidade de negros africanos, os “paisanos” e as mulheres.

Alguns historiadores apontam o modelo de governo adotado por Rosas como a única maneira de garantir a ordem e a participação popular em um contexto tão conturbado. Essa maneira de entender se torna possível ao se pensar esse período da história das províncias através de um saldo eficaz do empreendimento político. Mais que ocupar um certo vazio institucional e apresentar um assertivo projeto político para as províncias, Rosas constituiu seu regime se aproveitando da arquitetura institucional existente, ampliou e consolidou suas estruturas e transformou-a em algo totalmente novo entre o cenário provincial. Mesmo com a guerra quase permanente, a crise política e os cercos promovidos ao longo de seu governo, Rosas procurou beneficiar a produção provincial, fortalecendo a economia agrária em desenvolvimento e se aproximando dos senhores de terra dali.

Diante das ações de certa forma positivas de Rosas citadas acima, é preciso ter em mente que esse mesmo governo fez uso da violência e da coerção para alcançar a ordem na província e na cidade de Buenos Aires. Também é preciso colocar este trabalho em uma discussão historiográfica que se pretende olhar os episódios de construção do Estado Nacional na ótica da política e não somente da violência. Mostrar os aspectos da coerção é afirmar que houve violência, mas que a tão sonhada paz política foi alcançada de outras formas,

<sup>78</sup> Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. Acesso em 07 de agosto de 2019. Tradução: *adulon* – lisonjeiro, elogioso. A forma de escrita original das palavras foi mantida.

dentre elas uma relação aproximada com os governadores das províncias, os pactos e os inúmeros acordos políticos.

Diante dos conceitos expostos e analisados nesse capítulo, é possível questionar como definir a coalização que apoiava Rosas e quem eram seus inimigos. Ainda que esse debate esteja nas entrelinhas e em alguns momentos expostos, tal problema merece destaque nesse capítulo graças à ideia de que o governo de Rosas foi federal e popular, e contou com forte apoio de setores urbanos e da elite principalmente de Buenos Aires. De maneira geral, Rosas colocou sua ação política a serviço dos senhores de terra. Mas para isso, acreditou na coerção e no seguimento quase total das elites e do setor popular, adotou o republicanismo e se considerou herdeiro do federalismo para reconstruir o consenso social em Buenos Aires e no interior.

Juntamente com a coerção pública, que se dava pelas diferentes manifestações de adesão ao governo – símbolos, vestimenta, acessórios, adesão aos diferentes tipos de “ser federal” -, a organização do processo eleitoral também influía nesse governo. Em 1830-1831 cada partido devia constituir uma comissão de classificação composta por um juiz de paz e demais funcionários. Estes deveriam confeccionar listas de unitários e federais de cada lugar para organizar a eleição, o que denota o desejo pelo conhecimento dos inimigos e a consequente organização de um grupo de funcionários que controlariam e cerceariam os considerados inimigos. Da mesma forma, esse controle pode ser encarado como um meio de acabar com as dissidências internas da facção federal, além de classificar os funcionários federais que fossem mais preparados para a difusão da causa política.<sup>79</sup>

De acordo com Ricardo Salvatore, essas listas serviram como advertência ou ameaça segundo o momento em que foram utilizadas, já que os nomes presentes nas listas estavam sujeitos a intimidações, golpes, controle, confiscos, prisão, confissões e, em último caso, assassinatos. Salvatore também comenta sobre a necessidade de “declaração federal” dos *vecinos*, fazendo com que uma esfera de constante controle fosse estabelecida na cidade e na campanha.

Ao fim e ao cabo, as listas de unitários e federais serviram para trazer identidade política aos grupos divergentes nesse contexto. É possível estabelecer

---

<sup>79</sup> GELMAN, Jorge. *Unitarios y Federales*. Control político y construcción de identidades en el primer gobierno de Rosas. Anuario IEHS, 19. Tandil, 2004, p. 361.

uma linha de demarcação social entre os aderentes a cada facção: as identidades unitárias ou federais podiam abarcar desde ricos proprietários e comerciantes até humildes trabalhadores rurais ou urbanos, passando por funcionários, pequenos proprietários, a população da *campaña*, os mais pobres; a considerada “gente decente”, grupo composto por setores médios e altos da cidade, faziam parte do Unitarismo.

Esses elementos aparecem no discurso oficial: se era inimigo dos pobres, só podia ser unitário, conforme, por exemplo, a classificação que se dava a José Zenón Videla, em 1831, um proprietário considerado unitário:

Unitario decidido y exaltado, perseguidor infatigable de los federales y enemigo general de los pobres, sirvió al ejército de los amotinados de diciembre con su persona, con sus intereses y con cuantos medios le podía sugerir su odio entrañable a los federales; reunió todas las caballadas que pude de los federales por auxiliar a Lavalle después de haberle entregado la suya; salió en partida a perseguir y deshacer las reuniones y fue tomado por ellos mas no se arrepintió por esto [...] Fue comandante de una de las divisiones que formó Lavalle en la capital. Se ha retirado a la Banda Oriental, en donde se cree que trabajará siempre en favor de los unitarios.<sup>80</sup>

A história política da campanha de Buenos Aires e os dados que tornam conhecidos os funcionários do governo no início dos anos 1830 refletem pouco a questão da busca pelo “unamismo político”. Isso não altera o fato de que o sistema eleitoral e os resultados das eleições manifestavam o esforço pela unanimidade em relação à adesão ao Federalismo, já que todos os membros do governo deveriam pertencer a essa facção. Os dados presentes nas listas de eleição que demonstram, também, que o voto incluía as camadas rurais nas questões políticas da província, reforçando a ideia de que o governo de Buenos Aires era popular, feito para “la gente de la campaña”.<sup>81</sup>

O governo de Rosas conseguiu, portanto, atingir quase todos os espaços políticos existentes naquele cenário em Buenos Aires. Desde 1820, o que se viu no segundo governo foi a tentativa – talvez acertada – de uma política que articulou o apoio das camadas mais baixas e dos senhores de gado, tornando essa experiência política um marco da República e do Federalismo entre as províncias.

<sup>80</sup> *Idem*, p. 388.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 387.

Dessa forma, Rosas ficou quase vinte anos no poder, por meio da coerção, da violência, da guerra, da institucionalidade e, principalmente, da relação com os governadores das províncias, que confiaram à figura política do governador de Buenos Aires a regulamentação da aduana e o comando das relações exteriores. Para além desses tópicos presentes no Pacto Federal, esses líderes confiaram a Rosas a dita “organização do Estado” e o mando político frente à tentativa de *pacificação* do Rio da Prata em uma perspectiva federal.

## A relação “diplomática-autoritária” de Rosas com as províncias (1835-1852).

El proyecto rosista consistió en una progresiva acumulación de poder en manos del Ejecutivo provincial – que por ese proceso se convertiría en la principal herramienta para instrumentar la política propuesta por su facción – y, en una segunda etapa, en una paulatina reinstitucionalización del espacio político *argentino* – por cierto, muy parcial y eventualmente fallida – operada desde el baluarte que representaba la provincia de Buenos Aires.<sup>79</sup>

O capítulo que se segue tem como objetivo analisar o discurso político de Rosas como um dos caminhos que fortaleceram as relações interprovinciais a partir de Buenos Aires em seu segundo governo. Através de algumas cartas enviadas aos governadores e *caudillos* mais próximos e de passagens do jornal *La Gaceta Mercantil* o interesse é observar a estrutura do discurso político adotado por Rosas entre 1835 e 1852.

Antes de mergulhar de fato na temática deste capítulo, é preciso entender como as províncias do antigo Vice-Reino do Rio da Prata se organizaram no século XIX. O panorama que se pretende aqui começa em 1810 e avança, rapidamente, aos anos 1820, entendendo que nesse contexto de independências entre as antigas colônias espanholas na América do Sul a busca pela organização das fronteiras entre as partes foi o motivo de boa parte dos conflitos civis da região. O desafio após a Independência das províncias do Rio da Prata era unir os interesses dos líderes locais, demarcar o espaço de cada província e unificar o *Pueblo* no território delimitado.

José Carlos Chiramonte chama a atenção para a confusão que o vocábulo “província” traz nos estudos sobre a formação do Estado no Rio da Prata. De acordo com ele, chamar as soberanias dessa região de províncias faz com que pareça que eram partes submetidas a um Estado maior ou que tinham a posição de “Estados independentes” a partir de 1810. O autor responde essa questão com a manutenção da tradição administrativa espanhola que entendia por “província” os domínios do ultramar, dando sentido pouco preciso ao termo.

<sup>79</sup> O autor entende o vocábulo “argentino” no sentido de toda a região que hoje forma a República Argentina. MYERS, Jorge. *Orden y virtud*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995, p. 19.

Estas breves consideraciones iniciales tienen el propósito de justificar las dos principales orientaciones de los que sigue. Una, la de realizar un análisis del uso del término “provincia”, integrante de un conjunto de vocablos cruciales del vocabulario político de la época cuya utilización anacrónica es fuente de sustanciales confusiones. Otra, la de justificar la “estatidad” que atribuimos a las provincias rioplatenses del periodo.<sup>80</sup>

De toda forma, “provincia” é entendida aqui com sentido mais político e se aproxima do sentido plural conferido a *pueblos*, ou seja, sujeito que detém a soberania. É importante perceber o sentido político do termo “pueblos” e quando se singulariza no momento em que a “provincia” cumpre as funções políticas de soberania. Dessa forma, Chiaramonte diferencia as formas de identidade coletiva no Rio da Prata, apontando por último a importância de entender o papel da “ciudad” o núcleo inicial de formação dos novos Estado na região.

Quando os *pueblos* passaram a se instituir como “províncias”, em partes pela necessidade de afirmação de sua presença política no cenário rio-platense, em partes pela emergência política das cidades e das zonas rurais por meio de lideranças locais fortes, prevaleceu o desejo por legitimar o exercício do poder soberano em nome dos *pueblos*, já que dessa forma cada província passava a abrigar um *Pueblo*, que ganhava nome, voz e participação. De “americanos” ou “rio-platenses”, as províncias juntavam *sanjuaninos*, *tucumanos*, *correntinos*, *cordobeses*, *porteños* etc.<sup>81</sup>

A primeira decisão relativa à criação de províncias posterior ao 25 de maio de 1810 foi a resolução da Junta Grande em 10 de fevereiro de 1811 em criar juntas provinciais e subalternas a fim de reorganizar a estrutura provincial herdada do regime de intendências para adaptar as partes existentes às novas formas de exercício de poder. Essa medida, que dividia as províncias em “províncias-intendências”, funcionou como uma medida político administrativa e provocou um embate com os Cabildos - instituição colonial que funcionava como câmara administrativa das cidades -, já que a Junta Grande procurava neutralizar suas

<sup>80</sup> CHIARAMONTE, José Carlos. *Raíces históricas del Federalismo Latinoamericano*. Buenos Aires: Sudamérica, 2016, p. 106.

<sup>81</sup> *Id.*, *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Biblioteca del Pensamiento Argentino I. Buenos Aires: Compañía Editora Espasa Calpe; Ariel Historia, 1997.

funções como únicos veículos políticos e organizar governos territoriais sob seu controle.

Antes mesmo de reconhecer as medidas da Junta, o Cabildo da cidade de Jujuy solicitava sua autonomia com relação a Salta e defendia a manifestação de cada *Pueblo* de acordo com as necessidades vigentes. Essa situação deu abertura para que mais cidades reivindicassem seu poder política longe do regime de intendência que ainda vigorava do modelo de organização colonial. No Triunvirato, de novembro de 1813, a questão territorial ficou mais evidente com a separação dos povos de Mendoza, San Juan e San Luis do “governo-intendência” de Córdoba e a criação de um Governo Intendência à parte com a antiga denominação de Província de Cuyo.

Seguindo esse processo, decretos da liderança política em Buenos Aires entre março, setembro e outubro de 1814, criavam a Província Oriental do Rio da Prata, as províncias de Entre Ríos e Corrientes, separando seus territórios de Buenos Aires, e as províncias de Salta e de Tucumán, com “povos” e “cidades” que até então haviam pertencido à Intendência de Salta del Tucumán.<sup>82</sup>

As novas entidades políticas criadas em 1819 e sobretudo em 1820, por disposições oficiais ou por decisão própria de se separarem de outras províncias, declaravam-se soberanas e apresentavam outras lideranças políticas importantes. Com o fim dos Cabildos, essas lideranças se fortaleceram no espaço urbano com a criação da Sala de Representantes e alcançaram o espaço rural formando o grupo dos *caudillos*.

A partir de 1820, as províncias foram se constituindo enquanto supostas partes de um Estado que, além de congregar em seus frágeis períodos de existência os *Pueblos* de um também impreciso território do Rio da Prata, careceu de existência real durante a maior parte dos anos entre 1810 e 1831, e cuja projetada Constituição, a partir do último desses anos, seria largamente adiada pela emergência de uma “união confederativa” em seu lugar. A indefinição sobre a organização do Estado presente na década de 1810 tendeu a ser superada, não sempre com êxito, quando diante do fracasso dos documentos constitucionais de

---

<sup>82</sup> *Registro Oficial de la República Argentina*, Tomo Primeiro, 1810 a 1821, Buenos Aires, 1879, pp. 241, 265, 283 e 288. In: CHIARAMONTE, José Carlos. *Op Cit*, 2016, p. 116.

1816, 1819 e 1826, diversas províncias começaram a afirmar constitucionalmente sua soberania e independência.<sup>83</sup>

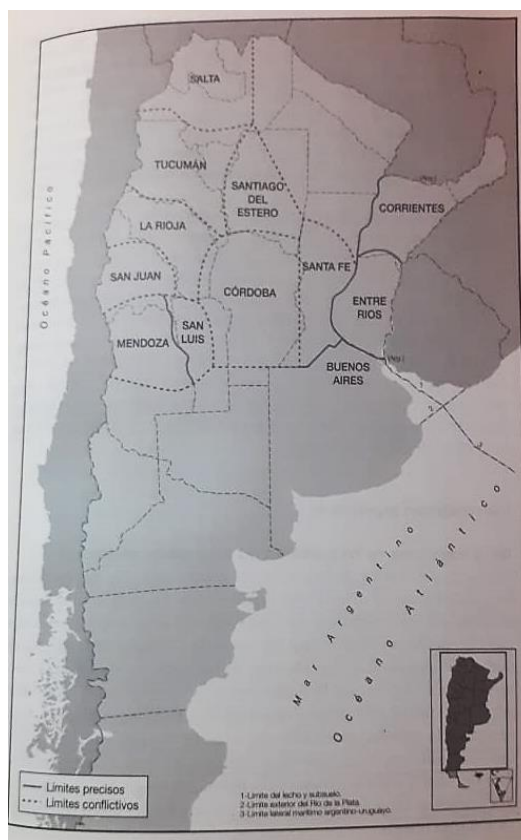


Figura 4 – Fonte: TERNAVASIO, Marcela. *Historia de la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2013, p. 129.

Os textos constitucionais provinciais se tornavam legítimos e funcionais a partir dos fracassos dos documentos que tentavam organizar a política entre as províncias. As lideranças provinciais entendiam que eram as únicas que conseguiam manter uma certa coesão territorial e política que lhes permitia criar uma ordem social e de poder relativamente estável. Ainda que desejassem uma organização “nacional” e buscavam contribuir para tal nos debates constitucionais das Salas de Representantes, a natureza estatal independente da “província-Estado” ficava mais acentuada a ponto defenderem com mais afínco suas soberanias.

Chiaramonte chama a atenção para o uso de certos vocábulos com sentidos particulares nos textos constitucionais provinciais, tais como “nacional”, “nação”, “pátria”. Destaca-se a ausência do vocábulo “argentino” como correspondente a

<sup>83</sup> TERNAVASIO, Marcela. *Historia de la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2013, p. 48-50.

“Argentina”, o que permite pensar que a República Argentina – expressão que já aparece na Constituição de 1826 – faz referência a reunião de sociedades provinciais apenas, sem que pertencimento a um todo esteja presente.

Pensando nessa questão do pertencimento, a ideia de sentir-se parte da província apenas contribuiu para o fortalecimento de lideranças locais, já que possuíam alguma legitimidade no contexto colonial e que foram se destacando ao longo da década de 1810, 1820 e 1830. A historiografia entende que nesse processo de organização dos sistemas de poder e do Estado no Rio da Prata, a figura do *caudillo* foi importante para promover o protagonismo do *Pueblo* além de contribuir para o crescimento da soberania entre as partes.

A partir da discussão sobre *caudilhismo* latino-americano – desenvolvido no capítulo um – se poderia julgar que o surgimento dos “Estados provinciais” seria uma fachada artificial para sustentar uma situação de domínio privado – o do *caudillo* sobre a sociedade – criada no seio de relações sociais supostamente pouco desenvolvidas, em vez de focá-lo como parte dos fenômenos gerados por sociedades com necessidade de se conferirem uma organização estatal. É possível acrescentar, também, que a inclinação ao uso de termos condenatórios como “selvagem”, “barbárie”, “ditador” nesse momento pode induzir ao erro de se enxergar certa ausência de legalidade existente nessas sociedades provinciais, fazendo com que o uso da violência fosse o único caminho possível para o ordenamento das mesmas.

Hilda Sabato, no livro “*Buenos Aires en armas*” (2008), chama a atenção para o fato de que a violência nos casos de organização política dos Estados é pouco estudado pela historiografia argentina, e quando o é, as análises são superficiais, apesar da constante recorrência às armas e à violência na vida política da região do Prata no século XIX. A autora questiona a suposta tendência latino-americana à anarquia e à desordem política, causada pela imaturidade ou por uma determinada herança. Nesta leitura, guerras civis, revoluções, golpes de Estado e crimes políticos são entendidos como evidências de uma trajetória traumática para a governabilidade e para a consolidação dos Estados Nacionais. A origem dessa

interpretação estaria, por exemplo, numa suposta natureza ou “cultura autoritária” que teria raízes na herança da colonização ibérica.<sup>84</sup>

Ao colocar foco no problema da violência, Sabato problematiza a questão da disputa entre as províncias e Buenos Aires no período de formação do Estado Nacional argentino, discutindo o papel central conferido à nação por uma historiografia nacionalista que durante muito tempo analisou a história da América no século XIX unicamente a partir deste viés. Essa historiografia considerou os episódios revolucionários como interrupções no caminho progressivo que resultaria na consolidação do Estado nacional, o que deveria implicar uso massivo de coerção do governo e violência por parte de autoridades locais.

A partir dessas ideias, o fato de que após as revoluções de independência tenha se iniciado um longo período de conflitos e experiências de formação de nações - durante os quais o poder Estatal se mostrou fraco ao fazer uso da força -, foi interpretado como obstáculo ou resistência à construção do Estado Nacional, ou como caos que demonstrava a incapacidade da região de alcançar civilizadamente o progresso. Tais ideias questionam o caráter especialmente violento da história latino-americana, demonstrando que a região não foi mais ou menos violenta que outras do mundo.

Nessa chave de pensamento, a experiência rosista se deu em um espaço de tempo ainda conflituoso entre as províncias, tanto no âmbito territorial como no campo das disputas políticas entre unitários e federais. Se os governos anteriores a Rosas falharam na busca pela ordem, a partir de 1829 a tentativa foi organizar as lideranças do interior e do litoral a partir de Buenos Aires a fim de estruturar, territorialmente e/ou nas ideias, um Estado.

Rosas buscou consolidar seu poder como governador em Buenos Aires enquanto desenvolvia estratégias de aliança com as partes para se tornar o “supremo árbitro” da futura confederação. Com o Pacto Federal de 1831, uma das primeiras medidas de Rosas para com as províncias em sua primeira gestão, ficou estabelecido que as partes manteriam sua independência e soberania, deixando para Buenos Aires a representação das relações exteriores. Na prática, as províncias

---

<sup>84</sup> SABATO, Hilda. *Buenos Aires en armas*. La revolución de 1880. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008, p. 40.

tiveram contato com a intervenção de Rosas em busca da ordem federal e da aliança política por meio de diversos mecanismos, dentre eles a ação de grupos armados vinculados aos *caudillos*, o jornal oficial que circulava em Buenos Aires e nas províncias – *La Gaceta Mercantil* – e as cartas trocadas e enviadas por Rosas às lideranças provinciais a fim de difundir a ideia de construção da “Santa Federação”

Se por um lado o poder de Rosas parecia atingir apenas a província de Buenos Aires, é possível perceber que tal coerção ultrapassava os limites físicos da província “central” em nome da Federação, entendida durante o período rosista como

Una federación que no era estrictamente un orden confederal ni un sistema federal de gobierno, sino una compleja ingeniería política que presuponía un orden supraprovincial que reposaba sobre la provincia más poderosa, Buenos Aires, y más específicamente sobre su Primera Magistratura, ejercida a través de un régimen unanimista y plebiscitario centrado en la figura de Juan Manuel de Rosas.<sup>85</sup>

Essa federação, de acordo com Jorge Myers, se organizou desde o primeiro governo de Rosas, em 1829, por meio da união dos três poderes constitucionais do estado provincial e todos os poderes tidos como constitucionais, sendo eles o exército e as milícias da *campana*. Já no segundo governo, a partir de 1835, constituiu um executivo investido de poderes legais em que a extensão era praticamente ilimitada, com uma legislação ligada ao governador e um tribunal supremo que tinha pouca autoridade, sendo suas ações reduzidas ao comando do executivo.<sup>86</sup>

O discurso de Rosas, diante dessa construção dos poderes provinciais amplamente ligada ao poder do governador, se tornou eficaz por meio de distintos veículos de circulação e recepção de mensagens ideológicas e se distinguiu por sua notável capacidade de atingir setores sociais diferentes e por uma monopolização em todo espaço público *porteño* e provincial. Assim como em experiências políticas anteriores, o rosismo fez com que o controle das informações e a política de propaganda se tornassem importantes para a sociedade de Buenos Aires, fazendo com que a publicidade dos atos públicos – exercício fortalecido principalmente no governo de Bernardino Rivadavia (1826-1827) – continuasse. A formação da opinião pública, situação também buscada fortemente pela

<sup>85</sup> TERNAVÁSIO, Marcela. *Op Cit*, 2013, p. 215.

<sup>86</sup> MYERS, Jorge. *Op Cit*, 1995, p. 21.

experiência rivadaviana, seria utilizada como mais um elemento de consolidação do monopólio ideológico do rosismo.<sup>87</sup>

Esta concepción del papel a ejercer por los discursos de las instituciones públicas se asemejaría al modelo rivadaviano en su continuado énfasis sobre el papel docente del discurso oficial del estado, pero se apartaría del mismo por considerar que el principal valor a ser transmitido no debía ser el de la pluralidad de opiniones, sino el de la unanimidad de las mismas – convencidas como debían estar de que el orden vigente representaba el único camino a la realización plena del bien común.<sup>88</sup>

Prática e discurso na experiência rosista eram complexos e cheios de ambiguidades, mesmo que pensados e devidamente articulados em nome do desenvolvimento da República e da Federação. A legitimidade da nova ordem era o produto de uma identificação quase completa entre governo e participantes da política; em todos os níveis sociais e políticos deveria imperar uma opinião, uma única vontade. Aqueles que não se identificavam com a facção e com sua liderança eram considerados unitários e, por isso, inimigos.

## 2.1.

### A produção discursiva e a esfera pública de Rosas.

É interessante notar que a formação da opinião pública aproximou Rosas das práticas política do governo de Rivadavia em termos de propagação de ideias, divulgação dos atos do governo e disseminação de textos e ideias via jornais. Ao estabelecer uma comparação prévia a respeito do fomento das informações, ambos governos se preocuparam com a imprensa, principal veículo político daquele contexto, e com jornais que se posicionassem favoráveis à liderança em vigor.

Jorge Myers, em *Orden y virtud*, aponta que a diferença entre as duas lideranças está na consolidação e profundidade das tendências construídas pelos governos. O autor também comenta que os governos inspirados no projeto rivadaviano defenderam o princípio da liberdade de expressão em um grau pouco

<sup>87</sup> Sobre a opinião pública durante o governo de Bernardino Rivadavia, ver: GOLDMAN, Noemí. *Libertad de imprenta, opinión pública y debate constitucional en el Río de la Plata (1810-1827)*. Buenos Aires: Prismas, Revista de historia intelectual, no4, 2000; MOLINA, Eugenia. *Opinión pública y libertad de imprenta durante los años de consolidación de las estructuras provinciales y el Congreso de 1824*. Entre la libertad, la tolerancia y la censura. Buenos Aires: Revista de Historia del Derecho, n. 33, 2005.

<sup>88</sup> MYERS, Jorge. *Op Cit*, 1995, p. 22.

ou não compartilhado pelos rosistas, tendo em vista que esse princípio foi violado com a colocação da censura principalmente aos jornais a partir de 1832. A prática concreta do rosismo, principalmente no segundo governo, consistiu em suprimir toda independência de opinião sobre questões políticas relevantes, fazendo com que a única doutrina federal tolerada fosse a rosista.<sup>89</sup>

Para que essa situação fosse mais bem difundida, ao contrário da experiência rivadaviana, era necessário a proibição de certos tipos de publicações que se manifestaram insuficientes aos olhos do regime – como os jornais e intelectuais que se posicionaram contrários às práticas políticas de Rosas – e se instalou uma exigência de adesão positiva, em que marcas de identificação rosista – “Viva la Confederación”, “Mueran los Salvajes Unitarios”, a diferenciação das datas do governo em vigor – deveriam reafirmar a absoluta lealdade do jornal e do editor à figura de Rosas; deveria manifestar uma perfeita identidade entre a opinião publicada e aquela manifestada pelo governador.

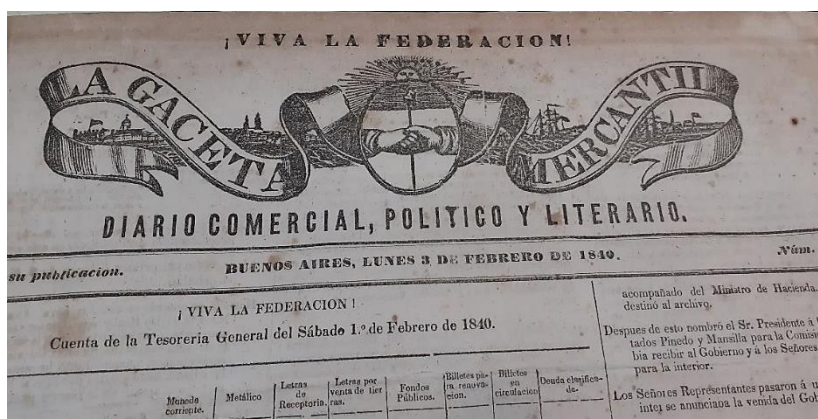
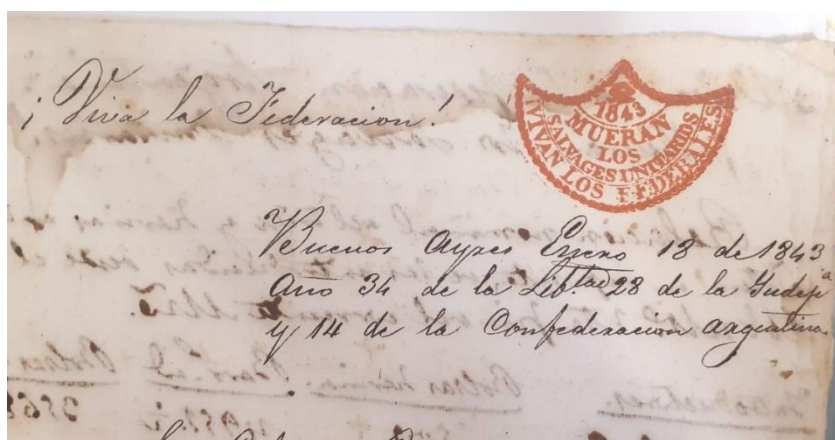


Figura 5 – Destaque para o cabeçalho. Fonte: Biblioteca Nacional Mariano Moreno.



<sup>89</sup> *Idem*, p. 30.

Figura 6 – “Buenos Aires, Enero 18 de 1843. Año 34 de la Libertad, 28 de la Independencia y 14 de la Confederación Argentina”. Fonte: Archivo General de la Nacion Argentina.

A crítica e a construção do inimigo também foram mecanismos do discurso para legitimidade. Consolidar o “terror” sobre a negação do outro foi um processo profundamente complexo que deu ao cenário da opinião pública um aspecto confuso e instável. Dessa forma, o “unitário” se converteu no arquétipo do problema, da subversão, portador de todos os aspectos negativos do processo revolucionário começado em 1810, motivo de a história das províncias ser tão complicada e o principal obstáculo para o desenvolvimento da República. A construção do inimigo também se utilizou de aspectos psicológicos para deturpar o unitário, de forma que “eles” eram seres irracionais, demoníacos, hereges, selvagens. Se em um primeiro momento o inimigo estava atrelado à facção unitária – de posicionamento político contrário ao federal –, o “unitário” passou ser o inimigo, ou seja, qualquer indivíduo que se posicionasse contrário a Rosas ou que desse a entender que sua posição era oposta ao governo vigente.

“Quienes han legado para la historia de la Republica más esclarecidas paginas? ¿Quiénes han ofrecido al mundo libre y á la posteridad el noble de la libertad del Nuevo Mundo? ¿Quiénes han resistido siempre á la humillación del país, y consagrado constantes tareas por su dignidad y ventura? [...] Han sido los salvajes unitarios? No: han sido los federales. [...]”<sup>90</sup>

A originalidade da experiencia rosista se encontra também no uso de cartas para difundir as ideias federais. Geralmente escritas em primeira pessoa e assinadas pelo próprio Rosas, o tom das cartas era pessoal, com informações da família do destinatário, com poucas páginas manuscritas e por vezes com palavras e expressões coercitivas que denotam intervenção do governador na política da província.

A correspondência, como uma das formas da escrita comum e privada, carregava diversos assuntos – pessoais, secretos, filosóficos, políticos – e se constituiu em uma ferramenta importante para o exercício de algumas funções públicas principalmente no século XIX. No caso do período rosista, as cartas foram um importante caminho para se governar.

<sup>90</sup> *La Gaceta Mercantil*, 26 de agosto de 1840. Número 5121. Buenos Aires: Biblioteca Nacional Mariano Moreno, Sala Del Tesoro, TE 3B 04 62 13

Sem desprezar as inúmeras fontes produzidas nesse contexto, as correspondências como fonte permitem iluminar áreas de silêncio que outras fontes calaram intencionalmente, fazendo com que o observador se posicione em um local privilegiado para o olhar o personagem ou a situação que se deseja observar. No entanto, o trabalho com carta exige mecanismos mais complexos em sua análise, já que nem sempre esses textos apresentam testemunhos transparentes quanto às intencionalidades que moveram seus autores a realizarem determinadas ações, tampouco demonstram se quem escreveu foi uma figura pública, preocupada com seu discurso na posteridade. Para boa parte desses personagens, a escrita das cartas se constituiu em um processo burocrático cuidadosamente elaborado, já que em muitos casos esses textos deixaram pistas importantes sobre acontecimentos políticos daquele contexto.

Por isso o olhar para com esta fonte se dá com mais cuidado e mais filtros, entendendo que a composição desse discurso tem a “escrita do eu”, ou seja, em cada frase há elementos pessoais de quem escreve. Ângela de Castro Gomes comenta que em se tratando de uma carta epistolar é preciso atentar-se para uma série de questões que não envolvem apenas o indivíduo “autor” da carta, mas também a relação que se estabelece com o “receptor”, a quem ela se dirige.<sup>91</sup>

Em alguns documentos é possível perceber a rede de sociabilidade que a pessoa que assinava a carta possuía, fazendo-se conhecer sua vida privada, as regras morais da época e uma noção de sua função naquele contexto – posição política, envolvimento nas questões econômicas, aspectos da vida privada, ligação com acontecimentos importantes de sua época, etc.

Ao ter acesso a esses fragmentos, o historiador espia por uma fresta a vida privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual público e privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo em uma dimensão coletiva. Processo identitário que se define constantemente e elimina qualquer suposição de coerência e continuidade de atitudes, sentimentos ou opiniões.<sup>92</sup>

O uso do gênero epistolar se tornou um instrumento fundamental de poder e um veículo privilegiado através do qual se constituiu um sistema de coerção e

<sup>91</sup> GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.10-11.

<sup>92</sup> MALATIAN, Teresa. *Cartas: Narrador, registro e arquivo*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 3.

dominação política no século XIX. Marcela Ternavasio comenta que Rosas dizia que seus arquivos eram muito mais importantes que todas suas riquezas e cuidava deles com extremo zelo.<sup>93</sup>

A ideia de que Rosas governou por meio das cartas é forte devido a quantidade disponível no *Archivo General de la Nación*, localizado na cidade de Buenos Aires. São mais de dez caixas que agrupam bilhetes, cartas, convites e grandes escritos de Rosas para governadores, embaixadores, milicianos, capatazes, juízes de paz, familiares, amigos e/ou políticos. O que diferenciou Rosas, nesse caso, foi a constituição de uma rede de comunicação com os diversos setores do poder que, na ausência de outros meios de comunicação utilizados para o exercício da política, se tornou importante para a consolidação do regime rosista. A obsessão por conhecer e controlar seu círculo íntimo assim como as províncias mais afastadas fez com que o governador de Buenos Aires passasse horas lendo e escrevendo correspondências em seu tempo no poder.

Todos esses elementos permitem entender que o autoritarismo de Rosas não se fundou somente na construção de um aparato coercitivo institucional capaz de concentrar poder em suas mãos, mas também na vigilância pessoal de cada pequeno espaço, gesto ou ação dos sujeitos que estavam sob seu cuidado.

Este estilo de ejercicio del poder, basado en la capacidad de crear y reproducir un control de carácter individualizador, se fundaba en la idea de que Rosas, como jefe supremo y conductor, extendía su autoridad tanto sobre los individuos como sobre los territorios que éstos habitan, guiando a todos y a cada uno para hacer prevalecer la unidad sobre el conflicto.<sup>94</sup>

A correspondência manifesta, assim, a dimensão do processo político que tendeu a singularizar a autoridade de Rosas e a obediência de seus destinatários. Faz-se necessário, portanto, identificar a violência e a coerção nesse discurso que mistura o público e o privado.

## 2.2.

### **As relações interprovinciais entre 1835-1852: as cartas como fontes.**

A organização federal de certa forma oficializada com o Pacto Federal de

<sup>93</sup> TERNAVASIO, Marcela. *Correspondencia de Juan Manuel de Rosas*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p. 11.

<sup>94</sup> *Idem*, p. 15.

1831 estabelecia, *em teoria*, a soberania e independência das províncias e colocava as relações exteriores sob a confiança do poder executivo de Buenos Aires. Ainda que o governador de Buenos Aires defendesse a autonomia das províncias e em partes essa liberdade fosse respeitada, algumas cartas escritas de próprio punho refletem o modo pelo qual ele criou um poder de fato através de uma complicada rede de relações, barganhas, fofocas, intrigas e acordos que lhe permitiu certo *controle* sobre os governos provinciais até 1852. Essa postura chama a atenção diante do sistema político utilizado nesse contexto, pautado no título de “Confederação”, mas com aspectos marcadamente federais de intervenção provincial por meio de correspondências e acordos. Em 1953, Julio Irazusta comenta:

“que gobernante ha gastado más dialéctica que Rosas en persuadir, para evitar imponerse, a los gobernadores provinciales? [...] La pluma, mucho más que la espada, fue el arma de ese triunfo porteño. Esa pluma fue creando las normas de derecho que luego pasarían a una legislación regular de las relaciones interprovinciales.”<sup>95</sup>



Figura 7 – Fonte: Educación Argentina – Archivo General de la Nación.

Em uma correspondência ao senhor Estanislao Lopez, governador da

<sup>95</sup> IRAZUSTA, Júlio. *Vida política de Juan Manuel de Rosas*. In: CASTAGNINO, Leonardo. *Juan Manuel de Rosas: la ley y el orden*. Buenos Aires: La Gaceta Federal, 2011, p. 89.

província de Santa Fé, em 7 de março de 1836, Rosas concorda com Lopez sobre “los asuntos de Tucumán y La Rioja”, sobre os escritos “al señor Heredia con respecto a la provincia de Salta”, comenta brevemente sobre “el nombramiento de gobernador de la Rioja” e a mudança de governo em Catamarca. Termina esse trecho inicial dizendo que “ambas elecciones me parecían acertadas, y que no debíamos demorar su reconocimiento” para que fossem publicadas no diário *La Gaceta Mercantil* em Buenos Aires para todas as demais províncias.<sup>96</sup>

O panorama de contato com as províncias de Rosas a López nessa mesma carta de 7 de março de 1836 termina com o reclamo do governador de Buenos Aires do extravio das correspondências, apontando certa frequência dessa situação entre os governos do interior, dos quais Rosas comenta que precisa aumentar notavelmente seu trabalho que “no es pequeño”. Tendo em vista que algumas províncias do interior possuíam certa adesão às ideias unitárias devido à Liga do Interior, justifica-se o aumento de trabalho do líder nesse momento.

[...] pero yo los disculpo en mucho atribuyendo a la falta de hombres de capacidad y confianza que les ayuden, pues por mí mismo toco este gran inconveniente, pero en términos que muchas veces tengo que ocuparme aun de aquellas cosas más materiales [...]<sup>97</sup>

Seguindo esse texto de 1836, Rosas comenta da necessidade de eleições em Córdoba a fim de manter a causa federal. Ele entende que para pavimentar essa decisão e impor o quanto antes aos eleitores o nome que defende, seria preciso um artigo editorial na *Gaceta* comunicando aos habitantes da província a importância dessas eleições e a opção de um cordobês “digno del puesto que ocupa” já que agiu com amor e respeito aos compatriotas e aos demais governos da república:

Pero que la generalidad de los hombres honrados y pacíficos tenían librada su confianza al exponer la provincia a nuevos desastres, haciendo ensayos intrado (sic) un cordobés digno del puesto que ocupa, y que no sólo también la estimación y confianza de todos los gobiernos federales de la república, etc., etc. Usted me dirá si le parece bien este pensamiento para ponerlo en tal caso inmediatamente en ejecución, sin perjuicio de los demás que usted considere conveniente practicar al logro del objeto.<sup>98</sup>

Rosas também comenta na carta que recebeu a declaração da fuga do

<sup>96</sup> TERNAVASIO, Marcela. *Op Cit*, 2005, p. 162-163.

<sup>97</sup> *Idem*, p. 164.

<sup>98</sup> *Idem*, p.165.

“criminoso” Francisco Reinafé e aponta a necessidade de investigação desse fato a fim de prendê-lo, pedindo a López que qualquer informação que o governador de Santa Fé tenha seja enviado “en testimonio” para Buenos Aires. A correspondência termina em um parágrafo sobre “los unitários emigrados de esta republica existentes en el Estado Oriental” que, de acordo com Rosas, planejam invadir Entre Ríos, mas que por agora estão com os planos suspensos devido às questões políticas ali existentes. Por fim, Rosas comenta que a presença do Coronel Don Juan Correa Morales alentará o senhor Oribe e que “con esto lograremos avanzar en nuestras buenas relaciones”<sup>99</sup>

O texto de 7 de março de 1836 foi escrito em um contexto tenso entre as províncias após o assassinato de Facundo Quiroga, governador de Santa Fé e principal aliado de Rosas. Tendo em vista que os principais suspeitos desse acontecimento eram os Reinafé, no comando da província de Córdoba, em aliança com López, governador de Santa Fé, Rosas se utiliza de um tom mais ríspido e violento com Francisco Reinafé.

Esse texto pode ser dividido em três partes importantes: a primeira, mostrando um panorama político das províncias que, naquele contexto, demonstram certa aproximação com o governador de Buenos Aires em um tom de resposta de Rosas a outra(s) carta(s) de López; o segundo momento, a fala para a questão de Córdoba pode denotar intervenção de Rosas e López nas eleições da províncias que de não participava do Pacto Federal desde 1831; a terceira parte, o comentário de Rosas sobre as questões exteriores, principalmente com relação aos unitários e a Montevideo, dão uma visão ao governador de Santa Fé sobre a responsabilidade do líder de Buenos Aires de acordo com o Pacto.

O governador de Santa Fé, nesse caso, se posiciona como um ponto de apoio do líder de Buenos Aires com os demais governadores e nesse texto é possível perceber que Rosas e López buscavam a manutenção da causa federal. O tom de Rosas é diplomático, porém impositivo, demonstrando uma variação de posicionamento quanto às decisões políticas: ora autoritário, ora conselheiro. No trecho em que se comenta a governabilidade da província de Córdoba, Rosas se impõe dizendo que é preciso que seja o candidato favorito de Buenos Aires e Santa Fé a fim de manter os interesses da república. Porém, ao final deste trecho, a

---

<sup>99</sup> *Idem*, p. 165-166.

expressão “usted me dirá se le parece bien” devolve a decisão a Lopez, conferindo-lhe a autonomia.

Mesmo que a carta tenha um texto amplamente político e com algumas passagens de clara imposição, conforme já visto, o início e o final do texto contêm elementos pessoais e de aparente aproximação pessoal de Rosas com López. “Mi querido compañero” abre a comunicação e o trecho “Deseando como siempre la mejor salud de usted le reitero los sentimientos de benevolencia con que soy su sincero amigo y compañero” encerra aproximadamente duas páginas de preocupação do governador de Buenos Aires nas questões de outras províncias. O posicionamento favorável de Santa Fé a Rosas se deu desde o primeiro governo (1829-1833), tendo em vista a aliança dos governadores no Pacto Federal de 1831. Porém a manutenção dessa relação se dá ora pela palavra de autoridade do governador de Buenos Aires, ora pela concordância com López de algo que foi dito em outra carta:

Estoy conforme con usted en que los aspirantes al gobierno de Córdoba y los que alimentan esperanzas de obtener de otro gobernador empleos, que no han merecido del señor López, han de empeñarse en desacreditarlo, y que por lo mismo conviene ya, que nos ocupemos de que cuanto antes sea electo en propiedad.<sup>100</sup>

Essa relação “diplomática-autoritária” com as províncias também se deu em cenário de guerra, por meio da intervenção militar com armas e soldados. Em 28 de maio de 1837, Rosas escreveu a Alejandro Heredia, de Tucumán, sobre o decreto do que ele chama de “guerra al Cholo” e do manifesto que justifica o interesse na circulação dos documentos que firmam a guerra “a fin de que haga Ud. lo posible para introducir en la república vecina los ejemplares que de uno y otro le mando con este objeto, pues que ya debe Ud. hacerse cargo de lo que nos interesa su circulación, por los buenos efectos hacia nuestra causa que debe producir.”<sup>101</sup> Rosas comenta ainda que “sem dúvidas” a vitória virá com dignidade, crédito e respeito e envia ao governador de Tucumán a conclusão da questão de Barranca Yaco que de acordo com ele “también aumenta la dignidad, crédito y respeto de la Confederación”. O decreto expresso na carta foi contra o general Andrés “Cholo” Santa Cruz, autoridade governamental da Confederação Peru-Boliviana, que Rosas

<sup>100</sup> TERNAVASIO, Marcela, *Op Cit*, 2005, p. 164.

<sup>101</sup> *Idem*, p. 166.

enfrentou entre 1836-1839.

Sobre Barranca Yaco, Rosas se refere ao julgamento dos homens acusados do assassinato de Facundo Quiroga, em 1835. Logo após a morte de Quiroga, Rosas se utilizou da *Suma de Poder Publico* e de suas atribuições como chefe das relações exteriores para pressionar o governador de Córdoba, José Vicente Reinafé, a quem fora conferido a culpa pelo crime, que abandonasse o cargo e fosse julgado no tribunal da Confederação. A solução que Rosas aponta na carta para Heredia foi o enforcamento e a exibição dos culpados em praça pública e na imprensa oficial de Buenos Aires.<sup>102</sup>

O assassinato de Quiroga deixou vago o cargo de liderança regional das províncias do interior no contexto do governo de Rosas em Buenos Aires. Alejandro Heredia, governador de Tucumán, era o nome mais forte para ocupar essa liderança informal desde 1832, já que sua imagem era prontamente identificada com o Partido Federal e sua atuação política na construção de alianças com os demais governadores era positiva para Rosas, ainda que certas posturas de Heredia deixassem o governador de Buenos Aires receoso quanto à liderança entre as províncias, como por exemplo, a colocação de seu irmão, Felipe Heredia, como governador de Salta, e a presença de ministros tucumanos nas questões da província de Catamarca.<sup>103</sup>

A Guerra contra a Confederação Peru-Boliviana foi a primeira em que Rosas se envolveu diretamente. As motivações para esse conflito são inúmeras, desde ir contra o poderio do general Santa Cruz na região até o medo da consequente ruptura das fronteiras em processo de formação na região sul-americana. Por isso Rosas aceitou o desafio junto ao Chile contra “*Cholo*”, com o apoio de Alejandro Heredia, governador de Tucumán, na certeza de que “*Cholo*” tinha apoio dos unitários. Na carta de 28 maio de 1837 a Heredia o governador de Buenos Aires comenta que “los extranjeros están admirados. Tienen razón, porque ven que hemos hecho en nuestra Confederación los que los potentados de Europa no han podido hacer en casos parecidos.”. A fim de manter a admiração dos

<sup>102</sup> TERNAVASIO, Marcela, *Op Cit*, 2013, p. 218.

<sup>103</sup> *Idem*, 2013, p. 219. Dado que este trabalho tem como enfoque as relações interprovinciais a partir de Buenos Aires, me limito a pontuar como Rosas se utilizou de Heredia em Tucumán para se aproximar dos demais governadores após o assassinato de Facundo Quiroga em 1836. Para saber mais sobre como os Heredia se consolidaram como lideranças entre as províncias do interior ver PAVONI, Norma. *El Noroeste Argentino en la época de Alejandro Heredia*. Córdoba: Fundación Banco Comercial del Norte. Colección de Historia, Tomo I, 1981.

estrangeiros e participar ativamente do conflito junto ao Chile, Rosas enviou a Heredia dez mil pesos, alguns oficiais e “montajes, municiones, etc., para dos cañones volantes de bronce” para iniciar o conflito e termina esta breve carta desejando saúde “como su apasionado atento amigo”.<sup>104</sup>

O desfecho desta guerra foi a vitória chilena em janeiro de 1839, a dissolução da Confederação Peru-Boliviana, a participação quase irrelevante do exército comandando por Heredia nas batalhas e o assassinato do governador de Tucumán um pouco antes do desfecho da guerra. De acordo com Rosas, conforme carta de 19 de dezembro de 1838 a Berón de Astrada, governador de Corrientes, Heredia tinha uma política errada, já que protegia os unitários e se colocava em uma má relação com os governadores de la Rioja, Santiago, Catamarca. “Es decir que por agradecer o tratar bien a los unitarios, desagradaba a los federales.”<sup>105</sup>



Figura 8. Fonte: Wikipedia.

Mesmo com toda desconfiança de Rosas às posturas de Heredia – desejoso de consolidar sua própria liderança entre as províncias do interior na década 1830 – o governador de Tucumán teve um papel fundamental na consolidação da causa federal entre as lideranças distantes de Buenos Aires. Na carta de 16 de julho de 1837, Rosas comenta que é necessário conferir entusiasmo ao discurso em nome do espírito da Federação e da causa federal:

por lo mismo es de absoluta necesidad que en sus oficios y

<sup>104</sup> TERNAVASIO, Marcela, *Op Cit*, 2005, p. 167-168.

<sup>105</sup> *Idem*, p. 175.

proclamas y en todos los actos oficiales suene siempre la Federación con calor, procurando hacer mención de ella cuantas veces sea posible con especial aplicación al caso o asunto de que se traten y esto, aunque parezca que es con alguna machaca o violencia, porque esa misma machaca prueba ante la generalidad del pueblo que la Federación es una idea que ocupa y reboza el corazón del que habla.<sup>106</sup>

Para isso, seguindo o texto, Rosas aponta para o uso de expressões como “*todo argentino federal, los buenos argentinos federales, todo patriota federal*”, porque a ausência do adjetivo federal torna a expressão “ambígua e suspeita” denotando unitarismo, “voces desnudas” que não se posicionam firmemente. Ainda nessa “diplomacia-autoritária”, Rosas se utiliza da expressão “si me autoriza en este caso” para que as correções ao texto oficial do governador sejam publicadas, já que

[...] no dudo que después de estas amistosas indicaciones, que me induce el particular afecto que le profeso, y la confianza y franqueza con que creo debemos comunicarnos en los asuntos de la República, Ud. se esforzará en ajustarse a ellas, por el convencimiento de su utilidad y necesidad. Pero considerando por la experiencia que tengo en mí mismo que no siempre podrá Ud. prevenir algunos descuidos, u omisiones de los redactores ni estar en todos los golpes y puntos que convendrá emitir según los casos y circunstancias que ocurran, le pido esta autorización no solo para la predicha ultima correspondencia, sino para las demás en lo sucesivo, bien con la precisa restricción de no variar la substancia de su contenido.<sup>107</sup>

As correções aos textos de Heredia seguem no pedido de complemento à expressão “Viva la Federación!” com as frases “Viva la Confederación Argentina!” e “Mueran los salvajes unitarios!”, sob a justificativa de que “Nada de particular quiere decir que mueran los unitarios, porque esto no es decir muera fulano o determinadas personajes, sino solamente manifestar diciéndolo, el deseo de que mueran civilmente o que sea exterminado para siempre el feroz bando unitario.”<sup>108</sup> Nessa carta a Heredia fica evidente a importância da expressão federal nos documentos para garantir a adesão do governador e, por consequência, dos habitantes da províncias ao governo rosista.

Outro olhar possível quanto ao conteúdo dessa carta é a presença de

<sup>106</sup> *Idem*, p. 168.

<sup>107</sup> *Idem*, p. 169-170.

<sup>108</sup> *Idem*, p. 170.

conselhos de um líder que se coloca acima do governador de Tucumán, situação explicada pelo próprio Rosas nas últimas palavras desta correspondência: “Tal vez Ud. me classificará allá en su interior de minucioso y majadero; mas esto será por no haberse hallado en el teatro en que me hallo hace muchos años, ni ver las cosas desde el lugar en que las estoy viendo.” E mesmo que essa postura fosse autoritária e tocasse, aparentemente, os princípios do Pacto Federal, as motivações do governador de Buenos Aires estavam de acordo com o “deseo del acerto en beneficio general del país y particular de Ud., que quisiera tuviese el mejor éxito en la importante empresa que le he encomendado en nombre de toda la Confederacion Argentina.”<sup>109</sup> O Pacto Federal se apresentou como o caminho oficial para a organização das relações provinciais, porém na prática a *Suma de Poder Publico* e a responsabilidade pelas relações exteriores conferiu a Rosas as justificativas necessárias para a intervenção política nas províncias.

É interessante notar que o uso do gênero epistolar por Rosas para estabelecer as relações com os governadores por vezes era utilizado antes das armas. Tendo em vista que a atuação de Rosas nas províncias também foi marcada pela ação violenta, se torna impossível descolar as armas da pena, no sentido de que é possível identificar a violência e a coerção em todos os aspectos. Dessa forma, a presença de persuasão implícita, fruto dos acordos políticos de Rosas com os governadores ao longo de seu governo, aparece nas cartas mais do que em qualquer tipo de discurso político oficial, demonstrando uma relação política pautada na manutenção de uma afinidade ditada por outros acordos. Assim, ainda que a resposta dos governadores não esteja disponível neste trabalho, é possível pensar que dentro da lógica do acordo político, Rosas conseguia promover discursos coercitivos, pautados na “diplomacia-autoritária”, em nome da Federação, certo de que a devolutiva se pautaria nos mesmos princípios. A causa federal, então, era justificativa das ordens de Rosas aos governadores.

[...] Ni podía ser de otro modo, pues en un país donde no había ningún Estado o federación parcial incontestablemente superior a los otros, la federación general no podía ser un resultado de la fuerza sola. [...] Con sus misivas a los gobernadores y pronombres de las provincias, obtuvo más resultados que los que hubiese podido obtener multiplicando el uso de la fuerza [...]<sup>110</sup>

<sup>109</sup> *Majadero*: teimoso. *Idem*, p. 170.

<sup>110</sup> IRAZUSTA, Julio. *Vida Política de Juan Manuel de Rosas*. In: CASTAGNINO, Leonardo. *Juan Manuel de Rosas: la ley y el orden*. Buenos Aires: La Gaceta Federal, 2011, p. 89.

É importante destacar que nesses textos há uma mistura do público com o privado. Mesmo com clara intervenção nos assuntos provinciais através das palavras de comando, os discursos de Rosas estabeleciam uma relação interpessoal com os governadores, situação vista com o vocativo presente em praticamente todas as cartas: “*Mi querido amigo*”, “*Mi compatriota*”, “*Mi estimado amigo*” e nas referências familiares que colocava, quase sempre, ao final dos textos: “Manuelita y Juancito saludan a Vd. muy cordialmente [...]”. Era importante apresentar-se primeiro como pessoa – com família, com desejos positivos para o remente, com certo conhecimento pessoal dele – e depois como figura política que exercia um poder importante sob aquele governador para terminar o texto com o mesmo tom pessoal que havia começado.

O caráter personalista do governo de Rosas fez parte das relações interprovinciais, marcadas pela intervenção direta em questões que ameaçassem a Confederação internamente. Por outro lado, Rosas aparentemente escolhia em que situação intervir diante do cenário político que se apresentava no momento do conflito. Por exemplo, em 1843 tentou amenizar as relações entre os governadores de Santiago del Estero e Tucumán, que tinham disputas por territórios naquele contexto, mas pouco se envolveu de fato na resolução dessas disputas.

Julio Irazusta comenta essa situação em *Vida Política de Juan Manuel de Rosas*:

[...] Su enfoque del pleito santiagueño-tucumano es amistoso, como en los tiempos que no le pedían un arbitraje en forma. [Rosas] No se pronuncia por ninguna de las partes. Deja las cosas como estaban, invocando las graves circunstancias que el país atravesaba en el orden internacional, para reclamar de sus colegas una postergación de sus querellas.<sup>111</sup>

O autor destaca a confiança que os governadores tinham com Rosas como a única autoridade competente para sanar os problemas territoriais e por fim aos problemas entre as províncias.

[este episódio] señala otra de las lentas etapas que iba cumpliendo la evolución del derecho confederal, en lo relativo a la intervención del poder central en las provincias. [...] Jamás se le había ocurrido invocar para sí solo el ejercicio de un arbitraje entre sus colegas, como un derecho resultante de las leyes que se consideraban constitucionales. La nota del gobierno tucumano al

<sup>111</sup> *Idem*, p. 230.

de Santiago, apelando a Rosas como a “la única autoridad competente para demarcar a los gobiernos de la Confederación la línea de conducta que deban seguir el bien de la patria”, trata de dar *status* legal a una situación de hecho.<sup>112</sup>

De acordo com Irazusta, Rosas “sabe tocar la fibra patriótica y recordar a los ofuscados por odio personales el deber de unirse ante los peligros exteriores”.<sup>113</sup>

Um regime pautado na força de um só, cuja autoridade quase única era consagrada por todos e que sua presença – física ou por meio dos símbolos imagens – se fazia constante deu às províncias uma experiência nova comparada aos governos anteriores e destacou outras lideranças genuinamente federais daquele contexto como Facundo Quiroga em La Rioja, Juan Bautista Bustos em Córdoba, Estanislao Lopez em Santa Fé, Felipe Ilbarra em Santiago del Estero, Alejandro Heredia em Tucumán. Todos foram amados e odiados, mas Rosas foi amado e odiado mais como *caudillo* do que como governador de Buenos Aires. Sarmiento, em *Civilización y Barbárie*, expõe que enquanto Quiroga era instinto e paixão, Rosas – “que hace el mal sin pasión” – construiu um sistema político pensado e coordenado friamente.<sup>114</sup> No *Restaurador de las leyes* havia também um traço teatral, artístico e atento às camadas populares, características que faltaram em seus opositores.

Entre seus contemporâneos, Rosas utilizou-se mais de vários tipos de violência – física, simbólica, material, ideológica, silenciosa, coercitiva –, sob justificativa de promover a manutenção de seu poder, sendo mais sistêmico e levando o uso da violência a novos limites. Na essência, Rosas sabia que seria impossível pôr fim à crise política nascida das guerras de independência senão por um governo autoritário, caminho que traçou com uma convicção absoluta. É quase possível falar do uso racionalmente ponderado da violência como estratégia para evitar qualquer levante de rebeldia contra a Confederação, já que o uso do terror e da coerção estariam justificados.

Para garantir a ordem federal, era preciso que todas as províncias aderissem à causa federal. Na carta a Juan Pablo López, de Santa Fé, em 7 de julho de 1839, Rosas pede ao “apreciado compatriota” que vigie o administrador dos Correios sob a desconfiança de que os unitários trabalham tanto quanto podem para impedir a

<sup>112</sup> *Idem*, p. 230.

<sup>113</sup> *Idem*, p. 231.

<sup>114</sup> SARMIENTO, Domingo. *Facundo: Civilización y Barbarie*. San Juan: 1845, p. 37

circulação de ideias federais entre as províncias do interior. Diante dessa ameaça, Rosas pede: “No se olvide Ud. de lo conveniente que es hacer generalizar en las mujeres y en los hombres el uso de la divisa federal: los hombres al pecho en el costado izquierdo y las mujeres al lado izquierdo de la cabeza.”<sup>115</sup>



Figura 9 – Fonte: Pagina 12.

Para além da lembrança do uso obrigatório dos símbolos federais, Rosas apresenta dois casos de fuzilamento e algumas prisões de considerados inimigos: “como el proceso ya estaba publicado en lo que há visto marcha lo mandé fuzilar donde fuese alcanzado, como se verifico”; “Al hijo mandé fuzilar al amanecer, y se juntó su cadáver con el del padre”. A ordem federal deveria estar em todos os âmbitos da vida política provincial e essa presença só seria possível por meio da violência.

Depois de 1840, o regime consolidou sua maquinaria unamista e plebiscitária a partir de Buenos Aires para com as províncias e militarmente no interior, uma maquinaria acertada e bem aceita que parecia funcionar quase que automaticamente. O aparente sucesso desse cenário se deu por conta do árduo trabalho do próprio Rosas por meio das cartas aos governadores e por meio dessa adesão, entende-se que os habitantes das províncias seguiam esses líderes. Para atingir essas pessoas e promover uma aproximação de Rosas com elas, a imprensa oficial foi o veículo mais utilizado nesse contexto, sendo um importante propagador das ideias rosistas.

<sup>115</sup> TERNAVASIO, Marcela, *Op Cit*, 2005, p. 178.

### 2.3.

#### **A imprensa oficial como veículo das ideias rosistas.**

O jornal oficial do regime rosista foi o *La Gaceta Mercantil*. Tendo em vista que partir de 1835 a Lei de Imprensa, feita em 1832 que cerceava a liberdade de expressão, voltava a vigorar, boa parte dos periódicos que circulavam em Buenos Aires e nas províncias foram suspensos sob a acusação de difundir ideias consideradas unitárias. Escolhido por conta do grupo de editores favoráveis a Rosas, o *La Gaceta* rodou de 1º de outubro de 1823 até 3 de fevereiro de 1852, quando da Batalha de Caseros e caída de Rosas.

De acordo com Antonio Zinny – historiador e jornalista argentino que atuou na segunda metade do século XIX –, o último número não “se repartió” porque “todos los ciudadanos se hallaban sobre las armas, unos combatiendo en Caseros y otros acantonados en esta ciudad”. Até 13 de julho de 1826 levou o título de “Gaceta Mercantil”, ao passo que ganhou “diário comercial, político y literário” em seu nome a partir de 14 de julho do mesmo ano. Zinny também comenta que nos primeiros anos de publicação houve a preocupação em ser “Gaceta Mercantil”, mas que depois os vários redatores conferiram aspecto político ao jornal, fazendo com que o periódico se tornasse o órgão de imprensa responsável por difundir os atos do governo de Rosas. Pedro de Angelis, principal escritor do governo rosista, foi redator do jornal.<sup>116</sup>

Armazenado na Sala do Tesouro da Biblioteca Nacional Mariano Moreno, em Buenos Aires, o jornal tinha rodagem diária e seus números se encontram organizados em tomos semestrais. Logo no cabeçalho de todos os números a expressão “Viva la Federación!” se apresenta e a sessão intitulada “Documentos Oficiales”, em que leis, manifestos e questões do governo são expostas compõe as duas primeiras páginas.

Sendo o objetivo desta dissertação entender a relação interprovincial estabelecida por Rosas a partir de 1835, os números que circularam entre 1839 e 1841 foram selecionados, entendendo que nesse recorte temporal o regime rosista

---

<sup>116</sup> *La Gaceta Mercantil de Buenos Aires 1823-1852. Resumen de su contenido con relación a la parte americana y con especialidad á la Historia de la República Argentina por Antonio Zinny*. Buenos Aires, 1875. Arquivo encontrado na Biblioteca Virtual Hathi Trust com 384 páginas que destacam trechos do jornal até 1831. Acesso em setembro de 2019.

estava no auge de seu funcionamento, com as ideias federais mais disseminadas e com apoio praticamente total dos governadores das províncias.

Com a troca praticamente anual de editores, as primeiras edições de 1839 apresentam uma espécie de palavras-cruzadas logo na primeira página. Longe de se assemelhar com o conhecido passatempo, a composição de letras remete à alguma expressão de enaltecimento à causa federal, acompanhada de um texto editorial criticando os unitários ou louvando feitos do governo. É importante ressaltar o objetivo desse recurso presente na primeira página: tendo em vista que o público leitor desse jornal era seletos e que boa parte da população, principalmente em Buenos Aires, era analfabeta, utilizar-se desse artifício fazia com que quase todas as pessoas se aproximassem do jornal exposto e tivessem contato com o que os editores queriam dizer naquela edição. Mesmo que a leitura crítica do jornal fosse reduzida, a primeira página conseguia atingir a maioria.

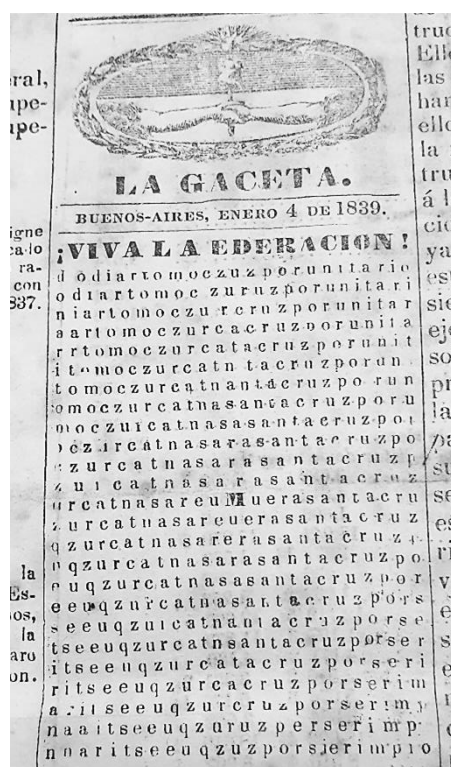


Figura 10 – Fonte: Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

O discurso do jornal oficial do regime rosista tende à construção do inimigo. Se Rosas tratava com aparente igualdade e com superioridade os líderes, o periódico falava com a sociedade e formava a opinião por meio de um discurso direto, voltado para o fortalecimento da causa federal e apresentando o lado positivo da política rosista. Graças à Lei de Imprensa, o cerceamento da liberdade de

expressão fez com que o jornal apresentasse mais uma propaganda oficial do que as notícias e comentários cotidianos.

Assim, os textos editoriais eram compostos praticamente do mesmo tema, em uma linguagem dura e indicadora do inimigo. Os argumentos para deturpar a imagem dos unitários e, por consequência, dos inimigos, eram inúmeros, incluindo os históricos e o morais:

Es muy elevado y patriótico el pronunciamiento de los Honorables Representantes en la discusión que tuvo lugar en esta sesión con ocasión del suceso que la motivaba. Esa energía contra los salvages (sic) unitarios, renegados asesinos traidores á la causa santa de la Independencia Americana, es digna de los Padres de la Patria de los que denodadamente trazaron la inmortal sanción de 8 de Junio, de los que, sabios y valerosos, han colmado las esperanzas de la Patria, de la América, del Mundo libre.<sup>117</sup>

A exposição de cartas que afirmavam essa posição do jornal se fazia frequente, como em 24 de agosto de 1839, em que um texto assinado por “*Un concurrente interiorizado*” foi publicado integralmente sobre o cenário internacional de conflito com os franceses. Ocupando duas das três colunas da segunda página do número 4845, o início do texto assim está disposto:

A la Confederacion Argnetina – HONOR, GLORIA, PROSPERIDAD.  
Al bando salvage perro unitario, al alevoso pirada francés – ODIOS ETERNO Y ESTERMINIO.  
FEDERACION, INDEPENDENCIA, ROSAS O MUERTE.<sup>118</sup>

É interessante notar o tom de raiva desses textos e a necessidade de enaltecer um para diminuir o outro. Pensando no público que lia essas páginas e no alcance do jornal nas províncias mais remotas – devido ao fato da imprensa oficial permitir a circulação de *La Gaceta* – a construção da ideia favorável às medidas políticas de Rosas parece firme e cumprindo seu objetivo, mesmo com a caracterização mais branda em relação aos “vivas” e “muertas”.

Em 1840, o jornal foi editado por Santiago Kiernan, que configurou as páginas do *La Gaceta* mostrando mais os aspectos comerciais, políticos e as relações exteriores da Confederação, sem deixar o uso massivo das frases de

<sup>117</sup> *La Gaceta Mercantil*, 3 de julho de 1839, número 4803. Sala del Tesoro, TES 3B 04 6 2 11. Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

<sup>118</sup> *La Gaceta Mercantil*, 24 de agosto de 1839, número 9845, p. 2. Sala del Tesoro, TES 3B 04 6 2 11. Biblioteca Nacional Mariano Moreno. A formatação do texto exposto está igual ao original.

enaltecimento da federação. Percebe-se o uso das palavras “nacional” e “pátria” com mais frequência para se referir aos problemas dos unitários e suas investidas entre as províncias distantes de Buenos Aires. O editorial, presente na segunda página do número de 12 de maio de 1840, traz a ideia de união do povo “argentino” contra o inimigo:

[...] La tramoya, el enredo, la mentira: esta son las armas de esos serviles enemigos de la Libertad de su misma Patria, de esa Patria que no pueden contemplar sin furor coronada de glorias inmortales ante el Mundo libre. [...] Sientan el tremendo poder de una ira nacional que ya no puede comprimirse y que ellos mismos han enardecido hasta la más viva exasperación. [...]<sup>119</sup>

Jorge Myers diferencia os discursos presentes no jornal entre oficiais, partindo de funcionários do estado rosista, e declarações identificadas por ele como provenientes de “simples partidários”, ou seja, membros da *Sociedad Popular Restauradora*, milicianos, partidários da causa federal. Essa hierarquização do discurso, conhecido por aqueles que liam os jornais, contribuiu, de acordo com Myers, para ampliar a causa rosista e permitir que o regime ocupasse todos os espaços sociais, impedindo a criação de um pensamento crítico ao poder estabelecido.

Desde el Ejecutivo, bajo la forma de *Mensajes*, leyes y proclamas, el propio Rosas adaptaría su discurso político a los distintos auditorios y estructuras formales que cada uno de esos registros reclamaba, variando sus énfasis, sus tonos y sus contenidos en forma acorde.<sup>120</sup>

Dessa forma, a utilização de vocábulos que enaltecessem a união das províncias fazia com que a causa federal ocupasse todos os locais e atingisse todo tipo de leitor para eliminar as possíveis ideias contrárias à manutenção da lógica rosista. Por isso a publicação de decretos assinados com o nome de Rosas, trechos de debates na sala dos representantes e medidas do governo em nome da Federação:

Considerando: Que cuando la Provincia fue invadida por las hordas de los salvages (sic) unitarios, profanada con su presencia, con sus atrocidades, y con sus crímenes, la exaltación del sentimiento popular no podía dejar de sentirse, bajo los terribles aspectos de una venganza natural [...] Por tales consideraciones el Gobierno ha acordado y decreta:

<sup>119</sup> *La Gaceta Mercantil*, 12 de maio de 1840, número 9950, p. 2. Sala del Tesoro, TES 3B 04 6 2 11. Biblioteca Nacional Mariano Moreno. A formatação do texto exposto está igual ao original.

<sup>120</sup> MYERS, Jorge, *Op Cit*, 1995, p. 35.

Art. 1º Cualquiera individuo, sea de la condición ó calidad que fuese, que atacar la persona ó propiedad de argentino ó extranjero, sin expresa orden escrita de autoridad competente, será tenido por perturbador del sosiego público, y castigado como tal. [...] <sup>121</sup>

A medida expressa acima valeria para todas as províncias com base nos acordos que formavam a Confederação e contra os considerados inimigos. A *Suma de Poder Publico* permitia o alargamento dos poderes de Rosas e a organização de decretos que fossem úteis para as províncias em geral, mas seu poder oficial se resumia às fronteiras da província de Buenos Aires, mesmo que as medidas políticas fossem para a “*patria*”, pela “*libertad*”, pela segurança “*nacional*” e para o “*argentino*”.

José Carlos Chiaramonte aponta que, naquele contexto, o vocábulo “argentino” fazia referência, sobretudo, aos moradores de Buenos Aires. O sentido dessa palavra esteve presente no vocabulário político do Rio da Prata desde 1810, de forma que ainda em 1831 as províncias do interior ressentiam a exclusividade dessa voz aos *porteños*. O autor destaca um trecho das memórias de Pedro Ferré, escritas em 1845, em que o general José Maria Paz comentou essas diferenças simples, porém bastante significativas de pertencimento:

Permítaseme explicarla, para que sirva de advertencia al que componga un diccionario argentino. La voz *provinciano* o *provinciana*, se aplica en Buenos Aires a todo aquél o aquélla natural de nuestra Republica que no ha nacido en Buenos Aires: que no da a esta ciudad el título de *la gran Capital*, y que se opone a que lo sea.

O texto continua com uma frase de Ferré sobre o tema, que diz: “De poco tempo a esta parte he observado que los naturales de Buenos Aires se llaman exclusivamente *argentinos*”. <sup>122</sup>

Ainda que Rosas em determinados documentos utilize o termo “argentino” com sentidos diversos, pode-se pensar que o líder fez uso dessa palavra com consciência do peso que ela teria frente às províncias do interior, colocando o trabalho em nome da causa federal como justificativa para tal. Parece, na leitura de alguns documentos, que Rosas deseja desfazer esse sentido ligado apenas a Buenos

<sup>121</sup> *La Gaceta Mercantil*, 9 de novembro de 1840, número 5182. Sala del Tesoro, TES 3B 04 6 2 13. Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

<sup>122</sup> Pedro Ferré, *Memoria...* Buenos Aires, Coni, 1921, p. 57, IN: CHIARAMONTE, José Carlos. *Op Cit*, 1997, p. 232.

Aires e realmente construir na palavra “argentino” a ideia de nação. Dois exemplos desse movimento de Rosas ajudam a pensar essa questão: em 27 de dezembro de 1842, na parte “Interior” do documento “Mensajes del Gobierno a Legislatura de Buenos Aires”:

[...] Concluye el Gobierno, HH. Representantes, el cuadro de Relaciones Exteriores, y de las Provincias de la Confederación – la visible protección que la Providencia Divina ha dispensado á nuestra Causa Santa, [satisface] vuestros votos, y prepara á la República una paz honorable, digna del esclarecido nombre Argentino, y de su gloria.

E em carta de Rosas a Don. Domingo Cullen, de Santa Fé, em meados de outubro de 1838:

[...] Así fue que cuando mi compañero el señor López me indicó al Coronel López para Gobernador de Córdoba, conociendo que toda la honradez y decidida adhesión a la Causa Nacional de la Federación que caracterizan a este bueno argentino, no bastaban a llenar los objetos de un puesto tan delicado en las presentes circunstancias [...]

Destacar essa questão nesse momento do trabalho é chamar a atenção para a dificuldade entre as províncias em se organizarem em uma nação, sob a administração de um poder que unisse os interesses de todas, com um território articulado. Nesse contexto, as demandas das partes estavam em manter suas soberanias, resolver os problemas internos que ainda possuíam desde a independência em 1816 e cessar os conflitos civis presentes desde a década de 1820 na região.

No entanto, o desafio da organização nacional se mantinha, fazendo com que a estrutura de poder que Rosas construiu em torno de si atendesse, durante seu governo desde Buenos Aires e repercutindo após sua queda em Caseros em 1852, os desejos mais latentes dos governadores das províncias. A difusão da ideia de República sob a organização da causa federal, a manutenção das liberdades políticas via Confederação e o Pacto Federal fortaleceram esse movimento de Rosas em trazer a tão sonhada ordem entre as províncias e foram utilizados como fortes argumentos para justificar e enaltecer a união das províncias. No entanto, a organização nacional se deu por meio de uma política dotada de “diplomacia-autoritária” de forma que Rosas teve poder político sem Estado.

La palabra “poder” no es en general una palabra simpática. (...) Entre la gente que se interesa por las cuestiones políticas, y especialmente entre quienes tienen aspiraciones políticas (...),

esta palabra se asocia por lo general con el Estado y el gobierno, porque se piensa que el poder se sienta en los sillones de los principales despachos oficiales.<sup>123</sup>

Na chave desse pensamento, o discurso da imprensa oficial rosista no *La Gaceta*, precisava conter elementos que, somados ao conteúdo e tom utilizados nas cartas destinadas aos governadores, promovessem a ordem e uma relação de confiança com os líderes provinciais e, sobretudo, com a sociedade. Manter o caráter popular do governo rosista fazia com que a construção da “unanimidade política” acontecesse em todas as instâncias sociais. Se a organização dos símbolos e aspectos materiais da causa federal foi utilizada com as camadas que não sabiam ler, o discurso do jornal atingiu os intelectuais, jornalistas e camadas médias.

Dessa forma, ao estender essa questão de Buenos Aires para as províncias, tendo em vista o contato direto via cartas com as lideranças províncias, Rosas lograva manter o cargo de *Restaurador de las leyes* entre as camadas sociais mais distantes das províncias de Buenos Aires por meio da imprensa. É possível pensar, portanto, que o apoio político das camadas sociais à figura “ordenadora” de Rosas vinha graças aos elementos disponíveis para alimentar a causa federal no campo material e visual, mas também pela influência política, social e moral dos governadores e *caudillos* entre esses indivíduos políticos e cidadãos.

Quanto mais o discurso periódico afirmasse essas relações políticas interprovinciais e a postura de Rosas na construção da ordem política via Federação, melhor para a manutenção do poder rosista. No início de cada ano de governo, logo no primeiro número, aparecia uma mensagem do governo à legislatura de Buenos Aires, em que um panorama sobre relações exteriores, interior, guerra e fazenda era dado à população. No texto intitulado “Interior” de 1º de janeiro de 1841, é possível perceber o cuidado do governo de Rosas com a união entre as províncias e o trabalho feito pelo governador em acabar com a ameaça unitária. O uso do vocábulo “nacional” pode fazer referência a essa união que se deu, oficialmente com o Pacto Federal.

Las Provincias de la Confederación gozaban de cumplida paz, y se mantenían en estrecha armonía con esta bajo el pacto federal de la República después de bloqueado el Río de la Plata. Sus Gobiernos y pueblos simpatizaban con los principios del Encargado de las Relaciones Exteriores en defensa de su libertad é independencia. El Gobiernos sobrellevaba con noble

<sup>123</sup> ZAN, Julio de. *Libertad, Poder y Discurso*. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1993, p. 91.

resignación el peso de una situación embarazosa, por haberle cabido la honra de presidir al entusiasmo nacional. [...]  
 Las Provincias de Entre-Ríos, Santiago, Santa Fe, Córdoba y las de Cuyo, siempre fieles al juramento santo de nuestra libertad, han hecho sacrificios heroicos en su defensa, combatiendo valientemente contra los salvages (sic) unitarios que han intentado avasallarlas [...]<sup>124</sup>

Em 27 de dezembro de 1843, também em uma mensagem do governo à legislatura, o trato com as províncias se dá em torno da questão, mais uma vez, nacional e em referência à República, enaltecendo a aliança interprovincial via Pacto Federal.

Las Provincias de la Confederación defienden su libertad con esplendida gloria – sus Gobiernos, leales al juramento sagrado de la Independencia Nacional, y al pacto federal de la Republica, esclarecidamente cumplen su alta misión – con perseverante decisión se manifiestan dispuestos á descargar el exterminio sobre los restos del bando salvages (sic) unitarios, y á sostener los sagrados derechos de la soberanía de la confederación y de la América [...]<sup>125</sup>

A imprensa oficial trazia elementos políticos aproximados com a cúpula do governo de Buenos Aires, além de importantes textos sobre a consolidação da causa federal na cidade e na *campaña*. Mostrar os sucessos do regime também se fazia necessário para os leitores e autoridades internacionais daquele contexto. O destaque dessa e outras importantes funções dentro do governo de Rosas é para Pedro de Angelis, um dos grandes “sábios” do rosismo, tanto no primeiro como no segundo governo.

Entre 1829 e 1833, De Angelis foi redator de *El Lucero* - órgão oficial do governo de Rosas, mas também de Viamonte e Balcarce, governadores de Buenos Aires em meados da década de 1820 e 1830 - e publicou a biografia de Rosas em 1830. A partir de 1835, quando da segunda gestão de Rosas, serviu interinamente como redator de *La Gaceta Mercantil* entre 1843 e 1851 e dirigiu a obra mais importante e ambiciosa do rosismo, publicada em edição trilingue – espanhol, inglês e francês: *El Archivo Americano y Espiritu de la Prensa del Mundo*. Esse vasto compilado de explicações, documentos e tópicos tinha como objetivo maior justificar o regime rosista e as ações do governador de Buenos Aires para os olhos

<sup>124</sup> *La Gaceta Mercantil*, 1 de enero de 1841, número 5221, Sala del Tesoro, TES 3B 04 6 2 11. Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

<sup>125</sup> *Mensajes del Gobierno a Legislatura de Buenos Aires*, 27 de diciembre de 1842, número 5221, Sala del Tesoro, TES 3B 02 2 4 19. Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

européus. Graças a essas contribuições às ideias de Rosas, De Angelis esteve acompanhado do prestígio e da confiança do líder em todo seu tempo de trabalho, de forma que seus escritos formaram a retórica oficial do rosismo até sua queda em 1852.

“El *Archivo Americano* está atravesado por discusiones. Algunas páginas estremecen por el salvajismo, de los hechos narrados, por la virulencia de la polémica, por la ironía y el sarcasmo, a veces brillantes y a veces brutales, apenas cubiertos por el fino guante de la erudición de Pedro de Angelis. [...] Esta publicación debe ser comprendida sin duda como parte de la diplomacia de Rosas. Una diplomacia que exigía una particular habilidad con el lenguaje, una agresividad calculada, y en algunas ocasiones una obsecuencia rayana en la abyección.”<sup>126</sup>

Na composição do livro há elementos fundamentais de consolidação do regime rosista, citação de nomes importantes da política, títulos que remetem a acontecimentos memoráveis e dez extensos tópicos nomeados por “*El General Rosas y los salvajes Unitarios*”.

Extrañarán algunos de los que lleguen a nuestras playas el título de salvajes que acostumbramos a dar a los Unitarios, y que se ha identificado con su nombre. Al verlos tan compuestos y estirados “Estos no son salvajes”, dirán sin duda [...] Son hombres que viven de impresiones, según su fraseología, y sea tal vez ése el motivo que los haya decidido a volverse anarquistas. [...]”<sup>127</sup>

A importância de Pedro de Angelis para o regime rosista é notável, porém o autor da principal obra de propaganda de Rosas ao mundo deixou uma vasta coleção de mapas, escritos e documentos que se encontram disponíveis na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ainda que De Angelis apresente outras tantas atribuições e interesses como botânica, navegação, fauna e relevo, é possível encontrar textos que fazem referência a Rosas em sua coleção. Em *Memoria histórica sobre los derechos de soberanía y dominio de la Confederación Argentina*, datado de 1852, De Angelis ressalta a importância da boa política:

Uno de los deberes más inexcusables del Gefe (sic) de un Estado es hacer respetar los títulos de soberanía del país que preside, conservar la integridad de su territorio, mantenerlo en el goce de todos sus privilegios. Cualquier descuido en la defensa de estos derechos, lo haría bajar del puesto eminente á que lo han elevado

<sup>126</sup> Nota de Paula Ruggeri (comp). DE ANGELIS, Pedro. *Archivo Americano y Espíritu de la Prensa del Mundo*. Primera Serie 1843-1847. Buenos Aires: Biblioteca Nacional Mariano Moreno, 2009, p. 17.

<sup>127</sup> *Idem*, p. 43.

los sufragios de sus conciudadanos, y entregaría su nombre al desprecio y á la maldición de la posteridad. [...]<sup>128</sup>

Na busca pela organização do Estado na região do Rio da Prata, o *Archivo Americano* foi uma excelente resposta ao mando das relações exteriores acordada pelo Pacto. A aproximação com os países europeus se deu, durante esse governo, de diversas formas, entre elas acordos comerciais e enfrentamentos militares, como o Bloqueio Francês na década 1840. Porém, manter justificada a política rosista em nome da ordem conferia credibilidade diante das partes, ainda que o texto seja construído com artifícios linguísticos e formas de escrita que conferem ao relato um tom aumentado e propagandístico. De maneira geral, a posição de Pedro de Angelis foi fundamental para fortalecer a Confederação na Europa, em um cenário de disputas por organização estatal na América como um todo.

O discurso político, presente na publicação na imprensa oficial e nas correspondências entre Rosas e os líderes provinciais, tem sua formação dividida com a publicidade, em especial no que se refere à função de persuadir o leitor. Tanto um como o outro constroem sua própria legitimidade a partir de um pressuposto interesse: o anunciador não pode demonstrar claramente seu desejo de adesão do destinatário. Dessa forma, o discurso político precisa de adversários e de uma dimensão polêmica que, em geral, pouco aparece quando o formato do texto é publicitário ou informativo.<sup>129</sup>

Nos textos escritos por Rosas e nos organizados pela imprensa oficial, era preciso que houvesse elementos que legitimassem as ideias ali colocadas e criassem uma esfera de poder: a afirmação de que o unitarismo servia totalmente para o mal e que a força do federalismo seria a única que podia fazer bem para a nação fez com que um conjunto de diretrizes guiassem as ações políticas autoritárias de Rosas, tornando-o original no Rio da Prata.<sup>130</sup>

Na organização da esfera de poder com as províncias, os governadores provinciais já tinham a experiência da flexibilidade política organizada por Rosas entre 1829 e 1833, quando das articulações do governador com as lideranças

<sup>128</sup> *Memoria histórica sobre los derechos de soberanía y dominio de la Confederación Argentina*, por Pedro de Angelis. Buenos Aires, 1852. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Obras Raras 078, 001, 023. Acesso em 10 de outubro de 2018.

<sup>129</sup> FONTANA, Mónica Graciela Zoppi; NEGRONI, María Marta García. *Análisis lingüístico y discurso político*. El poder de enunciar. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina S.A., 1992, p. 15-16.

<sup>130</sup> IRAZUSTA, Julio. *Op Cit*, 1970, p. 374.

provinciais na intensa guerra civil durante o primeiro governo em Buenos Aires. Estavam maduros para responder a exigência nacional formulada pelo governador de Buenos Aires, encarregado das relações exteriores no segundo governo, já que o funcionamento do Pacto Federal acontecia, pelo menos na prática, desde 1831. De todas as contestações favoráveis que constituíram unanimidade é possível destacar o suporte que conferiram ao poder de Rosas que permitiu a evolução da política que formou a Confederação, tendo em vista que o pensamento do governador de Buenos Aires e seus assessores era de organizar a nação.

Rosas se utilizou de um método empírico que consistia em concentrar em torno do estado provincial mais vigoroso e privilegiado as províncias pertencentes da região que, unidas por laços geográficos, raciais, históricos e políticos, configuravam a nação, utilizando a *Suma del Poder Publico* e a ambição de se estender o mando supremo pelo menos até o fim do processo unificador.

Com a *Suma* e o encargo das relações exteriores, Rosas conseguiu colocar a autoridade nacional até os últimos lugares do país. Mas sua interferência nas questões provinciais não seria consentida pelos governos provinciais se não como necessidade da situação internacional e como compensação dos benefícios que recebia aquela autoridade nas leis protecionistas e no cuidado com as fronteiras de cada província de toda região. Desses fatos surgiria um direito político “não escrito”, equivalente a leis constitucionais, sob o qual começou a utilizar-se como uma verdadeira constituição.

A união das províncias, portanto, se deu por outros caminhos que não o documento constitucional. O sentimento nacional dos *caudillos* e governadores era compreendido como um prolongamento do pertencimento provincial e a unidade da nação viria a partir da união das províncias em um mesmo plano de igualdade e com idêntica hierarquia. A província de Buenos Aires, que historicamente era a cabeça da região, era mais poderosa que todas as províncias e sua voz era, praticamente, a voz da nação, mas desenvolveu uma relação política e econômica conturbada com as partes desde 1810.

Buenos Aires encontrou em Rosas um acirrado defensor de seus privilégios. A oposição, timidamente expressada no desejo de uma Constituição, perderia sua força após a ampliação dos poderes do governador *porteño*. A representação entre as províncias, a complicada questão da navegação dos rios do interior que afirmava o monopólio comercial da aduana de Buenos Aires e a tentativa de melhorar a

relação política e econômica que as províncias viviam se constituíram em medidas que Rosas procurou resolver durante seu governo. Se a organização constitucional significava adotar um sistema que organizaria a esfera de poder através da limitação dos princípios *porteños* e das atribuições do governador, Rosas não aceitaria essa situação: o Pacto Federal de 1831 fez com que as relações interprovinciais fossem pautadas, pelo menos na teoria, na soberania dos governadores até 1852 e o alargamento dos poderes referidos a ele seriam utilizados para sanar a crise política entre as partes.

Os sucessos do período rosista se deram por vários acertos: o apoio da *campana*, o alinhamento com os gaúchos, os indígenas, os negros, a entrega de favores para quem se dava por inteiro à causa federal, a manutenção dos privilégios dos fazendeiros, os benefícios aos comerciantes. Rosas apresentou-se como a esperança dos *caudillos* provincianos que pensaram ter encontrado o homem que diminuiria o predomínio de Buenos Aires e traria a igualdade de poder entre as partes.

Acierta en parte [Lucio Victorio] Mansilla cuando dice que Rosas no se hizo políticamente: “Lo hicieron los sucesos, lo hicieron otros, algunos ricachos, egoístas, burgueses con ínfulas señoriales: tras de él, estarían ellos gobernando.”<sup>131</sup>

Por outro lado, se Rosas tivesse sido apenas um *caudillo* saído das massas populares na *campana*, onde predominava sua influência e seu prestígio, não teria chegado a se impor como fez no governo, mandando em homens, em instituições, na cultura, na política interior e exterior de acordo com suas vontades. Conforme destaca Mariano Pelliza, aquele homem “extraordinário”, por qualquer que seja sua falha, não era um “paisano” inculto, desligado e ignorante aos centros sociais da capital e das províncias. Para tornar seu governo exitoso, deu atenção às camadas sociais mais baixas a través da imposição da cor vermelha e da *divisa punzó*. Ainda que imposto, esse símbolo teve a intenção de diminuir as diferenças sociais presentes naquelas sociedades e envolve-las na política da nação, fazendo com que a adesão e aceitação de Rosas entre essas pessoas fosse praticamente total.<sup>132</sup>

<sup>131</sup> BARBA, Enrique. *Como llegó Rosas ao poder*. Buenos Aires: Editorial Pllamar, 1972, p.153-154. O autor destaca um trecho dito por Lucio Victorio Mansilla, general do Exército Argentino, jornalista, escritor, diplomático e político durante o segundo governo de Rosas.

<sup>132</sup> PELLIZA, Mariano A. *La dictadura de Rosas*. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1977, p. 9.

A historiografia pouco duvida que as primeiras intervenções públicas e políticas de Rosas estão ligadas à necessidade de restabelecer a ordem social e política que ele considerava profundamente alterada pelo cenário revolucionário e pela sucessão de acontecimentos que colocaram em disputas os diferentes grupos políticos. Sem restabelecer essa ordem alterada por esses conflitos não haveria, para Rosas, nenhuma possibilidade de restaurar a ordem social nas cidades e na *campaña*. O maior desejo do governador de Buenos Aires era justamente o respeito à ordem política desenhada pelas hierarquias sociais que se organizaram desde a colônia, baseada na força de uma ideia e confiança dos líderes provinciais em um só. Nesse sentido, suas ações políticas foram pautadas nesse desejo, sendo ele mesmo o defensor dos interesses gerais das elites, das camadas rurais e dos setores “populares”.

## Conclusão

A relação política que Rosas construiu com os governadores foi marcada pela ambiguidade. Os poderes conferidos pela Sala de Representantes conviviam com as práticas violentas na política e na sociedade, bem como a valorização da soberania das províncias por meio do Pacto caminhava junto com a intervenção nos assuntos dos governadores. A institucionalidade respaldava as ações de Rosas e justificava a maneira como conduziu seu poder na região.

O que mantinha os governadores dentro dessa maquinaria era, acima de tudo, os interesses políticos e econômicos que envolviam essa parceria. Os benefícios da aduana de Buenos Aires, a certa pacificação das disputas entre unitários e federais e, sem dúvidas, a soberania conferia a eles. Fazia sentido também aliar-se a Rosas devido a sua posição forte entre os demais *caudillos*, de forma que se sentiam representados no poder. Diante de anos de instabilidade, os anos de governo rosista impuseram a ordem política.

Dentre os efeitos de Rosas para a política no Rio da Prata estava o fortalecimento da ideia federal entre as províncias, um Federalismo que para além da forma como Rosas construiu as expressões dessa ideologia, valorizava o poder dos governadores. Essa foi a forma como os líderes provinciais, após 1852, procuraram organizar o país. Com a oposição liderada por Urquiza, o apoio de governadores ao governador de Entre Rios fez com que o ano de 1852 fosse marcado pela convocação de uma Assembleia Constituinte, situação que não acontecia efetivamente desde 1825.

A obra *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, lançada em 1852 por Juan Bautista Alberdi, um dos textos que mais inspirou os representantes na Assembleia. Nessa obra, Alberdi afirmava que o republicanismo era a forma de governo ideal e que os debates entre “federación” e “unidad” que marcaram o passado deveriam ser resolvidos naquele momento. Para isso, a Constituição fortalecia as partes e formaria a República Argentina, um Estado federativo e nacional. Ainda que os conceitos de “federação”, “república”, “confederação” estivessem em debate e que o nome “Confederação” para se referir à região tivesse sido mantido não havia dúvidas de que o modelo adotado no documento era o de uma república federativa pela questão da autonomia das províncias.

A violência como característica do período rosista foi fortemente combatida no texto constitucional de 1853, aprovado com o apoio geral dos governos provinciais, com

a exceção de Buenos Aires, que se manteve separada até 1859. A Constituição foi sancionada por uma convenção constituinte, reunida em Santa Fé, e promulgada em maio de 1853 por Justo José de Urquiza, à época diretor provisório da confederação designado pelo Pacto de San Nicolás em 1852. Dentre as principais medidas do documento, o artigo 29 do documento proíbe o uso das Faculdades Extraordinárias e da *Suma de Poder Publico*, tanto para o Congresso Nacional quanto para os governadores.

Submetida a várias reformas em diferentes momentos e necessidades, a Constituição de 1853 é, na essência, a base da legislação vigente na Argentina atualmente. O documento estabelece um sistema republicano com divisão de poderes, um importante grau de autonomia para as províncias e um poder federal com um executivo forte, mas limitado por um congresso bicameral, com o objetivo de equilibrar a representação populacional com a igualdade entre províncias. Junto ao texto de Alberdi, a Constituição estado-unidense de 1787 e os textos constitucionais anteriores (as Constituições de 1819 e 1826) bem como o Pacto Federal de 1831 contribuíram para a composição do documento.

O fim do período rosista abria uma nova etapa. Se a organização constitucional do país estava desobstruída após a queda de Rosas, seria possível então organizar o Estado. No entanto, o caminho para tal se mostrou mais tortuoso do que as previsões otimistas após 1852. As dificuldades não estiveram somente nas lembranças e ressentimentos políticos deixados pelo legado rosista ou no desafio dos atores políticos em manter a ordem sem utilizar meios despóticos, mas na difícil relação de Buenos Aires com as demais províncias que pouco havia mudado desde Rosas. Nos debates sobre a organização nacional, o dilema sobre a distribuição de poder entre os territórios que estavam dispostos a organização de um Estado e de uma nação argentina seguiria até praticamente o final do século XIX, que ainda contou com o domínio das terras ao sul do país e com a delimitação do território da atual Argentina.

Essas questões atravessaram os governos de Bartolomeu Mitre (1862-1868), Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874), Nicolás Avellaneda (1874-1880), Julio Argentino Roca (1880-1886), Miguel Juárez Celman (1886-1890), Carlos Pellegrini (1890-1892), Luis Sáenz Peán (1892-1895), José Evaristo Uriburu (1895-1898) e no segundo mandato de Roca (1898-1904), encerrando o complicado e intenso século XIX na República Argentina. De todos esses governos, destaca-se o fortalecimento do poder dos indivíduos e a valorização da política feita pelo *Pueblo*, marcando a participação dos cidadãos por meio principalmente do voto a cada avanço da organização política.

A República Argentina, então, nasceu como uma colcha de retalhos, composta por inúmeros projetos, experiências, Constituições, pactos, articulações, disputas entre os atores políticos. Das tantas experiências, fica a busca pela soberania, a liberdade e a construção de uma história legitimamente argentina. No meio do caminho, a figura de Rosas e seu modelo de poder sem Estado incrementou esse processo cheio de nuances e deu forma à essa pesquisa.

## Referências Bibliográficas:

ANSALDI, Waldo. El Autoritarismo. IN: CASAÚS, Marta; MACLEOP, Morna (coord.). **América Latina entre el autoritarismo y la democratización (1930-2012)**. Volume VI. España: Marcial Pons; Prensa de la Universidad de Saragoça, 2016.

ARAMBURO, Mariano José. **Estado, Soberanía, Nación y otros conceptos conexos en el Río de la Plata, 1824-1827**. Buenos Aires: Ariadna histórica. Lenguajes, conceptos, metáforas, n. 1, 2012, pp. 107-132.

ARRIBAS, Javier Domínguez. **El enemigo unitario en el discurso rosista (1829-1852)**. Paris: Anuario de Estudios Americanos, tomo LX, n. 2, 2003, p. 557-579.

BARBA, Enrique M. **Unitarismo, Federalismo, Rosismo**. Buenos Aires: Ediciones Pannedille, 1972.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. IN: ROMANO, Ruggiero (dir.). Enciclopedia Einaudi. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, vol. 5, 1985, p. 296-332.

BOBBIO, Norberto, et all. **Dicionário de política**. Vol. 2. Brasília: Universidade de Brasília. 10ª ed. 1997.

CAPASSO, Verónica. **El discurso visual durante el régimen rosista: imbricaciones entre lo público político y lo privado**. La Plata: VI Jornadas de Investigación en Disciplinas Artísticas y Proyectuales. 2012.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Raíces históricas del Federalismo Latinoamericano**. Buenos Aires: Sudamérica, 2016.

DI MEGLIO, Gabriel Marco. **¡Mueran los salvajes unitarios!: a Mazorca en tiempos de Rosas**. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

\_\_\_\_\_. **La Mazorca y el orden rosista**. Rosario: Prohistoria, Año XII, número 12, 2008, pp. 69-90.

DONGHI, Tulio Halperin. **Historia Argentina: de la revolución de Independencia a la Confederación rosista**. Vol. 3. 3 ed. Buenos Aires: Paidós, 2000.

FRADKIN, Raúl Osvaldo; GELDMAN, Jorge Daniel. **Juan Manuel de Rosas: La construcción de un liderazgo político**. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

FERRO, Gabo. **Barbarie y Civilización: Sangre, monstruos y vampiros durante el segundo gobierno de Rosas**. 2ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Marea, 2015.

GARCÍA, Julián López, JUÁREZ, Lorenzo Mariano. Violencias contemporáneas u culturas políticas en América Latina. IN: CASAÚS, Marta; MACLEOP, Morna (coord.). **América Latina entre el autoritarismo y la democratización (1930-2012)**. Volumen VI. España: Marcial Pons; Prensa de la Universidad de Saragoça, 2016.

GONZÁLEZ, Cristina Teresa. **Relatos del terror en Buenos Aires, 1833-1843**. Anuario del Instituto de Historia Argentina, 2006, año 6, p. 77-96.

GONZÁLEZ, Pilar. **Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862**. 2ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

\_\_\_\_\_; DI PASQUALE, Mariano. **El “momento” rosista**. Bordes y desbordes de lo pensado. Tandil, Buenos Aires: Anuario IEHS 33 (2), 2018, 131-143.

GOLDMAN, Noemí, SALVATORE, Ricardo. **Caudillismos Rioplatenses**. Nuevas miradas a un viejo problema. 2a. ed. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

\_\_\_\_\_. Los orígenes del Federalismo rioplatense (1820-1831). IN: **Revolución, República y Federación (1806-1852)**. Buenos Aires: Sudamericana, tomo 3, 2012, p. 105-124.

\_\_\_\_\_. Soberanía en Iberoamérica. Dimensiones y dilemas de un concepto político fundamental, 1780-1870. In SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**. La era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, vol. II, 2012.

LYNCH, John. **Caudillos en Hispanoamérica 1800-1850**. Madrid: Editorial Mapfre, 1993.

MYERS, Jorge. **Orden y Virtud**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

MACIAS, Flavia. La ciudadanía y su dimensión política en la América Latina decimonónica. In: LOBATO, Mirta Z. e VENTUROLI, Sofia. **Formas de Ciudadanía en América Latina**. Vervuet: AHILA – Iberoamericana, 2013.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. Sérgio Miceli (org.); tradução Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. **Civilização e barbárie**: a construção da ideia de nação: Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SALVATORE, Ricardo. **Fiestas Federales**: representaciones de la República en la Buenos Aires rosista. In: Entrepasados: Revista de História, ano VI, n. 15, 1994, p.45-68.

SABATO, Hilda. **Buenos Aires en armas**. La revolución de 1880. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. **Milicias, ciudadanía y revolución**: el ocaso de una tradición política. Argentina, 1880. Madrid: Ayer. Revista de Historia Contemporánea, n. 70, 2008.

SOUTO, Nora; WASSERMAN, Fabio. Nación. In: GOLDAM, Noemí (edición literaria). **Lenguaje y revolución**: conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

\_\_\_\_\_. Federalismo – Argentina. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**. La era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales; Ministerio de la Cultura, vol. I, 2009. (pdf).

TERNAVASIO, Marcela. **Correspondencia de Juan Manuel de Rosas**. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

\_\_\_\_\_. **Historia de la Argentina**. 1806-1852. Buenos Aires: Editores Siglo Veintiuno, 2013.

TITTO, Ricardo J. de (comp). **El pensamiento de los federales**. Buenos Aires: El Ateneo, 2009.

WASSERMAN, Fabio. **Entre Clio y la Polis**. Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860). Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.

ZUBIZARRETA, Ignacio. **Unitarios**. Historia de la facción política que diseñó la Argentina Moderna. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 2014.

\_\_\_\_\_. **Variables conspirativas contra el régimen de Juan Manuel de Rosas**: entre imaginarios y prácticas (1829-1852). Tandil, Buenos Aires: Anuario IEHS 33 (2) 2018, 169-187.